UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Rodrigo Sponchiado Uemura

A substancialidade no tratado das *Categorias*: as substâncias segundas

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2020

Rodrigo Sponchiado Uemura

A substancialidade no tratado das *Categorias*: as substâncias segundas

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Filosofia sob a orientação do Prof. Dr. Evan R. Keeling

São Paulo
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

U22s Uemura, Rodrigo Sponchiado

A substancialidade no tratado das Categorias: as substâncias segundas / Rodrigo Sponchiado Uemura ; orientador Evan Robert Keeling. - São Paulo, 2020.

115 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia. Área de concentração: Filosofia.

1. Filosofia. 2. Filosofia Antiga. 3. Filosofia Grega. 4. Aristotelismo. I. Keeling, Evan Robert, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Rodrigo Sponchiado Uemura

Data da defesa: 11/11/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Evan Robert Keeling

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 17/11/2020

Evan Keeling

(Assinatura do (a) orientador (a))

Folha de Aprovação

UEMURA, R.S. A substancialidade no tratado das *Categorias*: as substâncias segundas. 2020. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

TITULARES:

Prof. Dra. Fátima Regina Rodrigues Évora

Prof. Dr. Roberto Bolzani Filho

Prof. Dr. António Pedro Mesquita

ORIENTADOR:

Prof. Dr. Evan Robert Keeling

SUPLENTE:

Prof. Dr. Marco Antonio de Avila Zingano

Prof. Dr. Paulo Fernando Tadeu Ferreira

Prof. Dr. Raphael Zillig

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha mãe, ao meu pai, ao meu irmão, à minha irmã, e à minha esposa.

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço ao professor Evan Robert Keeling por aturar as minhas dúvidas e preocupações no decorrer da elaboração deste trabalho e por sempre sempre se mostrar aberto para discutir e apontar caminhos para a resolução de problemas filosóficos que surgiam no desenvolvimento da dissertação como também de problemas provenientes da minha iniciação acadêmica neste escrito. Agradeço muito pela confiança depositada, pela calma ao tratar da filosofia, e por ser uma pessoa muito gentil e atenciosa. Sem a sua orientação e confiança depositada, esta dissertação não encontraria rumo.

Agradeço ao professor Marco Zingano pela crítica contundente, sempre exigente, do trabalho realizado na área da Filosofia Antiga e pela abertura generosa promovida ao mundo acadêmico através de seus grupos de estudos e aulas.

Agradeço ao professor John Robert Mahlan pela correspondência trocada, pela disposição enorme de apresentar discussões e debates, e por ser uma pessoa extremamente acessível. Sempre se mostrou ávido a discutir problemas filosóficos que talvez para outros tivessem soado como dúvidas não merecedoras de atenção.

Agradeço ao professor Antonio Pedro Mesquita pelos comentários quando a dissertação nem ainda se encontrava. A sua leitura detida do trabalho até então incompleto foi de grande ajuda para ajustar as coordenadas deste projeto. Terminado o trabalho, a sua presença na avaliação e seus apontamentos posteriores foram preciosos. Se antes o trabalho se encontrava perdido, agora pelo menos se aponta para algo.

Agradeço ao professor Roberto Bolzani Filho pelos comentários e pela avaliação precisa dos pontos levantados nesta dissertação. A sua leitura e a sua crítica foram de grande valor para repensar escolhas feitas nesta dissertação. Agradeço enormemente pelo cuidado em apresentar o que lhe pareceu faltar neste escrito. Suas sugestões sempre serão melhorias inescapáveis.

Agradeço à professora Fátima Regina Rodrigues Évora pelos comentários valiosos na avaliação e pela pequena aula sobre Filopono, a qual faz lembrar a importância de nos voltarmos para os antigos e não esquecermos a questão da relevância da discussão filosófica, em qualquer questão abordada. A sua análise das questões da dissertação foi de extrema importância para revisitar a problemática levantada por este escrito.

Agradeço ao Juarez Oliveira pela amizade e pela grande capacidade de ensinar o grego de maneira clara e interessante. Além de ser uma pessoa generosa, é inegavelmente um grande professor em todos os sentidos.

Agradeço à minha mãe, ao meu pai, à minha irmã e ao meu irmão pelo carinho sempre presente. Agradeço aos meus amigos, por terem me ajudado e mostrado o que é bom na vida.

Agradeço à Marina por ser a melhor companheira em tudo. Aqui me faltam palavras.

RESUMO

UEMURA, R. S. A substancialidade no tratado das *Categorias*: as substâncias segundas. 2020. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A substancialidade no tratado das *Categorias* é uma questão complexa, tanto na esfera das substâncias primeiras quanto na esfera das substâncias segundas. Os critérios de substancialidade que podem ser extraídos do texto aristotélico delimitam explicitamente o que há de maior grau ontológico na proposta aristotélica, mas esses mesmos critérios podem causar problemas sobre onde situar as chamadas substâncias segundas na ontologia do tratado. As substâncias segundas devem ser entendidas como entidades que funcionam de maneira muito peculiar, principalmente por causa de suas características por vezes incompatíveis com afirmações a respeito da categoria da substância e por vezes problemáticas com relação ao que de fato faz delas substâncias. Outras entidades universais como as *diferenças* flertam com uma candidatura à substancialidade e ameaçam a exclusividade declarada das substâncias segundas como únicas outras coisas, além das substâncias primeiras, a serem consideradas substâncias. Com isso, o objetivo proposto para o caso das substâncias segundas é desvendar o seu lugar no sistema categorial aristotélico do tratado das *Categorias* e propor critérios a fim de restringir a esfera das substâncias segundas em relação a outras entidades.

Palavras-chave: Categorias, Aristóteles, substancialidade, substâncias segundas, *diferenças*, ontologia.

ABSTRACT

UEMURA, R.S. Substancehood in the *Categories*: secondary substances. 2020. Dissertation (Master Degree) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

The substancehood in the *Categories* is a complex issue concerning primary substances as well as secondary substances. The criteria for substancehood that can be found in Aristotle's text determine what are the most ontologically fundamental entities, but these criteria may cause problems on where to place in the ontology the so-called secondary substances. Secondary substances must be understood as entities that function in a very peculiar way because their properties may be incompatible with claims about the category of substance and with claims about substancehood in general. Other universal entities like the *differentiae* come close to being considered substances and therefore threaten the evident exclusivity that secondary substances have as being the only other things that are to be considered substances. Therefore, our objective in this dissertation for the case of secondary substances is to establish their place in Aristotle's categorical system in the *Categories* and propose criteria in order to restrict the sphere of secondary substances in relation to other entities.

Keywords: Categories, Aristotle, substancehood, secondary substances, *differentiae*, ontology.

Nota sobre traduções utilizadas

Nesta dissertação, utilizamos em sua maior parte a tradução portuguesa de Santos, R. (2016) do tratado das *Categorias*, com o auxílio da edição do texto grego de Minio-Paluello, L. (1956), “Aristotelis Categoriae et Liber De Interpretatione”. Para traduções de outras obras de Aristóteles, utilizamos como base traduções inglesas e francesas a partir das quais traduzimos para o português. Tivemos também o auxílio do texto grego quando necessário. Para uma lista detalhada dessas traduções utilizadas, ver bibliografia.

SUMÁRIO

1) Introdução.....	14
2) O problema.....	19
3) Noções fundamentais e as substâncias primeiras.....	27
4) Ser dito de algum sujeito.....	31
5) Estar num sujeito.....	36
6) As substâncias primeiras.....	39
7) Critérios de substancialidade.....	42
8) As substâncias segundas.....	69
9) As <i>diferenças</i>	89
10) Últimas considerações.....	109
11) Bibliografia.....	111

1) Introdução

No tratado das *Categorias*, Aristóteles apresenta uma ontologia que privilegia as chamadas substâncias primeiras (πρῶται οὐσίαι). Essas substâncias primeiras são apresentadas como sendo indivíduos concretos: por exemplo, homens, cavalos, bois, e também as suas respectivas partes¹. Aristóteles dá o nome de substâncias segundas (δεύτεραι οὐσίαι) para aquelas outras coisas que podemos expor de maneira mais explicativa como substâncias universais. Essas substâncias segundas são o gênero e a espécie dos indivíduos concretos², a dizer, das substâncias primeiras. As substâncias segundas são o universal homem, o universal cavalo, o universal boi e assim por diante. Resumidamente, as substâncias universais ou segundas devem ser entendidas como as substâncias que são ditas de muitas coisas, enquanto que os indivíduos concretos são as substâncias que não são ditas de nada³. No tratado das *Categorias*, aquilo que é dito de muitas coisas é o que pode ser predicado de muitas coisas (κατηγορεῖσθαι)⁴, mas que tem o nome e a definição em comum com o seu sujeito. Por exemplo, a espécie “homem” que pode ser dita de Sócrates, Platão, Aristófanes e assim por diante. O mesmo poderia acontecer com o gênero “animal” (também uma substância segunda) que pode ser predicado de tudo aquilo que é animal, a saber, predicar “animal” da espécie “homem” ou da espécie “cavalo”.

Agora, no tratado das *Categorias*, Aristóteles tem um esquema específico no qual ele organiza as coisas como em uma classificação muito particular⁵. Nesse esquema, as coisas são organizadas de diversas maneiras, como a classificação através das noções de “ser dito de algum sujeito” (καθ' ὑποκειμένου λέγεσθαι) e de “estar num sujeito” (ἐν ὑποκειμένῳ εἶναι) ou da própria classificação em dez categorias. Podemos encontrar relações diversas entre as coisas no interior desse esquema, principalmente no caso das noções de “ser dito de algum sujeito” e de “estar num sujeito”. Essas são noções de

¹ Para a noção de partes de substâncias serem substâncias, ver: 3a29-32 e 8a15-28.

² A espécie e o gênero das substâncias primeiras são as únicas outras coisas que são substâncias segundas. Ver: 2b29-32.

³ Por exemplo, em 1a20-22 e 1b3-5.

⁴ A expressão “ser predicado de” (κατηγορεῖσθαι) e suas variantes serão tomadas como sendo uma predicação mais ampla que pode englobar “ser dito de” (καθ' ὑποκειμένου λέγεσθαι) ou “estar num sujeito” (ἐν ὑποκειμένῳ εἶναι) e suas variantes, em momentos diferentes do texto. Ver Wedin, M. V. (1979), “‘Said of’ and ‘Predicated of’ in the Categories”, *Philosophy Research Archives*, vol. 5, pp. 418-432.

⁵ Para uma análise pormenorizada e crítica do sistema categorial proposto no tratado, ver: Morrison, D., (1992) “The Taxonomical Interpretation of Aristotle’s Categories: A Criticism”, *Essays in Ancient Greek Philosophy*, Albany: SUNY PRESS.

predicação metafísica, no sentido de que tratam de coisas em vez de somente termos⁶. Com essas duas noções, Aristóteles divide as coisas em substâncias primeiras, substâncias segundas, acidentes universais e acidentes individuais⁷. No caso das substâncias citadas, as substâncias primeiras são os indivíduos concretos dos quais tudo o mais é dito ou está neles, mas não são ditos de algum sujeito nem estão num sujeito. As substâncias segundas são, por sua vez, universais que são ditos de algum sujeito e não estão num sujeito, segundo as noções apresentadas. Como elementos fundamentais da estrutura ontológica do mundo, as substâncias primeiras reúnem todas as outras coisas em torno de si numa relação de dependência existencial. Tudo aquilo que não é substância primeira depende da existência das substâncias primeiras para existir⁸. Em contraposição à posição fundamental das substâncias primeiras, Aristóteles reserva àquelas coisas que não são substâncias, com a possível exceção problemática das *diferenças* (αἱ διαφοραὶ), a condição de acidentes⁹. O branco de Sócrates, o lugar em que se encontra o boi, a quantidade de côvados na altura de Platão: os acidentes não estabelecem relações essenciais com a substância mesma, visto que não dizem “o que é” (τί ἐστιν) uma substância quando predicados desta¹⁰. Os acidentes promovem antes relações accidentais, em que o conteúdo predicado das substâncias se apresenta como resposta inadequada a respeito do que são as substâncias.

Se, por um lado, os acidentes não se apresentam como portadores de alguma relação essencial com as substâncias, entre as substâncias a coisa é um pouco diferente. Como dissemos, as substâncias são chamadas de primeiras ou de segundas, e nessa divisão Aristóteles privilegia as substâncias primeiras em relação às substâncias segundas. Para tanto, é preciso apontar que as relações entre as substâncias primeiras e as

⁶ Ver, por exemplo: Ackrill, J. L. (1963), p.75; Dancy, R. (1975), p.340; Loux, M. (1991), p.18; Moravcsik, J. M. E. (1967), p. 83; Wedin, M. V. (2000), p.104. Detalhes na bibliografia.

⁷ Ainda que Aristóteles não chame no tratado das *Categorias* as coisas que estão num sujeito de “acidentes”, adotamos esse termo no sentido amplo como apontado na nota 9. Vale notar também que as *diferenças* (αἱ διαφοραὶ) não figuram separadamente nessa divisão porque apontaremos mais adiante que há uma problemática que envolve a sua presença no tratado em relação às noções de predicação apontadas.

⁸ 2a35-2b6.

⁹ Através da relação de “estar num sujeito” (ἐν ὑποκειμένῳ εἶναι), entende-se que Aristóteles divide as coisas existentes entre substâncias e acidentes. Ou seja, aquelas coisas que constituem sujeitos nos quais inerem propriedades e as próprias propriedades que dependem de estar num sujeito para existir. Seguimos a indicação de Ricardo Santos (2016) de utilizar o termo “acidentes” para as “não-substâncias”, tomando o termo no sentido amplo de *atributo* ou *propriedade*. Ver nota 11, p. 62, da tradução de Ricardo Santos (2016) do tratado das *Categorias*.

¹⁰ 2b34-36

substâncias segundas são de outra ordem e podem ser chamadas de essenciais de certo modo e não puramente acidentais.

No esquema ontológico de Aristóteles, as relações entre substâncias primeiras, como homens e cavalos (indivíduos concretos), e substâncias segundas, como homem e cavalo (universais), são mais fundamentais do que relações entre tons de branco e o filósofo nascido em Estagira. O que parece sustentar essa relação mais importante entre as substâncias citadas é uma maneira¹¹ de organizar as coisas existentes em relações de predicação e de inerência, que são usadas, por exemplo, para evidenciar diferentes estatutos das coisas em seu esquema ontológico. No caso das substâncias segundas, estas têm uma relação privilegiada com as substâncias primeiras, o que não ocorre com os acidentes individuais, ou mesmo com os acidentes universais, os quais poderiam ser candidatos a propriedades importantes na determinação da substância primeira, se a ontologia aristotélica fosse organizada de outra maneira. Em uma passagem do tratado, Aristóteles chega a afirmar que as substâncias segundas (o gênero e a espécie das substâncias primeiras) são as “únicas” outras coisas a serem chamadas substâncias¹².

Atestada a importância declarada por Aristóteles, reconhecemos, no entanto, que a posição das substâncias segundas no tratado é de difícil compreensão. Isso se dá certamente quando procuramos identificar por quais motivos as substâncias segundas têm essa exclusividade de serem as únicas outras coisas a serem chamadas substâncias. Esse ponto se torna mais agudo quando reparamos que o tratamento da substancialidade das substâncias segundas é único ao tratado das *Categorias*, o que dificulta considerações mais abrangentes a respeito dessas entidades.

As perguntas fundamentais serão, portanto: por que as substâncias segundas têm essa exclusividade meio às outras entidades? O que faz com que compartilhem o mesmo título de “substâncias” com as substâncias primeiras?

Tendo essas questões fundamentais em mente, na próxima seção veremos como a posição de destaque das substâncias segundas nos apresenta problemas. Como dissemos, a exclusividade do gênero e da espécie das substâncias primeiras muito antes de ser evidente provoca dúvidas sobre as razões de Aristóteles para promover tal posição. Por

¹¹ Ao menos no tratado das *Categorias*.

¹² 2b36-37.

tais dúvidas que exploraremos nas próximas páginas, o quadro geral da dissertação será o seguinte, formado por três partes:

1. Na seção 2) “O problema”, apresentaremos de modo geral as dificuldades encontradas sobre a posição de destaque que Aristóteles dá às substâncias segundas. Procuraremos apontar a caracterização que Aristóteles expõe das substâncias segundas no tratado das *Categorias* e, com isso, o principal entrave na questão de atribuição de substancialidade a tal tipo de entidade.

2. Nas seções 3) “Noções fundamentais e as substâncias primeiras”, 4) “Ser dito de algum sujeito”, 5) “Estar num sujeito”, 6) “As substâncias primeiras”, 7) “Critérios de substancialidade”, apresentaremos noções que Aristóteles utiliza no tratado das *Categorias* que nos auxiliarão no tratamento do estatuto das substâncias segundas. Essas noções incluem as noções fundamentais da predicação “ser dito de algum sujeito” (καθ' ὑποκειμένου λέγεσθαι) e “estar num sujeito” (ἐν ὑποκειμένῳ εἶναι), as quais realizam distinções com efeitos constitutivos da ontologia proposta e têm papel decisivo no estabelecimento de condições para substancialidade no geral. Nessas seções, também abordaremos as coisas que sustentam o edifício ontológico aristotélico do tratado: as substâncias primeiras. Trataremos das características das substâncias no geral e, principalmente, da questão dos critérios de substancialidade para os dois tipos de substância. O problema dos critérios de substancialidade nos ajudará a entender o que faz as substâncias primeiras e as segundas compartilharem o mesmo título de “substância”. A respeito desse problema, algumas interpretações contemporâneas nos ajudarão no tratamento da substancialidade.

3. Nas seções 8) “As substâncias segundas”, 9) “As diferenças” e 10) “Últimas considerações”, apresentaremos uma análise mais detida das substâncias segundas e as impressões errôneas que são relatadas por Aristóteles a respeito das substâncias segundas, como também o seu funcionamento em relação às substâncias primeiras; apresentaremos um apanhado de passagens, nas *Categorias* e nos *Tópicos*, sobre as diferenças, o qual poderia nos auxiliar no problema, de resultado inconclusivo, das diferenças serem muito próximas das substâncias segundas e serem declaradamente banidas de serem substâncias no tratado das *Categorias*; e, por último, teremos um breve resumo do que foi examinado sobre as substâncias segundas e o resultado proveniente de tal análise.

É preciso apontar aqui nesta introdução já de antemão que, na análise das substâncias segundas, não pretendemos responder à pergunta “o que são?” as substâncias segundas, mas antes à pergunta “como as substâncias segundas são apresentadas no tratado das *Categorias*?”. A primeira pergunta pode se envolver em questões, em nossa visão, extremamente amplas que extrapolam os limites desta dissertação. A seguir de exemplo, a primeira pergunta nos levaria certamente à questão “o que são os universais na filosofia aristotélica?”, já que as substâncias segundas são fundamentalmente universais, uma questão de peso que merece outro tipo de análise. Evitamos, portanto, quaisquer considerações contemporâneas da questão “o que são?” os universais e nos precavemos assim para não abrimos um precedente que extrapola o escopo deste escrito.

De maneira resumida, nesta dissertação, o objetivo será desvendar como Aristóteles pode conferir substancialidade para as substâncias segundas, de forma coerente com critérios de substancialidade para ambos os casos de substâncias (primeiras ou segundas), procurando expor quaisquer casos de entidades não substanciais que possam almejar a substancialidade. O que, por vezes, pode se mostrar difícil. No fim, a tarefa será de tentar conciliar critérios para os dois tipos de substâncias. Para tanto, analisaremos possíveis interpretações após expor noções fundamentais encontradas no tratado das *Categorias*, sem as quais não seria possível situar a questão. Em mãos de opções, pretende-se apresentar um caminho que forneça uma apresentação de uma análise detalhada sobre as substâncias segundas. No mais, a exposição da questão da substancialidade das substâncias segundas se resumirá a uma tentativa de elucidação do próprio tratamento que Aristóteles confere às substâncias no geral no tratado, sendo que se espera que a análise seja ao menos frutífera para o caso das substâncias segundas.

2) O problema

As substâncias primeiras são aquilo que Aristóteles considera ser chamado substância de modo mais próprio (κυριώτατά), primeiro (πρώτως) e principal (μάλιστα)¹³.

“Substância – aquilo a que chamamos de substância de modo mais próprio, primeiro e principal – é aquilo que nem é dito de algum sujeito nem está em algum sujeito, como, por exemplo, um certo homem ou um certo cavalo.”¹⁴

Elas são os elementos mais fundamentais da ontologia no tratado das *Categorias*. Os exemplos de substâncias primeiras que Aristóteles nos fornece são um certo homem (ὁ τις ἄνθρωπος) e um certo cavalo (ὁ τις ἵππος), e, mais adiante no tratado, as partes dos indivíduos concretos¹⁵. Essas substâncias primeiras formam uma base ontológica da qual dependem todas as outras coisas existentes. É o que Aristóteles afirma em 2b3-7:

“Assim, todas as outras coisas ou são ditas das substâncias primeiras como de sujeitos ou estão nelas como em sujeitos. Por conseguinte, se não houvesse substâncias primeiras, seria impossível haver alguma outra coisa.”¹⁶

As substâncias primeiras são a fonte de dependência de qualquer outra entidade. Sem os indivíduos concretos que são as substâncias primeiras, não haveria possibilidade de existência de entidades universais ou qualquer tipo de propriedade. A dependência existencial de todas as coisas com as substâncias primeiras é exemplo da posição fundamental aristotélica de uma ontologia fortemente ligada à valorização das entidades concretas e individuais. Essas entidades formam uma base ontológica para todo o resto.

Como base ontológica, as substâncias primeiras têm características específicas que as diferem das outras coisas. Tais características envolvem serem as únicas coisas que não são ditas nem estão em sujeitos, como ditam as relações de predicação (καθ' ὑποκειμένου λέγεσθαι) e de inerência (ἐν ὑποκειμένῳ εἶναι) que Aristóteles apresenta no capítulo 2 do tratado. Mais ainda, as substâncias primeiras são um *certo isto* (τόδε τι)¹⁷,

¹³ Tradução dos termos por Ricardo Santos (2016).

¹⁴ 2a11-14.

¹⁵ Ver: 3a29-32 e 8a15-28.

¹⁶ Nesta dissertação, a tradução portuguesa utilizada do tratado das *Categorias* é de autoria de Ricardo Santos (2016). Toda referência a capítulos do tratado será guiada pela divisão proposta pelo tradutor citado. Para detalhes, ver bibliografia.

¹⁷ 3b10-12.

o que é um indicador de particularidade, são capazes de receber contrários¹⁸, não admitem *mais e menos* (τὸ μᾶλλον καὶ τὸ ἥττον)¹⁹ e não têm *contrário* (ἐναντίον)²⁰.

Os indivíduos concretos são sujeitos de todas as outras coisas, mas não são predicados de nada. Supõe-se que sejam os sujeitos mais propriamente ditos, a dizer, os sujeitos últimos, visto que as substâncias primeiras são aquelas coisas de que tudo é dito ou está nelas, sendo que nenhuma substância primeira é predicada de outra coisa. Por exemplo, Sócrates é o sujeito último de todos os outros tipos de coisas que são predicadas dele, sejam substâncias segundas, sejam acidentes universais ou individuais, e é no indivíduo concreto em que se resume a possibilidade de existência de todo o resto.

No caso das substâncias segundas, podemos apontar várias características compartilhadas com as substâncias primeiras. Isso não é à toa, visto que ambas estão sob a alçada da categoria da substância. As substâncias segundas também não admitem *mais e menos* (τὸ μᾶλλον καὶ τὸ ἥττον) e não têm *contrário* (ἐναντίον). Além disso, o gênero e a espécie funcionam também como sujeitos nas relações de predicação e de inerência, como Aristóteles indica em 2b37-3a6:

“Além disso, é porque as substâncias primeiras são sujeitos de todas as outras coisas que elas são mais propriamente chamadas substâncias. Mas, tal como as substâncias primeiras estão para todas as outras coisas, assim as espécies e os gêneros das substâncias primeiras estão para tudo o resto; pois tudo o resto se predica deles. Pois, se um certo homem se chamar “literato”, então também se chamará “literato” ao homem e ao animal; e do mesmo modo para as outras coisas.”

Ser sujeito nas relações de predicação e de inerência é uma característica compartilhada entre os dois tipos de substâncias. As substâncias segundas podem também ser sujeito nas relações indicadas, mas não são os sujeitos últimos como as substâncias primeiras. Ainda assim são sujeitos de “tudo o resto”, podendo entender “resto” como as coisas que não são substâncias (somente os acidentes), ou mesmo aquilo que não é substância e as próprias substâncias segundas (ou seja, na relação entre espécie e gênero).

Mesmo compartilhando algumas características aplicáveis a qualquer tipo de substância, há diferenças entre os dois tipos de substâncias. As diferenças de

¹⁸ 4a10-4b19.

¹⁹ 3b33-4a9.

²⁰ 3b24-33.

características entre os dois tipos de substâncias são que as substâncias segundas não são um *certo isto* (τόδε τι) como as substâncias primeiras o são, embora aquelas aparentem ser. Além disso, o gênero e a espécie não parecem comportar a característica de serem capazes de receber contrários, apesar de existir uma indicação problemática no texto, como veremos mais adiante.

No geral, as substâncias segundas e as substâncias primeiras são muito próximas nas características indicadas ao longo do capítulo 5 do tratado. Mas, como entidades, é evidente que elas diferem bastante. Afinal, as substâncias primeiras são indivíduos concretos e as substâncias segundas são universais. Estamos a falar, por exemplo, de Sócrates e do universal animal.

Neste momento, a questão a ser feita é por que Aristóteles dá o título de substância para as substâncias segundas?

A característica compartilhada de algo ser sujeito nas relações de predicação e de inerência pode indicar um certo critério de substancialidade que abarque os dois tipos de substância, fazendo com que as substâncias segundas sejam substâncias pelo fato de funcionarem como sujeitos, mesmo que aparentemente em menor grau. Aristóteles indica isso, por exemplo, no interior de uma passagem, citada acima nesta seção: “Mas, tal como as substâncias primeiras estão para todas as outras coisas, assim as espécies e os gêneros das substâncias primeiras estão para tudo o resto; pois tudo o resto se predica deles.”²¹

Seria como se as substâncias segundas extraíssem daí a sua substancialidade, fazendo referência obrigatória àquilo que é chamado substância de modo mais próprio (κυριώτατά), primeiro (πρώτως) e principal (μάλιστα): as substâncias primeiras. E é importante que o critério de substancialidade geral seja vinculado de maneira fundamental às substâncias primeiras. Afinal, elas são aquilo que é mais propriamente uma substância.

Mas, para além desse peso das substâncias primeiras na ontologia do tratado, como agrupar sob um mesmo critério de substancialidade entidades tão diferentes?

Aristóteles descreve as substâncias segundas como entidades que fazem referência a substâncias primeiras, mas, que parecem ter um funcionamento muito peculiar. Ser sujeito não parece bastar para caracterizar por completo a substancialidade das

²¹ 3a1-5.

substâncias segundas, porque sem um entendimento preciso de que sujeito tratamos ao falar do critério se torna difícil agrupar numa mesma ideia a condição de ser sujeito para substâncias primeiras e substâncias segundas. Afinal, poderíamos entender que como os acidentes universais são ditos de acidentes individuais, teríamos sujeitos no caso dos acidentes individuais, o que é problemático para um critério de substancialidade baseado na condição de ser um sujeito.

E talvez seja por isso que o Estagirita parece apresentar mais uma condição para as substâncias segundas na passagem 2b7-21:

“Das substâncias segundas, a espécie é mais substância do que o gênero, pois está mais próxima da substância primeira. Pois, se tivermos de dizer o que é certa substância primeira, será mais informativo e mais adequado indicar a espécie do que o gênero. Por exemplo, de um certo homem será mais informativo dizer que é um homem do que dizer que é um animal (pois o primeiro é mais próprio de um certo homem, enquanto o segundo é mais comum); e, para dizer o que é uma certa árvore, será mais informativo dizer que é uma árvore do que dizer que é uma planta. Além disso, é porque as substâncias primeiras são sujeitos de todas as outras coisas, e todas as outras coisas ou se predicam delas ou estão nelas, que elas são propriamente chamadas substâncias. Mas, tal como as substâncias primeiras estão para as outras coisas, assim está também a espécie para o gênero (pois a espécie é sujeito do gênero, uma vez que os gêneros se predicam das espécies, mas as espécies não se predicam reciprocamente dos gêneros). De modo que, também por isto, a espécie é mais substância do que o gênero.”

Nesta passagem, além do critério de substancialidade vinculado à condição de ser sujeito, o qual as substâncias primeiras cumprem de modo mais completo e as substâncias segundas supostamente cumprem em menor grau, temos também um apontamento que sugere que a espécie é mais substância do que o gênero porque aquela é mais próxima da substância primeira, e isso se originaria do fato de que a espécie é uma resposta mais adequada (*οἰκειότερον*) e mais informativa (*γνωριμότερον*) sobre a substância primeira do que o gênero. Esse apontamento pode ser caracterizado como uma condição para as substâncias segundas, na medida em que confere maior grau de substancialidade a algo, conforme esse algo seja resposta mais adequada e mais informativa sobre uma substância primeira.

Mais adiante na obra, Aristóteles tratará de usar a palavra “revelar” (*δηλόω*) para com a atuação das substâncias segundas em relação a uma substância primeira.

Aristóteles diz em 2b29-37:

“É então apropriado que, além das substâncias primeiras, as espécies e os gêneros sejam as únicas outras coisas que são chamadas substâncias segundas. Pois elas são as únicas, entre as coisas que se predicam, que revelam a substância primeira.”

Existe um elemento “revelatório” (δηλόω) nas substâncias segundas em relação às substâncias primeiras que as diferencia das outras coisas, como se pode perceber pela passagem. Logo depois, Aristóteles relaciona o caráter revelatório a uma pergunta fundamental a respeito de uma substância primeira:

“Pois se tivermos de dizer o que é certo homem, será adequado responder indicando a espécie ou o gênero (e mais informativo fazê-lo com “homem” do que com “animal”); mas indicar qualquer das outras coisas será deslocado – por exemplo, dizer “branco” ou “corre” ou qualquer destas coisas.”²²

Esse caráter revelatório está intimamente ligado à noção de uma resposta adequada que diz “o que é” (τί ἐστιν) uma substância primeira. “Revelar” parece expressar por ora a expressão inteira de “revelar o que é” algo. No caso das substâncias segundas, a sua capacidade de revelar o que é algo se aplica ao caso das substâncias primeiras.

Mas então como se dá esse caráter revelatório? Podemos dizer que o caráter revelatório é um candidato a uma condição exclusiva da substancialidade das substâncias segundas em relação às substâncias primeiras? Sem entender neste momento essa exclusividade das substâncias segundas, não haveria outra entidade que pudesse dizer “o que é” uma substância primeira?

As substâncias segundas apresentam uma proximidade com as substâncias primeiras que precisa ser esclarecida. Até que ponto a sua proximidade com as substâncias primeiras justifica o seu estatuto de serem substâncias segundas precisa ser esclarecido. Se o critério de ser sujeito for suficiente para configurar substancialidade para as substâncias segundas além das substâncias primeiras, então, por que Aristóteles precisa indicar, como na passagem anterior, que as substâncias segundas são aquelas coisas que revelam (δηλόω) as substâncias primeiras? Ou seja, qual é a utilidade dessa condição de revelação das substâncias segundas?

²² 2b32-36.

Para complicar o cenário das substâncias segundas ainda mais na questão de responder à pergunta “o que é” uma substância primeira, as entidades chamadas de *diferenças* (αἱ διαφοραὶ), que são os universais que dividem o gênero (por exemplo, “bípede” ou “terrestre” de animal), são entendidas declaradamente por Aristóteles como entidades que não são substanciais²³.

Mas, à primeira vista, as *diferenças* parecerão muito próximas das substâncias segundas em suas características²⁴, o que ameaçaria a própria substancialidade das substâncias segundas e como ela deve ser estabelecida. Por exemplo, as chamadas *diferenças* têm as mesmas características do que as substâncias segundas nas relações de predicação (“ser dito de algum sujeito”) e de inerência (“estar num sujeito”), supostamente compartilham suas definições com as substâncias no geral, e não encontram lugar entre os meros acidentes por não apresentarem conteúdos acidentais como “branco”, “dois côvados” ou “sentado”. Se compatilham definições com as substâncias, não revelariam também as substâncias? Assim, parecem vagar aparentemente num limbo entre as substâncias e os acidentes, e, ao mesmo tempo, têm muito em comum com as substâncias segundas.

Se nos perguntarmos quais são as características das substâncias segundas no tratado e buscarmos ao menos alguma compreensão complementar que nos ajude a desvendar os motivos de Aristóteles na atribuição de substancialidade, nos depararemos com complicações a mais a respeito das substâncias segundas.

Num momento do texto, Aristóteles considera as substâncias segundas como aquilo que significa “uma certa qualidade” (ποιόν τι) da substância. Na passagem sobre a discussão das substâncias segundas não serem um *certo isto* (τόδε τι), ele diz:

“O que elas [as substâncias segundas] significam é antes uma certa qualidade, pois o sujeito não é um como é a substância primeira, mas homem e animal são ditos de diversas coisas. No entanto, não significam simplesmente uma certa qualidade, como “branco” o faz. Pois “branco” não significa nenhuma outra coisa senão a qualidade,

²³ 3a22.

²⁴ As *diferenças* atuam nas relações de predicação e de inerência como às substâncias segundas. Ambas são ditas de algum sujeito e não estão num sujeito. São universais ditos das substâncias primeiras e não estão num sujeito.

enquanto a espécie e o gênero determinam a qualidade a respeito da substância – significam uma certa qualidade de substância.”²⁵

No tratado, Aristóteles abordará a categoria da qualidade, mas esta não comporta as substâncias segundas. Como a passagem indica, as substâncias segundas significam algo como qualidades de um outro modo e não podem se subsumir à categoria da qualidade, elas não são qualidades “simplesmente” (ἀπλῶς). As qualidades são antes acidentes do que substâncias. E, como apontamos anteriormente, as relações entre substâncias primeiras e substâncias segundas são relações essenciais e não acidentais. Posto isso, a substância segunda se aproxima da substância primeira e, no entanto, recebe o nome de uma qualidade, a dizer, um mero acidente.

Além do nome de “qualidade” e a substancialidade estabelecida por duas condições não muito claras no texto, as substâncias segundas também não parecem compartilhar do traço próprio (ἴδιον) que supostamente caracterizaria a categoria da substância como um todo. Diferentemente das substâncias primeiras que são “capazes de receber contrários” em tempos diferentes, as substâncias segundas não são indicadas na passagem do traço próprio²⁶, visto que Aristóteles restringe o traço próprio a entidades numericamente unas e indivisíveis, o que as substâncias segundas não são. Elas são antes universais e não individuais. Ademais, as substâncias segundas supostamente seriam entidades que, se tomadas como sujeitos como as substâncias primeiras, seriam capazes de receber contrários simultaneamente, visto que o universal homem pode ser claro e moreno ao mesmo tempo, enquanto que um certo homem individual certamente não pode ser claro e moreno ao mesmo tempo. Ou seja, algo no mínimo curioso na ontologia de Aristóteles.

De alguma maneira, é claro que as substâncias segundas recebem uma posição de destaque em relação às outras coisas não-substanciais do tratado. A pergunta a ser feita é como as substâncias segundas encontram a sua posição de destaque e como se relacionam com a substancialidade das substâncias primeiras. Sendo aquilo que é mais “adequado” perante uma pergunta sobre o que é um certo homem ou um certo cavalo (a dizer, o que é uma substância primeira), ou por vezes mais “informativo” no caso da espécie, as

²⁵ 3b15-22. A tradução “qualificação” (ποιόν) de Ricardo Santos (2016) foi substituída por “qualidade” (ποιόν), visto que Aristóteles usa o mesmo termo para descrever a categoria da qualidade. Assim mantemos a problemática no uso dos termos.

²⁶ 4a10-21.

substâncias segundas asseguram um papel de peso e uma especificidade substancial que precisam ser explorados.

3) Noções fundamentais e as substâncias primeiras

No começo do capítulo 5, Aristóteles indica que o que é chamado substância de modo mais próprio (κυριώτατά), primeiro (πρώτως) e principal (μάλιστα) são aquelas coisas que não são ditas de um sujeito e não estão num sujeito.

“Substância – aquilo a que chamamos substância de modo mais próprio, primeiro e principal – é aquilo que nem é dito de algum sujeito nem está em algum sujeito, como, por exemplo, um certo homem ou um certo cavalo.”²⁷

As coisas que não são ditas de um sujeito e não estão num sujeito são as substâncias primeiras. Conforme as indicações no capítulo 2 do tratado, um certo homem ou um certo cavalo são aquelas coisas caracterizadas negativamente em ambas as noções de predicação (ser dito de algum sujeito/καθ' ὑποκειμένου λέγεσθαι) e de inerência (estar num sujeito/ἐν ὑποκειμένῳ εἶναι). Ou seja, os indivíduos concretos são aquilo que é chamado substância de modo mais próprio, primeiro e principal.

Sobre o modo de se chamar algo, uma coisa chamada de modo mais próprio (κυριώτατά) é aquilo que é chamado alguma coisa (neste caso, “substância”) no sentido mais estrito do termo em questão²⁸. As substâncias primeiras são, pois, aquilo que é substância conforme um possível sentido estrito do que seja chamado substância. O que seria esse sentido estrito é de difícil elucidação, visto que a própria noção de substância vai ser abordada ao longo do tratado.

Em segundo lugar, as coisas que não são ditas de um sujeito e não estão num sujeito são chamadas substâncias de modo mais “primeiro” (πρώτως), o que já é um indicativo do estatuto ontológico fundamental das substâncias primeiras.

Se tomarmos a noção de “primeiro” em Aristóteles, veremos que ser primeiro pode ser entendido de diversas maneiras. Como, por exemplo, na *Metafísica*, em 1028a30, onde Aristóteles usa o termo primeiro em três sentidos propostos: ser primeiro em fórmula, ser primeiro na ordem do conhecimento e ser primeiro no tempo. “Agora, há diversos sentidos em que uma coisa é dita ser primeira; mas substância é primeira em todos os sentidos – na fórmula, na ordem do conhecimento, no tempo.”²⁹

²⁷ 2a11-14.

²⁸ *Tópicos*: 151b29; *Ética Nicomaqueia*: 1098a6; 1115a32.

²⁹ Tradução a partir da edição inglesa de “Aristotle’s Complete Works”, ed. J. Barnes, vol 1 e 2, 6ª impressão com correções (1995). Princeton: Princeton University Press.

Indiferente do fato de que Aristóteles na *Metafísica* usa todos esses sentidos para a noção de substância lá tratada, a qual pode ser incompatível ou não com a noção de substância nas *Categorias*, podemos inferir que o sentido de primeiro certamente envolve uma primazia ontológica de forte peso e que deve ser conferida àquelas entidades que sustentam todas as outras entidades. É de maneira similar que, na *Física*, em 260b15, Aristóteles aproxima o termo “πρώτως” ao sentido de algo ter independência ontológica.

“Como no caso de outras coisas, também no caso do movimento, a palavra “primeiro” pode ser usada de diversas maneiras. Uma coisa é dita primeira em relação a outra quando, se aquela não existir, as outras não existirão, sendo que ela pode existir sem as outras; e há também prioridade no tempo e prioridade no ser.”³⁰

O último apontamento é ser chamado de modo mais principal (μάλιστα) e normalmente esse advérbio significa “mais do que tudo”, dando a entender que Aristóteles coloca as substâncias primeiras como aquilo que é chamado de substância mais do que qualquer outra coisa. A noção de graduação entre as substâncias é algo presente no tratado³¹, e podemos afirmar que as substâncias primeiras já figuram nessa passagem como as entidades mais substanciais da ontologia.

As substâncias primeiras são, portanto, aquilo que é mais propriamente substância em relação a um significado estrito ou próprio de substância, aquilo que tem primazia ontológica, possivelmente uma fonte de dependência ontológica, e aquilo que é mais substância do que qualquer outra entidade no tratado.

Como elementos fundamentais da ontologia do tratado, de fato as substâncias primeiras estabelecem uma relação de dependência com as outras coisas, na qual as substâncias primeiras são aquilo que dá sustentação ao projeto ontológico de Aristóteles nas *Categorias*. Essa dependência é explícita no tratado, e, em 2a35-2b6, Aristóteles parte das noções de predicação e de inerência das substâncias primeiras para afirmá-la de modo mais contundente:

“Todas as outras coisas ou são ditas das substâncias primeiras como de sujeitos ou estão nelas como em sujeitos. Isto é evidente pelos casos individuais que se nos apresentam. Por exemplo, animal predica-se do homem e, portanto, também de um certo homem; pois, se não se predicasse de nenhum homem individual, não seria de todo

³⁰ *Idem.*

³¹ 2a11-14; 2b7-23; 2b23-29; 3b33-4a9.

predicado do homem. Por outro lado, a cor está no corpo e, portanto, também num certo corpo; pois se não estivesse em nenhum dos corpos individuais, não estaria de todo no corpo. Assim, todas as outras coisas ou são ditas das substâncias primeiras como de sujeitos ou estão nelas como em sujeitos. Por conseguinte, se não houvesse substâncias primeiras, seria impossível haver alguma outra coisa.”

Primeiramente, a relação de dependência é uma dependência existencial de todas as outras coisas com as substâncias primeiras. A existência das substâncias primeiras condiciona a existência das outras coisas. Há de se pensar se poderia haver substâncias primeiras sem a existência das outras coisas, como seus acidentes ou mesmo a sua espécie ou o seu gênero. Supõe-se que sem a existência, por exemplo, de Sócrates e de qualquer outro indivíduo da espécie “homem”, não seria possível existir a espécie “homem”, nem sem a existência de coisas brancas poderia existir o acidente universal “branco”. No entanto, o mesmo não pode ser dito das coisas que não são substâncias primeiras, visto que é difícil conceber uma substância primeira sem qualquer determinação promovida por qualquer tipo de propriedades. Na passagem, a dependência não se apresenta como recíproca nem não-recíproca. Aristóteles apenas diz que se não existisse nenhuma substância primeira, seria impossível existir coisas como “homem”, “animal”, “branco”, “conhecimento” e assim por diante. Aristóteles não chega a afirmar com todas as letras que é possível existir uma substância primeira sem a existência de todas as outras coisas. O que é claro é a posição de destaque na ontologia do tratado que é reforçada para os indivíduos concretos, a dizer, as substâncias primeiras. Supomos que a assimetria de dependência pretendida em favor das substâncias primeiras é peça importante em sua ontologia para a valorização dos indivíduos concretos, o que seria falho caso a assimetria de dependência não estivesse ao menos implícita³².

Na passagem citada, Aristóteles nos informa da configuração que as substâncias primeiras têm com as noções de “ser dito de algum sujeito” (καθ' ὑποκειμένου λέγεσθαι) e de “estar num sujeito” (ἐν ὑποκειμένῳ εἶναι), para chegar à conclusão de que se não existissem substâncias primeiras, não haveria existência de mais nada. Essas noções de “ser dito de algum sujeito” e “estar num sujeito” são apresentadas primeiramente no capítulo 2 do tratado e lá o autor as utiliza para classificar as coisas existentes em quatro combinações possíveis. Com o uso dessas noções de predicação e de inerência, as coisas existentes são organizadas de modo que estabeleçam relações entre si, sofrendo distinções

³² Ackrill, J.L. (1963), p.83.

entre os pares particular/universal e substâncias/acidentes, apresentando estatutos ontológicos diferentes.

Será interessante fazer aqui um breve resumo sobre o funcionamento dessas noções de predicação e de inerência que se aplicam a todas as entidades do tratado.

Noções de “ser dito de” e “estar em”

Sabendo de antemão que as coisas existentes podem aceitar ou não cada uma das noções (ser dito de algum sujeito e estar num sujeito), é comum se apresentar a seguinte tabela dos resultados³³:

Noções:	“é dito de algum sujeito”	“não é dito de algum sujeito”
“está num sujeito”	<i>acidentes universais (i)</i>	<i>acidentes individuais (ii)</i>
“não está num sujeito”	<i>substâncias universais (substâncias segundas)³⁴ (iii)</i>	<i>substâncias individuais (substâncias primeiras) (iv)</i>

As duas noções combinadas formam uma classificação das coisas existentes. Da passagem a respeito da dependência³⁵, sabemos que as substâncias primeiras são sujeitos de todas as outras coisas. Dessa maneira, todas as outras coisas chamadas de acidentes universais, acidentes individuais e as substâncias segundas têm alguma das duas relações com as substâncias primeiras. Por sua vez, as próprias substâncias primeiras não são ditas de algum sujeito e nem estão num sujeito³⁶.

A noção de “ser dito de algum sujeito” se mostra na passagem da dependência quando Aristóteles dá exemplos da relação entre o animal (gênero: substância universal ou segunda) que se predica do homem (espécie: substância universal ou segunda) e também de um certo homem (substância primeira). No caso que citamos, a relação se dá

³³ Tabela extraída do chamado quadrado ontológico sugerido por Ricardo Santos (2016).

³⁴ As chamadas *diferenças* também não estão num sujeito e são ditas de um sujeito. No quadro, elas dividem o espaço com as substâncias segundas, mas não são substâncias.

³⁵ 2a35-2b6.

³⁶ 2a9-12.

entre substância segunda (gênero) e substância segunda (espécie), e substância segunda (gênero) e substância primeira³⁷.

4) Ser dito de algum sujeito

Se nos voltarmos um pouco para esclarecer a noção de “ser dito de algum sujeito”, notamos que essa noção introduz uma divisão entre coisas universais e coisas individuais. Aristóteles explicita isso com os seguintes exemplos dados:

“Das coisas que são, umas são ditas de algum sujeito, mas não estão em nenhum sujeito. Por exemplo, o homem é dito de um sujeito, a saber, de um certo homem, mas não está em nenhum sujeito (...) Outras são ditas de um sujeito e estão num sujeito. Por exemplo, o conhecimento está num sujeito, a saber, na alma, e é dito de um sujeito, a saber, da literacia”³⁸.

Encontramos acima as substâncias segundas e os acidentes universais exemplificados nas relações de predicação e de inerência. Ser “universal” no tratado das *Categorias* pressupõe uma variedade de sujeitos possíveis na noção de predicação de “ser dito de algum sujeito”. Como, por exemplo, vemos nos enunciados: “Um certo homem é homem” e “Platão é homem”. Homem é dito de um certo homem e de Platão. A espécie homem é dita de várias coisas. No caso dos acidentes universais, o mesmo ocorre, como no exemplo “o conhecimento é dito da literacia” (“A literacia é conhecimento”), sendo que o universal conhecimento pode ser dito de outras coisas também, como outros tipos de conhecimento.

Existe uma passagem no tratado *De Interpretatione* a partir da qual podemos reafirmar essa condição de universalidade de certas coisas, baseada na predicação possível de vários sujeitos:

³⁷ No capítulo 3 do tratado, Aristóteles apresenta a transitividade nos casos de ser dito de algum sujeito. Ela pode ser entendida como em 1b12-15: “Por exemplo, homem predica-se de um certo homem e animal predica-se de homem e, por isso, animal predica-se-á também de um certo homem; pois um certo homem é um homem e também um animal”. Sobre a utilidade do princípio de transitividade no tratado, Michael V. Wedin chega a propor, por exemplo, que o princípio de transitividade seja um instrumento para a construção do esquema categórico. Ver Wedin, M. V., (2000) “Aristotle’s Theory of Substance: The Categories and Metaphysics Zeta”, Oxford: Oxford University Press.

³⁸ 1a20-1b2

“De entre as coisas, umas são universais e outras indivíduos. Chamo universal àquilo que pela sua natureza é predicado de diversas coisas e indivíduo àquilo que não o é: o homem, por exemplo, é um universal, enquanto Cálias é um indivíduo”³⁹

É uma posição similar àquela exposta no tratado das *Categorias*. O universal é aquilo que é predicado de uma multiplicidade de coisas, enquanto que o indivíduo não o é. No caso do tratado das *Categorias*, essa predicação da multiplicidade é a predicação de “ser dito de algum sujeito”⁴⁰. Toda entidade que for “dita de algum sujeito” é uma entidade predicada de uma multiplicidade. O gênero e a espécie são ditos de uma multiplicidade, assim como os acidentes universais são ditos de uma multiplicidade. É interessante notar que podemos dizer que não serve a noção de “estar em algum sujeito” (inerência) para propósitos de universalidade, visto que “estar em algum sujeito” distingue entre substâncias e acidentes e não a respeito da universalidade. De certa maneira, acidentes individuais poderiam ser predicados de uma multiplicidade através da relação de “estar em algum sujeito”, mas nem por isso seriam considerados universais como os acidentes universais que são “ditos de algum sujeito”⁴¹. Um outro modo de ver esse ponto sobre a universalidade é supor que os acidentes individuais são entidades não recorrentes, o que fortalece a ideia de que a universalidade é ligada estritamente à noção de “ser dito de algum sujeito” e não à noção de “estar em algum sujeito”, visto que os acidentes individuais estão num sujeito e não são ditos de algum sujeito.

A caracterização do universal nas *Categorias* passa por considerar que o universal é aquilo que é predicado de uma multiplicidade, o que já se mostra nos exemplos utilizados por Aristóteles. Mas, além desse fato, ele afirma, em outra passagem que as coisas universais que são “ditas de algum sujeito” não são consideradas numericamente unas (ἔν ἀριθμῷ) e indivisíveis (τά ἄτομα): “Em geral, as coisas indivisíveis e numericamente unas nunca são ditas de um sujeito”⁴²

³⁹ *De Interpretatione*, 17a40, tradução de Ricardo Santos (2016).

⁴⁰ É interessante lembrar que a expressão “ser predicado de” (κατηγορεῖσθαι) e suas variantes no tratado das *Categorias* serão tomadas como sendo uma predicação mais ampla que pode englobar “ser dito de” (καθ’ ὑποκειμένου λέγεσθαι) ou “estar num sujeito” (ἐν ὑποκειμένῳ εἶναι) e suas variantes, em momentos diferentes do texto. Ver Wedin, M. V. (1979), “‘Said of’ and ‘Predicated of’ in the Categories”, *Philosophy Research Archives*, vol. 5, pp. 418-432.

⁴¹ Esse último ponto leva em consideração que os acidentes individuais podem estar em mais de um sujeito, podendo recorrer em mais de um sujeito. A outra opção seria restringir a ocorrência do acidente individual a um certo indivíduo específico apenas.

⁴² 1b6. Ver também 3b10-17.

Se quisermos entender como é um universal no tratado e, com isso, esclarecer o uso da predicação de “ser dito de algum sujeito”, será interessante nos determos um pouco sobre esse apontamento de Aristóteles a respeito de ser numericamente uno e indivisível.

A universalidade daquilo que é dito de algum sujeito se contrapõe às coisas individuais que não são ditas de nada. Entre os exemplos aristotélicos de coisas que são ditas de algum sujeito, como já vimos, encontramos o gênero “animal”, a espécie “homem”, a cor “branco” tomada universalmente, o “conhecimento” universal, e assim por diante. Todos esses são exemplos de universais que podem ser ditos de várias coisas. Já, no caso das coisas individuais, supõe-se que essas entidades não sejam ditas de nada e também sejam indivisíveis e numericamente unas.

Os termos numericamente uno (ἓν ἀριθμῶν) e indivisível (τά ἄτομα) são usados quase de maneira intercambiável, mas é preciso indicar uma diferença entre a aplicação de cada caso. Ser apenas uno (ἓν) pode ser entendido de várias maneiras, sendo que uma delas é ser “numericamente uno”. A própria noção de unidade pode nos ajudar a entender o que seria ter unidade em relação ao número.

Se fizermos uma digressão extraída dos apontamentos do comentador Michael Frede (1987)⁴³, a respeito de uma noção de unidade, creio que a noção de “numericamente uno” se tornará um pouco menos obscura. Dessa maneira, suponhamos que é permitido haver uma unidade possível nas coisas universais, mesmo que elas não sejam numericamente unas. Ou seja, numericamente uno não seria sinônimo de unidade simplesmente. O gênero e a espécie, por exemplo, os quais possuem universalidade por serem ditos de muitas coisas, não podem ser numericamente unos, como Aristóteles apontou; no entanto, a partir do ponto de vista de uma unidade em relação ao gênero, o gênero pode ser uno. Por exemplo, o gênero “animal” pode ser tratado como uno se todas as coisas que estiverem em questão (como Sócrates, Platão, Bucéfalo, assim por diante) forem divididas e contadas, tendo em mente a unidade em relação ao gênero. Sócrates, Platão e Bucéfalo serão uma unidade, ou seja, serão *genericamente uno*.

Assim, supomos que é possível ter uma unidade no gênero, visto que Sócrates, Platão e um certo cavalo são “animal”. A partir do ponto de vista do gênero ou de ser *genericamente uno*, Sócrates, Platão e um certo cavalo são um na medida em que são

⁴³ Frede, M., (1987) “Individuals”, *Essays in Ancient Philosophy*, p.51-52.

todos “animal”. Dessa forma, o gênero pode ser considerado uma unidade e, a partir desse ponto de vista, também indivisível. Sócrates, Platão e um certo cavalo são indistinguíveis entre si quando considerados *genericamente* um animal. São todos “animal” de fato porque a divisão pelo gênero não divide Sócrates e certos cavalos, muito menos homem e cavalo. A divisão de algo genericamente uno apenas discerne aquilo que é variado no gênero, como os dois gêneros “animal” e “planta”. Sócrates e uma sequoia não poderiam ter unidade em relação ao gênero.

O mesmo pode se passar com a espécie. Se prosseguirmos a partir de uma divisão por espécie, o gênero pode se desdobrar. O gênero “animal” se divide nas espécies “homem”, “cavalo”, “boi”, “papagaio” e assim por diante. Mas, se contarmos e dividirmos coisas através de agrupamentos mais amplos, a unidade se torna relativa.

A unidade da espécie pode ser explorada da mesma forma quando tomamos Sócrates e Platão em relação à sua espécie “homem”. Sócrates e Platão não podem ser separados quando considerados unicamente como “homem”. Ambos são homens e, em relação à espécie, são indistinguíveis. Ambos Platão e Sócrates são *especificamente unos*, porque são tomados como unidade a partir da mesma espécie homem. Já no caso de Bucéfalo e Sócrates, não temos uma unidade em relação à espécie, visto que Bucéfalo é um “cavalo” e Sócrates é um “homem”.

Com isso, ser indivisível e ser numericamente um apenas se dá nos indivíduos. Dividir Sócrates e Platão é permitido somente se tomarmos cada elemento como numericamente uno, a dizer, ao realizar uma divisão em relação ao número, e não em relação ao gênero (animal) ou à espécie (homem)⁴⁴.

Agora, se voltarmos à ideia da universalidade encontrada nas coisas que são ditas de algum sujeito, reparamos que elas não são, portanto, coisas individuais, porque não são numericamente unas e indivisíveis, mesmo que possam ter certa unidade sob outro ponto de vista mais amplo. A individualidade das coisas individuais está fortemente atrelada à noção de divisão em relação ao número.

Dito isso a respeito do universal, um outro elemento especial da predicação “ser dito de algum sujeito” é que uma coisa que é dita de algum sujeito tem o seu nome (ὄνομα) e a sua definição (λόγος) como predicáveis do sujeito. Por exemplo, animal é dito de

⁴⁴ Ver *Tópicos* I,7, 103a6-14.

Sócrates, “Sócrates é animal”, e tanto o nome “animal” quanto a definição de “animal” se predicam de Sócrates. Isso não ocorre no caso de “Sócrates é branco”, um exemplo de predicação do tipo “estar num sujeito”, porque a definição de branco não é predicável de Sócrates, mesmo que o nome “branco” o seja.

“É evidente, pelo que foi dito antes, que tanto o nome como a definição das coisas que são ditas de um sujeito se predicam necessariamente do sujeito. Por exemplo, um homem é dito de um sujeito – a saber, de um certo homem – e é claro que o nome se predica (pois “homem” será predicado de um certo homem); e a definição de homem predicar-se-á de um certo homem (pois um certo homem é também um homem). De modo que tanto o nome como a definição predicar-se-ão do sujeito.”⁴⁵

A noção de definição (λόγος) não é explicada no tratado das *Categorias*. Aristóteles utiliza uma noção de definição, por exemplo, no início do tratado quando aborda a sinonímia e a homonímia. Lá ele utiliza essa noção de definição para diferenciar casos em que, por exemplo, duas coisas podem ter o nome em comum, “animal”, mas podem ter ou não ter definição de “animal” como algo comum. Homem é animal e boi é animal, sendo que ambos têm o nome “animal” em comum e a definição de animal para cada caso é igual. Mas, homem é “ζῷον” (animal) e quadro é “ζῷον” (homônimo de animal que significa retrato), sendo que homem e quadro têm o nome “ζῷον” em comum, mas a definição de “ζῷον” para cada caso é diferente. A definição nos exemplos supõe uma diferença entre o que uma coisa é e o seu nome, o que é o caso de retrato e de homem como entidades diferentes.

No geral, a noção de “ser dito de algum sujeito” é tomada comumente como sendo uma predicação essencial⁴⁶, na medida em que exige que, além do nome, a definição seja predicável do sujeito, a saber, que se apresente um conteúdo essencial do sujeito em questão. De Sócrates, temos o conteúdo essencial de ser “homem”, “animal”, “ser vivo”, e assim por diante. Portanto, segundo a ideia de que essa predicação seja essencial, coisas como substâncias segundas são predicadas de maneira essencial das substâncias primeiras e também acidentes universais são predicados de maneira essencial dos acidentes individuais.

⁴⁵ 2a20-34

⁴⁶ Por exemplo: Amônio, in *Cat.*, 30,25-30,13; Porfírio, in *Cat.*, 80,1-30; Simplício, in *Cat.*, 51,30-54,21; Chen, C.-H. (1957), p. 149; Duerlinger, J. (1970), p. 181; Code, A. (1985), p. 104; Bäck, A. T., (2000), p. 166; Perin, C. (2007), p. 128.

A relação de “ser dito de algum sujeito” também estabelece uma relação de transitividade entre as coisas que são ditas de algum sujeito. Aristóteles indica essa característica da relação de “ser dito de algum sujeito” no capítulo 3 do tratado:

“Sempre que uma coisa se predica de uma outra como de um sujeito, todas as coisas que são ditas daquilo que é predicado serão também ditas do sujeito. Por exemplo, homem predica-se de um certo homem e animal predica-se de homem e, por isso, animal predica-se-á também de um certo homem; pois um certo homem é um homem e também um animal.”⁴⁷

Isso quer dizer que se Y é dito de X e Z é dito de Y, Z será dito de X. A saber, se homem é dito de um certo homem e animal é dito de homem, animal será dito de um certo homem. Dessa maneira, a relação entre uma substância primeira e o seu gênero se dá através da relação de “ser dito de algum sujeito”.

De maneira resumida, Aristóteles parece utilizar a noção de “ser dito de algum sujeito” para classificar as coisas que são universais e as coisas que não são universais e para apontar uma diferença entre a noção de “ser dito de algum sujeito” (que exige que nome e definição sejam predicáveis do sujeito) e a noção de “estar num sujeito” (que, como veremos, exige apenas que o nome seja predicável do sujeito).

Podemos dizer que temos no tratado das *Categorias* substâncias universais que são ditas de um sujeito e não estão num sujeito, acidentes universais que são ditos de um sujeito e estão num sujeito, e além disso as *diferenças*, que são ditas de um sujeito e não estão num sujeito⁴⁸. Essas entidades são os universais do tratado. Todos os universais são ditos de algum sujeito e, portanto, expõem um nome e uma definição em comum com os seus sujeitos.

5) Estar em um sujeito

A noção de estar num sujeito é uma relação exclusiva entre não-substâncias⁴⁹ e substâncias. As coisas que estão num sujeito são dependentes das substâncias, ou seja, de

⁴⁷ 1b10-15.

⁴⁸ Discutiremos o caso das *diferenças* mais adiante.

⁴⁹ Talvez seja importante lembrar que as não-substâncias da tabela podem ser chamadas de acidentes, visto que são certamente aquilo que está num sujeito, seguindo a sua característica na relação de “estar num sujeito”, e que podem se encontrar ou não num sujeito, a dizer, “estar sentado” ou “branco” pode estar ou não em Sócrates. Em sentido mais amplo, por indicação de Ricardo Santos (2016), encontramos

seus sujeitos. Aristóteles trata inicialmente das coisas que estão num sujeito no capítulo 2:

“Outras estão num sujeito, mas não são ditas de nenhum sujeito (com “num sujeito” quero designar o que pertence a alguma coisa, mas não como uma parte e que não pode existir separadamente daquilo em que está). Por exemplo, uma certa literacia está num sujeito, a saber, na alma, mas não é dita de nenhum sujeito; e um certo branco está num sujeito, a saber, no corpo (pois toda a cor está num corpo), mas não é dito de nenhum sujeito. Outras são ditas de um sujeito e estão num sujeito. Por exemplo, o conhecimento está num sujeito, a saber, na alma, e é dito de um sujeito, a saber, da literacia.”⁵⁰

Essa passagem apresenta os acidentes universais e individuais conforme as noções de predicação “ser dito de algum sujeito” e de inerência “estar num sujeito”. Ambos os tipos de acidentes são as únicas coisas que “estão num sujeito”. E ambos os tipos de acidentes apresentam uma relação de dependência. A relação de dependência é evidente entre um acidente individual que não pode existir separado daquilo que o contém⁵¹, como a ressalva nos parênteses na passagem mostra. O mesmo pode ser aplicado aos acidentes universais, visto que também “estão num sujeito”.

Essa relação de “estar num sujeito” coloca que os acidentes sejam aquelas coisas que não cumprem a adequação do nome e da definição, o que não ocorria com as coisas que são ditas de algum sujeito.

“Mas, quanto às coisas que estão num sujeito, na maioria dos casos, nem o nome nem a definição se predica do sujeito. Em alguns casos, nada impede que o nome se predique do sujeito, mas, quanto à definição, isso é impossível.”⁵²

nos *Tópicos* (102b5-26) uma definição de acidente que estabelece papel similar ao das coisas que não são substâncias. Lá Aristóteles afirma que os acidentes são aquelas coisas que podem se encontrar ou não numa mesma coisa, o que se contrapõe a propriedades essenciais que não poderiam não se encontrar em seu sujeito.

⁵⁰ 1a22-1b3.

⁵¹ Ignora-se aqui propositalmente um tratamento detalhado da longa discussão a respeito das não-substâncias individuais ou acidentes individuais. Tal tratamento merece uma outra ocasião, como também merece alguma novidade interpretativa, da qual não dispomos. Para interpretações variadas sobre a recorrência ou não das não-substâncias individuais, ver: Ackrill, J. L. (1963); Mesquita, A. P. (2015); Jones, B. (1972); Devereux, D. (1992); Owen, G. E. L. (1965); Matthews, G. B. (1989); Annas, J. (1974); Duerlinger, J. (1970); Moravcsik, J. M. E. (1967); Frede, M. (1987); Wedin, M. V. (2000); Heinaman, R. (1981); Allen, R. E. (1969). Ver bibliografia.

⁵² 2a28-31.

Se nos voltarmos para um caso de inerência, como “homem é branco” a definição de, por exemplo, “branco” não é predicável do sujeito “homem”, mesmo que o nome o seja. O que não é o caso da predicação de “ser dito de algum sujeito”, na qual o nome e a definição, ou seja, ambos, são predicáveis do sujeito.

É interessante notar que as noções de predicação “ser dito de algum sujeito” e de inerência “estar num sujeito” estabelecem relações que podem ser divididas em relações essenciais e relações acidentais. Como foi exposto, a noção de predicação “ser dito de algum sujeito” supostamente produz um conteúdo essencial do sujeito em questão, ao levar em consideração a definição. Por exemplo, a espécie ou o gênero são ditos de uma substância primeira e apresentam desse modo uma resposta mais adequada ao dizer o que é uma substância primeira⁵³. Enquanto que a noção de inerência expõe um conteúdo acidental do sujeito em questão. Dizer que “Sócrates é branco” não aponta um conteúdo essencial de Sócrates.

⁵³ Há de se pensar se um acidente universal que é dito de um acidente individual revela conteúdo essencial do acidente individual em questão. Se for o caso, a existência de conteúdo essencial de um acidente seria possível, dado que a relação de “ser dito de algum sujeito” exporia esse tipo de conteúdo do sujeito.

6) As substâncias primeiras

Apresentadas resumidamente as duas noções de predicação “ser dito de algum sujeito” e de inerência “estar num sujeito”, podemos nos voltar novamente para as substâncias primeiras.

As substâncias primeiras são aquelas coisas que não são ditas de um sujeito nem estão num sujeito, e, por isso, são consideradas os indivíduos concretos da ontologia no tratado. A base da ontologia é a substância primeira e tudo depende de sua existência para poder existir. Sendo aquilo de que tudo o mais é dito ou está em, as substâncias primeiras se apresentam como os sujeitos últimos de qualquer tipo de predicação. Todas as coisas são ditas ou estão em substâncias primeiras. E nenhuma substância primeira é predicada de outra entidade.

Além de serem os indivíduos concretos e a base da ontologia, as substâncias primeiras têm alguns outros traços que são abordados por Aristóteles nas *Categorias* que merecem ser destacados. São traços que caracterizam os indivíduos concretos e também, por vezes, a própria categoria da substância.

No tratado, Aristóteles realiza um tipo de análise de traços com as outras categorias e termina cada capítulo dedicado a uma categoria expondo um traço próprio (ἴδιον) da categoria analisada⁵⁴. Creio ser proveitoso ao menos apontarmos esses traços das substâncias primeiras.

Por exemplo, em primeiro lugar, como indivíduos concretos do tratado, as substâncias primeiras são *um certo isto* (τόδε τι):

“Todas as substâncias parecem significar um certo isto. No que respeita às substâncias primeiras, é incontestavelmente verdade que elas significam um certo isto; pois a coisa revelada é indivisível e numericamente uma.”⁵⁵

Entendemos que a expressão “um certo isto” é um indicador de individualidade, baseado no fato de que as coisas que são *um certo isto* são indivisíveis e numericamente unas. Portanto, são o oposto dos universais, os quais examinamos rapidamente em

⁵⁴ Para uma análise detalhada das características expostas por Aristóteles a respeito das categorias e a estrutura da análise aristotélica, ver Zingano, M., (2013) “As Categorias de Aristóteles e a doutrina dos traços do ser”, dois pontos, vol. 10, n. 2, pp. 225-254.

⁵⁵ 3b10-12.

momento anterior desta dissertação. Ser *um certo isto* não é um traço compartilhado com as substâncias segundas, visto que estas são universais propriamente ditos.

Em segundo lugar, as substâncias primeiras não têm nenhum *contrário* (ἐναντίον) e o mesmo pode se dizer das substâncias segundas:

“Uma outra característica das substâncias é não terem nenhum contrário. Pois o que poderia ser o contrário de uma substância primeira? Um certo homem, por exemplo, não tem nenhum contrário; assim como homem ou animal também não têm nenhum contrário.”⁵⁶

Em terceiro lugar, as substâncias primeiras não admitem *mais e menos* (μᾶλλον καὶ ἥττον) e o mesmo também pode se dizer das substâncias segundas:

“A substância, ao que parece, não admite mais e menos. (...) Por exemplo, se esta substância é um homem, ele não será mais ou menos homem, nem do que ele mesmo, nem do que outro homem. Pois um homem não é mais homem do que outro, como uma coisa branca é mais branca do que outra e uma coisa bela é mais bela do que outra.”⁵⁷

E, por último, o traço próprio (ἴδιον) das substâncias primeiras é a dita “capacidade de receber contrários, sendo numericamente una e a mesma”⁵⁸.

“O que principalmente parece ser próprio a da substância é que, sendo numericamente una e a mesma, seja capaz de receber contrários. Não há nenhuma outra coisa que se possa apresentar e que, sendo numericamente una, seja capaz de receber contrários. Por exemplo, uma cor que seja numericamente una e a mesma não poderá ser branca e negra; nem uma mesma ação, que seja numericamente uma só, poderá ser má e boa; e do mesmo modo para as outras coisas que não sejam substâncias. (...) Por exemplo, um certo homem, que é um e o mesmo, torna-se ora claro ora escuro, ora quente ora frio, ora mau ora bom.”⁵⁹

O traço próprio da substância primeira, que é a capacidade de receber contrários, se expressa na mudança que unicamente a substância primeira parece poder sofrer. Além

⁵⁶ 3b24-27.

⁵⁷ 3b33-4a1.

⁵⁸ É inicialmente possível supor que as substâncias segundas devam aceitar esse traço próprio, visto que são substâncias, e assim poderíamos dizer que o traço próprio é sempre um traço exclusivo de uma determinada categoria. Se o traço próprio da categoria da substância é a capacidade de receber contrários, então é de se supor que todo tipo de substância deva ter esse traço próprio. Mas, as substâncias segundas parecem não aceitar esse traço, ou ao menos a indicação do traço próprio não trata das substâncias universais.

⁵⁹ 4a10-21.

disso, é a entidade que sofre mudança em tempos diferentes, visto que nenhuma entidade individual pode receber contrários simultaneamente⁶⁰.

“No caso de uma substância, por exemplo, embora pareça ser capaz de receber contrários, não é certamente ao mesmo tempo que ela se encontra doente e saudável, nem clara e escura ao mesmo tempo, nem há nenhuma outra coisa que admita ambos os contrários ao mesmo tempo.”⁶¹

Entende-se assim que a substância primeira é a única entidade capaz de sofrer mudança, porque afinal receber contrários pode ser entendido como uma mudança.

“Pois, no caso das substâncias, é mudando elas mesmas que são capazes de receber os contrários. Pois o que se tornou frio em vez de quente, ou escuro em vez de claro, ou bom em vez de mau, mudou (uma vez que se alterou). Do mesmo modo, também nos outros casos, é sofrendo ela mesma uma mudança que cada coisa é capaz de receber contrários.”⁶²

Diferentemente dos enunciados e das opiniões (τὸν λόγον καὶ τὴν δόξαν), os quais Aristóteles cogita rapidamente como uma possibilidade de entidade também capaz de receber contrários, as substâncias primeiras recebem elas mesmas os contrários e mudam, enquanto que no caso das opiniões e dos enunciados são outras coisas que mudam para que as opiniões e os enunciados sejam ora verdadeiros ora falsos.

“Na realidade, nenhum enunciado ou opinião é mudado por nenhuma coisa e, por isso, eles não são capazes de receber contrários, uma vez que nada acontece em si mesmos.”⁶³

Esse traço próprio (ἴδιον) é um traço exclusivo de certo tipo de entidade. O traço próprio da substância é a capacidade de receber contrários e nenhuma outra entidade tem esse traço. Não é como o caso dos outros traços que não são próprios, a dizer, admitir *mais e menos* e ter *contrário*, os quais são compartilhados com outras entidades. Aristóteles define o traço próprio de uma maneira similar nos *Tópicos*:

⁶⁰ Isso é por vezes analisado como problema na aplicação do traço próprio de “ser capaz de receber contrários” no caso das substâncias segundas, visto que a aceitação dessa capacidade pode ocasionar na capacidade de receber contrários simultaneamente. Esse problema surge se tomarmos a indicação do próprio (ἴδιον) como aplicável à categoria da substância como um todo.

⁶¹ 6a1-5.

⁶² 4a30-34.

⁶³ 4b11-14.

“Uma propriedade única é o que não exhibe o que é ser para alguma coisa, mas pertence somente a ela e contrapredica com ela. Por exemplo, é uma propriedade única de um humano ser capaz de se tornar literato: se alguma coisa é humano, então é capaz de se tornar literato, e se é capaz de se tornar literato, então é humano. Pois ninguém chamaria alguma coisa única que fosse capaz de pertencer a outra coisa (por exemplo, dormir para um humano), nem mesmo se acontecesse por um tempo pertencer a uma coisa apenas.”⁶⁴

É o traço próprio (ἴδιον) da categoria em questão que aponta o traço mais específico que a diferencia do resto das categorias. Não ter *contrário* e não admitir *mais e menos* não são características ou traços que capturam a especificidade da categoria da substância, visto que outras categorias também têm essas características. Será o papel do traço próprio (ἴδιον) evidenciar esse traço único que, mesmo não indicando o que é ser para a coisa (entendendo-se aqui como um “conteúdo essencial” de uma coisa), apresenta uma relação de insubstituibilidade na caracterização da coisa.

Todavia, não é o traço único que nos diz o que faz a substância primeira ser substância, muito menos o que faz algo ser substância. Ele apenas indica uma característica exclusiva da categoria em questão ou talvez uma característica restrita a certos tipos de entidades sob uma categoria.

Creio que podemos, neste momento, nos perguntar pela substancialidade mesma das substâncias primeiras. Os traços apresentados caracterizam a substância primeira, mas não são elementos que estabelecem a substancialidade. A pergunta seria, portanto, o que faz as substâncias primeiras serem substâncias? Ou ainda podemos nos fazer a seguinte pergunta mais ampla: o que faz algo ser substância no tratado das *Categorias*?

7) Critérios de substancialidade

Talvez seja interessante neste momento apresentar algumas interpretações contemporâneas a respeito da substancialidade no tratado das *Categorias*. Usaremos quatro interpretações contemporâneas que nos ajudarão a desvendar as condições para a substancialidade no tratado.

⁶⁴ 102a18-30.

Primeiramente, temos uma interpretação de um critério de substancialidade, ou seja de um critério que diz o que faz algo ser substância, que é ligado à condição de algo ser um sujeito de inerência. É a interpretação de Casey Perin (2007), na qual ele diz: “Ser uma substância de qualquer tipo nas *Categorias* é uma questão de ser um sujeito de inerência.”⁶⁵

Essa interpretação de Perin (2007) se resume a um critério de substancialidade geral tanto para as substâncias primeiras quanto para as substâncias segundas⁶⁶. O critério de substancialidade geral é a condição de ser sujeito de inerência. Diferente do entendimento segundo o qual as substâncias são substâncias porque são sujeitos apenas, Perin (2007) restringe o critério e considera que as substâncias são substâncias porque são sujeitos de inerência, a saber, sujeitos na relação de “estar em algum sujeito”.

Tanto as substâncias primeiras quanto as substâncias segundas são sujeitos de inerência. Agora, segundo o comentador, as substâncias primeiras são “*primeiras*” porque são sujeitos últimos de predicação e de inerência de todas as coisas. As substâncias primeiras são sujeitos de todas as coisas e não são predicadas de nada, nem estão em nada. Logo elas são os sujeitos últimos de todas as coisas.

Mas as substâncias primeiras são *substâncias* (em critério geral) não porque são sujeitos últimos de predicação, mas porque são sujeitos de inerência. Sendo assim, as substâncias segundas também compartilham do critério de serem sujeitos de inerência, mesmo não sendo sujeitos últimos de predicação de todas as coisas. As substâncias segundas são sujeitos de inerência ao serem sujeitos de todo o resto accidental (a saber, todos os itens não-substanciais que estão nas substâncias primeiras que pertencem às espécies e aos gêneros em questão).

É preciso notar que a noção de ser sujeito que Perin (2007) defende para propósitos de substancialidade geral é exclusivamente ligada à relação de “estar num sujeito” (inerência) e não contempla a relação de “ser dito de algum sujeito” (predicação).

⁶⁵ Perin, C., (2007) “Substantial Universals in Aristotle’s Categories”, Oxford Studies in Ancient Philosophy, 33, p.137.

⁶⁶ Mesmo que, em sua interpretação, Perin procure ao longo do texto afirmar alguma utilidade para o que veremos mais adiante como o segundo candidato a critério de substancialidade, a saber, a condição de revelação, ele usa essa condição apenas diante da pergunta “por que as substâncias segundas são sujeitos de inerência?” e não para a pergunta “o que faz as substâncias segundas serem substâncias?”. O critério principal das substancialidade geral continua sendo a condição de ser sujeito de inerência.

Esta última relação não conta como evidência de algo ser sujeito para propósitos de substancialidade geral. Por isso, um pouco antes da passagem acima citada, ele detalha:

“Então, querer dizer, como atesto que Aristóteles faz em 2b37-3a6, que as espécies e os gêneros de substâncias primeiras são em si mesmos substâncias porque são sujeitos, dos quais todos os itens não-substanciais são predicados, é querer dizer que essas espécies e gêneros são substâncias porque são sujeitos de inerência ou da relação de estar em. Pois, claramente, Aristóteles não quer dizer aqui que as espécies e os gêneros de substâncias primeiras são em si mesmos substâncias porque são sujeitos na relação de ser dito de. Porque nas *Categorias* ambos as substâncias e os itens não-substanciais são sujeitos na relação de ser dito de. Por causa disso, algo não pode ser uma substância simplesmente por ser um sujeito na relação de ser dito de.”⁶⁷

A interpretação de Perin (2007) se sustenta com base na visão de que as substâncias são os sujeitos mais propriamente ditos do tratado porque são aquelas coisas que contêm os acidentes, ou seja, que são os sujeitos de inerência. Se a ideia de ser sujeito fosse ligada à relação de “ser dito de algum sujeito”, teríamos casos nos quais os acidentes também seriam sujeitos e, portanto, candidatos à substancialidade. É o caso do acidente universal que pode ter como sujeito um acidente individual, quando o primeiro é dito do segundo. Por exemplo, “uma certa literacia é conhecimento”. De maneira esperada, Perin (2007) rejeita a ideia de que acidentes possam ter algum grau de substancialidade por via do critério da condição de ser sujeito. Ele restringe a condição de ser sujeito para a substancialidade à relação de inerência. As substâncias segundas são também sujeitos de inerência, como as substâncias primeiras e por causa destas. Essa é a característica fundamental para a substancialidade, segundo a posição de Perin (2007). Afinal, as outras entidades, além das substâncias primeiras, que contêm acidentes são as substâncias segundas⁶⁸.

Além do critério de substancialidade entendido como condição de ser sujeito, Perin (2007) analisa a dita condição de revelação, que é o apontamento citado abaixo, o qual Aristóteles faz sobre a atuação das substâncias segundas em relação às substâncias primeiras.

⁶⁷ Perin, C. (2007), p.137.

⁶⁸ Novamente, devemos nos atentar para o caso das *diferenças* e nos perguntarmos se seria possível uma *diferença* conter acidentes.

“É então apropriado que, além das substâncias primeiras, as espécies e os gêneros sejam as únicas outras coisas que são chamadas substâncias segundas. Pois elas são as únicas, entre as coisas que se predicam, que revelam a substância primeira. Pois se tivermos de dizer o que é certo homem, será adequado responder indicando a espécie ou o gênero (e mais informativo fazê-lo com “homem” do que com “animal”); mas indicar qualquer das outras coisas será deslocado – por exemplo, dizer “branco” ou “corre” ou qualquer destas coisas. Deste modo, é apropriado que estas sejam as únicas outras coisas que são chamadas substâncias.”⁶⁹

Sobre a condição de revelação, para Perin (2007), ela não serve para estabelecer substancialidade. Se a condição de revelação estabelece o que é ser substância para ao menos a substância segunda, um abismo entre as substâncias surge. Para que possamos entender o seu ponto de vista, Perin (2007) sugere pensarmos que uma substância pode ser: uma substância primeira ou, através da condição de revelação, o que uma substância primeira é essencialmente. Afinal, “animal” é o que Sócrates é essencialmente e a condição de revelação, se fosse critério de substancialidade, apontaria que ser substância é também ser algo que “revela” a essência de uma substância primeira em questão.

Nesse caso, a ideia por trás da sua defesa de um critério de substancialidade geral é calcada na constatação de uma possível e perigosa homonímia entre uma substância primeira e a sua espécie ou o seu gênero. Perin (2007) explica, por exemplo, que Sócrates e sua espécie ou gênero (a saber, homem ou animal) têm o nome comum “substância”, mas a definição de “substância” de Sócrates não é a mesma definição de “substância” de sua espécie ou gênero se tomarmos a definição de “substância” em dois modos: ser substância primeira ou ser o que uma substância primeira é essencialmente.

“Nessa linha de pensamento, o termo “substância” (ousia) se aplica a ambos Sócrates e a sua espécie ou gênero. Mas a definição do que é ser uma substância que é verdade para Sócrates é diferente da definição do que é ser uma substância que é verdade para a sua espécie ou gênero. Porque a definição de ser uma substância para a espécie ou gênero de Sócrates é ser o que uma outra coisa – Sócrates e seu tipo – é essencialmente, e isso não é o que é para Sócrates ser uma substância.”⁷⁰

A definição de substância da substância segunda seria “aquilo que revela a substância primeira, ou seja, aquilo que é a substância primeira essencialmente” e a

⁶⁹ 2b29-37.

⁷⁰ Perin, C. (2007), p.132.

definição de substância da substância primeira não seria aquilo que revela a substância primeira. A homonímia de Sócrates e de sua espécie ou gênero implica que estamos lidando com substâncias que não compartilham a substancialidade do mesmo modo e correm o risco de se mostrarem apartadas por um abismo de definição. Perin (2007) alerta que isso não pode ser a posição de Aristóteles, visto que as substâncias devem ter definição comum. Caso contrário, não seria possível dizer que uma substância primeira é mais substância do que uma substância segunda. Aristóteles propõe essa graduação, segundo Perin (2007), entre substâncias ao mencionar o termo “μάλιστα” (mais do que tudo) sobre a substancialidade das substâncias primeiras⁷¹. É preciso que o critério de substancialidade reflita uma certa unidade de definição no caso das substâncias.

Com esse resultado, Perin (2007) defende que a noção de substancialidade geral não esteja atrelada de maneira fundamental à condição de revelação das substâncias segundas. A condição de ser sujeito de inerência para propósitos de substancialidade evita que tomemos a noção de substância como homônima. Por sua vez, a condição de revelação só figurará na interpretação de Perin (2007) como resposta para a pergunta “o que faz um universal ser sujeito de inerência?” e não como um critério de substancialidade independente.

“Em segundo lugar, um universal é um sujeito de inerência, e, por isso, uma substância, se e somente se satisfizer a condição de revelação para substância segunda. Então, na visão que vou agora esquematizar, nas *Categorias*, certos universais, mas não outros, são substâncias porque certos universais, mas não outros, são sujeitos de inerência.”⁷²

A utilidade da condição de revelação, para Perin (2007), é a de distinguir, entre universais, aqueles que são sujeitos de inerência e aqueles que não o são. De certa forma, a condição de revelação tem importância fundamental para estabelecer a condição de ser sujeito de inerência e, portanto, a própria condição de substancialidade defendida por Perin (2007). Mas, o comentador não abraça a condição de revelação como sendo critério de substancialidade das substâncias segundas. Ser sujeito de inerência basta para a substância segunda ser substância e a condição de revelação é o que permite que a substância segunda seja sujeito de inerência. É a condição de revelação que aponta que as substâncias segundas são o que as substâncias primeiras são essencialmente e, por isso,

⁷¹ 2a9-10.

⁷² Perin, C. (2007), p.133.

as substâncias segundas são sujeitos de inerência. Por serem sujeitos de inerência, são substâncias.

“Para ser claro: o ponto de vista que estou atribuindo a Aristóteles, nas Categorias, é que as espécies e os gêneros das substâncias primeiras são substâncias não porque são o que as substâncias primeiras são essencialmente, mas por serem o que as substâncias primeiras são, elas são, como as substâncias primeiras, sujeitos de inerência. Mas o seu status de sujeitos de inerência é parasitário do status das substâncias primeiras como sujeitos de inerência. Pois, uma espécie ou um gênero é um sujeito de inerência somente porque aquelas substâncias primeiras que pertencem a ele são sujeitos de inerência.”⁷³

Agora, a respeito das relações de predicação “ser dito de algum sujeito” e de inerência de “estar em algum sujeito”, é preciso notar também que a interpretação de Perin (2007) sobre a sujeito de inerência entende a relação de graduação entre as substâncias de modo distinto. Perin (2007) procura diferenciar: a) a noção de substancialidade sobre substâncias e coisas não-substanciais e b) a noção de graduação de substancialidade.

“(...) é necessário distinguir, como me parece que Aristóteles o faz, o que é que faz algo ser uma substância em vez de ser um item não-substancial e o que faz uma substância ser mais ou menos uma substância. (...) Então, enquanto o status de algo como uma substância é uma questão de ser um sujeito de inerência, o lugar de algo na hierarquia das substâncias é uma função das relações de predicação nas quais esse algo está em relação às outras substâncias. Posto que quaisquer duas substâncias x e y, se y é dito de x e x não é dito de y, então x é mais substância do que y. Uma substância primeira é mais substância do que a sua espécie ou gênero porque são ditos dela, mas ela não é dita deles. E, como Aristóteles explica em 2b15-22, a espécie de Sócrates é mais substância do que o seu gênero porque o gênero é dito de sua espécie, mas a espécie não é dita de seu gênero.”⁷⁴

A relação entre espécie e gênero que Aristóteles utiliza para conceder mais substancialidade à espécie, e, com isso, hierarquizar as substâncias, é a relação de “ser dito de algum sujeito” e não a relação de inerência de “estar num sujeito”. O uso da relação de “ser dito de algum sujeito” no caso de atribuição de substancialidade maior à

⁷³ Perin, C. (2007), p.140.

⁷⁴ Perin, C. (2007), p.138.

espécie encontra lugar na interpretação de Perin (2007) ao explicar a graduação das substâncias e somente a graduação, visto que o comentador nega a utilidade da relação de “ser dito de algum sujeito” para atribuição de substancialidade no geral.

Após a sua exposição detalhada do critério fundamental de substancialidade e o lugar da condição de revelação no tratado, Perin (2007) ainda termina a sua interpretação com dois problemas não resolvidos: o problema das *diferenças* e o problema da substância segunda receber contrários ao mesmo tempo.

Em primeiro lugar, o problema das *diferenças* que Perin (2007) deixa não resolvido é o fato de que Aristóteles não aceita essas entidades como substâncias no tratado das *Categorias*⁷⁵, mas as *diferenças* são entidades que são “ditas de algum sujeito” na predicação essencial relatada e não estão num sujeito. Por causa dessa característica, as *diferenças* poderiam supostamente “revelar” uma substância primeira e, por conseguinte, ser o que uma substância primeira é essencialmente, sendo parasitárias também do status de sujeitos de inerência. O intérprete procura sugerir uma solução para o problema das *diferenças* da seguinte maneira:

“Agora, de acordo com Aristóteles nas *Categorias*, e em outros lugares, uma *diferença* ocorre somente em um único gênero. Por essa razão, não é possível mencionar uma *diferença* sem se referir ao gênero no qual a *diferença* ocorre. Portanto, uma resposta para a pergunta “o que é?” que menciona uma *diferença* também se refere, mesmo se não mencionar, ao gênero no qual a *diferença* ocorre. Visto que a combinação do gênero e a *diferença* é uma espécie, qualquer resposta para a pergunta “o que é?” que menciona apenas uma *diferença*, mas com isso se refere ao gênero no qual o *diferença* ocorre, é equivalente a uma resposta que menciona uma espécie. Então a visão de Aristóteles nas *Categorias* pode ser que apesar da pergunta “o que é?” sobre uma substância primeira poder ser respondida corretamente ao mencionar uma *diferença* predicada da substância primeira, estritamente falando, não é a *diferença*, mas a espécie que ela em parte constitui que satisfaz a condição de revelação para substância segunda.”⁷⁶

Todavia, adiantamos aqui que a sua solução para o problema das *diferenças* é no mínimo problemática, visto que essa solução nada impede de as *diferenças* serem consideradas substâncias. De fato, trata-se quase de uma aproximação ainda mais perigosa das *diferenças* em relação às espécies de substâncias primeiras, que são

⁷⁵ 3a22-23; 2b35-36.

⁷⁶ Perin, C. (2007), p. 130.

substâncias. Colocar em equivalência uma *diferença* e uma espécie como resposta para a pergunta “o que é” uma substância primeira ignora o fato de que “racional” ou “racionalidade” não é a mesma coisa que “homem”.

O segundo problema não resolvido na interpretação de Perin (2007) é o problema das substâncias segundas admitirem contrários ao mesmo tempo. Como Aristóteles restringe o traço próprio (ἴδιον), de admitir contrários em tempos diferentes, àquelas substâncias numericamente unas, a saber, as substâncias primeiras, o problema não parece atingir as entidades substanciais universais. No entanto, o comentador Perin (2007) termina a sua interpretação com a seguinte ressalva:

“Como resultado, a espécie ou gênero de uma substância primeira, diferente de uma substância primeira em si mesma, é um sujeito de inerência no qual contrários podem inerir ao mesmo tempo. Essa visão obviamente convida a pergunta que, até onde sei, nenhum comentador até agora conseguiu responder: que tipo de ser ou entidade *isto* seria?”⁷⁷

A pergunta que se apresenta é que tipo de entidade a substância segunda seria quando supostamente ela se expõe como algo que admite contrários ao mesmo tempo. De fato, se pensarmos na noção de um sujeito de inerência individual, isso soa estranho. Afinal como seria um sujeito individual em que duas propriedades contrárias inerem ao mesmo tempo? Mas é possível crer que a própria noção de sujeito universal que as substâncias segundas exemplificam deve ser ao menos uma indicação importante para reconsiderar a noção de sujeito de inerência para além da individualidade tomada como pressuposto. Evidência maior ainda para uma reconsideração é a própria restrição que Aristóteles utiliza na passagem sobre o traço próprio da substância, ou seja, a restrição do traço próprio se aplicar a entidades numericamente unas e não universais⁷⁸.

Um outro intérprete da substancialidade das substâncias segundas é Markus Kohl (2008)⁷⁹, e a sua posição envolve em parte a noção de “sujeito não-recíproco”, uma concepção que foca também no sujeito de inerência, mas sob outro ponto de vista. O comentador defende que o critério da substancialidade geral deve envolver uma

⁷⁷ Perin, C., (2007), p.142-143.

⁷⁸ 4a10-14.

⁷⁹ Kohl, M., (2008) “Substancehood and Subjecthood in Aristotle’s “Categories””, *Phronesis*, vol. 53, n. 2, pp. 152-179.

concepção não-recíproca de sujeito, a qual se baseia na predicação assimétrica entre certos sujeitos e seus predicados.

De maneira resumida, aquilo que se apresenta como sendo o sujeito de fato da ontologia das *Categorias* é a entidade que funciona como sujeito em relação a uma multiplicidade de predicados, mas estes predicados não funcionam como sujeitos dessa entidade. A assimetria da predicação é o que produz a própria noção de sujeito no tratado. As substâncias primeiras são o candidato mais evidente dessa concepção, visto que são entidades que são sujeitos de todas as coisas e não são predicadas de nada. Nenhuma substância primeira pode ser predicada da entidade de que a substância primeira é sujeito. O mesmo se daria entre as substâncias segundas, mas em outros quesitos. As substâncias segundas podem ser predicadas das substâncias primeiras e também no caso da espécie com o gênero, mas não podem ser predicadas dos acidentes.

Em primeiro lugar, no caso das substâncias segundas, Kohl (2008) vê que as substâncias segundas agem de maneira similar, como as substâncias primeiras, na relação com os acidentes. As substâncias segundas são sujeitos de acidentes, mas estes não podem ser sujeitos das substâncias segundas. Os sujeitos de inerência são sujeitos não-recíprocos dos acidentes. Em segundo lugar, as substâncias segundas agem de maneira similar no caso da relação entre espécie e gênero. Segundo Kohl (2008), Aristóteles confere maior substancialidade à espécie porque o gênero é predicado da espécie, mas esta não pode ser predicada do gênero. Mantendo ainda a ligação estreita entre a substancialidade e a condição de ser sujeito, Kohl (2008) alerta para o que ele considera ser o ponto mais importante a respeito do critério de substancialidade:

“Aristóteles, em minha interpretação, estabelece a sua noção de substancialidade nas *Categorias* ao invocar o que ele toma como sendo uma importante relação metafísica: aquela de ser um sujeito de um domínio de itens sem ser predicado de qualquer um desses itens, uma relação para a qual Aristóteles chama atenção em 2b20 quando torna claro que o próprio conceito de um sujeito está ligado à ideia de que toda vez que x é um sujeito de y, y é predicado de x, mas x não é reciprocamente predicado de y. Esta concepção não-recíproca da condição de ser sujeito serve a dois propósitos: primeiro, ela leva a uma explicação da substancialidade no geral; e segundo, ela levanta um número de diferenciações dentro da classe de substâncias, tendo como resultado a atribuição de primazia substancial a objetos concretos. Isto pode então ser reconhecido como um critério “ideal” no sentido explicado anteriormente. (...) Se abstrairmos do fato de que as

espécies subjazem não-reciprocamente os gêneros e que os objetos concretos subjazem não-reciprocamente universais substanciais, podemos ver que, com relação a propriedades, as substâncias primeiras e segundas estão em sintonia: *todas* as substâncias – objetos concretos, espécies das substâncias, gêneros das substâncias – subjazem não-reciprocamente propriedades. Este é o denominador comum mais baixo da substancialidade das *Categorias*.⁸⁰

Kohl (2008) utiliza o seu critério de substancialidade geral baseado na atuação comum das substâncias primeiras e das substâncias segundas em relação aos acidentes. O chamado denominador comum da substancialidade é ser sujeito dos acidentes e não ser predicado deles. Diferente de Perin (2007), a posição de Kohl (2008) sugere nos voltarmos para a não-reciprocidade da predicação, enquanto que o comentador anterior se basta no apontamento da condição de ser sujeito de inerência das substâncias.

Ambos os comentadores mencionam os problemas das *diferenças* e da capacidade de receber contrários. Agora, ainda que Kohl (2008) se atente para o problema das *diferenças* em sua interpretação, o problema das substâncias segundas serem capazes de receber contrários ao mesmo tempo não parece ser considerado um problema.

De maneira resumida, ele apresenta a capacidade das substâncias segundas de receberem contrários ao mesmo tempo e não problematiza o que Perin (2007) tomou como sendo uma questão importante cuja resposta lhe escapa:

“Enquanto que as substâncias segundas podem receber contrários, a sua capacidade de fazer isso não está em questão nesta passagem [4a10-22]. A razão é que Aristóteles está falando aqui sobre a habilidade de receber contrários *qua* algo que “é numericamente uno e o mesmo”. Mas identidade numérica e individualidade não são traços das substâncias segundas. 4a10-22 menciona o fenômeno que uma e mesma coisa pode receber contrários em tempos diferentes: um e mesmo homem individual “se torna pálido num momento e escuro em outro”. No caso das substâncias segundas, o sujeito que recebe os contrários pode fazê-lo *simultaneamente*: homem será tanto virtuoso quanto vicioso somente se houver ao menos um homem individual que é virtuoso e ao menos um homem individual que é vicioso, e que ambos existam ao mesmo tempo.”⁸¹

Kohl (2008) não parece tomar a capacidade de receber contrários ao mesmo tempo como uma questão que precisa ser solucionada para que possamos esclarecer a condição

⁸⁰ Kohl, M., (2008), p.163-164.

⁸¹ Kohl, M., (2008), p.154.

de ser sujeito das substâncias segundas. De certo modo, supomos que é de maneira acertada a sua simplificação do fato de substâncias segundas receberem contrários simultaneamente. A passagem sugere que não tomemos as substâncias segundas como as substâncias individuais e simplifiquemos a problemática causada por considerar erroneamente sujeitos universais como sujeitos individuais. Mais adiante veremos na dissertação o problema dessa capacidade de maneira similar, procurando atentar para a simplificação que Kohl (2008) sugere.

Por sua vez, em relação ao problema das *diferenças*, ele comenta:

“Ainda que as *differentiae* forneçam a essência e determinem a condição de sujeito das substâncias, elas não podem ser tratadas como sujeitos em si mesmas. Isso contradiz a minha afirmação de que nas *Categorias* a condição de sujeito é designada àqueles universais que fornecem essência e determinam a condição de sujeito de outras substâncias. Um tipo de defesa contra essa objeção é a de que ainda que as *differentiae* de fato determinem a condição de sujeito típica, elas o fazem como partes de substâncias, e assim não há necessidade de tratá-las como sujeitos além das substâncias das quais elas constituem partes. (...) No entanto, uma resposta ainda mais persuasiva a essa objeção parece ser, ao menos para os propósitos atuais, de que o problema levantado pelo objeto não é uma consequência particular de minha interpretação, mas antes um indicativo da confusão geral sobre o status das *differentiae* nas *Categorias*. A confusão é, resumidamente, que as *differentiae* não podem ser tomadas como meras propriedades, e, no entanto, elevá-las ao status de substâncias segundas ameaça a coerência das visões sistemáticas de Aristóteles sobre a substância, visto que verdades sobre Sócrates e homem não parecem se aplicar a racionalidade (...).”⁸²

Já adiantamos que essa solução de Kohl (2008) não parece funcionar muito bem. A solução em que as *diferenças* poderiam ser tomadas como partes conceituais das substâncias, o que impediria considerar as *diferenças* como sujeitos propriamente ditos, é uma solução problemática porque ser parte não material ou abstrata de nada altera o estatuto ontológico substancial das substâncias primeiras. O mesmo deve se aplicar ao caso das *diferenças*. Estas não podem perder a sua candidatura a sujeitos de inerência pelo simples fato de serem partes conceituais das substâncias. Mais adiante nesta dissertação comentaremos o problema das *diferenças* de maneira mais detida.

⁸² Kohl, M., (2008), p.174, nota 40.

Ambos os comentadores, Perin (2007) e Kohl (2008), terminam por abraçar a posição de um critério fundamental de substancialidade geral. E também ambos os comentadores encontram como denominador comum de substancialidade a inerência com relação a acidentes. Ainda que por caminho diverso Kohl (2008) estabeleça o seu critério através da não-reciprocidade e Perin (2007) o faça diretamente pelo fato de as substâncias serem sujeitos de acidentes⁸³, os dois comentadores concentram a sua atenção na condição de ser sujeito de inerência, tanto para as substâncias primeiras quanto para as substâncias segundas.

Esse não é o caso de Michael V. Wedin (2000)⁸⁴. A interpretação de Wedin (2000) recusa a ligação entre a condição de ser sujeito das substâncias primeiras e uma suposta condição similar de ser sujeito das substâncias segundas. Para o comentador, as substâncias segundas são substâncias não por causa de serem sujeitos de maneira similar à condição de ser sujeito das substâncias primeiras, como nos casos de inerência. Mas antes Wedin (2000) separa a condição de ser sujeito da condição de revelação das substâncias segundas. O único apontamento a respeito da substancialidade das substâncias segundas é a sua capacidade de revelação e não uma condição de ser sujeito. Wedin (2000) não vê que a condição de ser sujeito se aplica às substâncias segundas, o que o leva a desconsiderar em sua interpretação tomar substâncias segundas como sujeitos similares às substâncias primeiras.

“Isto [a visão quantitativa de Furth⁸⁵] deve, no entanto, servir para nos alertar para o fato de que somente o critério baseado no sujeito é insuficiente. Em particular, ele não nos diz por que espécies e gêneros devem contar como substâncias em primeiro lugar. Nem, até onde vejo, Aristóteles pretendeu que deveria. A seção (iv) [2b29-37] começa e

⁸³ Argumento que Kohl (2008) considera inválido: “C. Perin [‘Universals’], cuja análise da relação entre a condição de ser sujeito e a substancialidade nas *Categorias* se apresenta de alguma forma similar à minha própria interpretação, raciocina da seguinte maneira: substâncias primeiras são sujeitos (e, portanto, substâncias); substâncias segundas são o que as substâncias primeiras são essencialmente; portanto, as substâncias segundas são sujeitos (e, portanto, substâncias). (...) Essa forma de argumento me parece inválida. Considere um argumento estritamente análogo com uma conclusão falsa: substâncias primeiras são indivíduos; substâncias segundas são o que as substâncias primeiras são essencialmente; portanto, as substâncias segundas são indivíduos. Isso mostra que a mera conjunção do fato de as substâncias primeiras serem sujeitos e do fato de que as substâncias segundas serem o que as substâncias primeiras são essencialmente não fornece qualquer razão para pensar que as substâncias segundas devam também ser sujeitos.” Kohl, M., (2008), p. 165, nota 23.

⁸⁴ Wedin, M. V., (2000) “Aristotle’s Theory of Substance: The Categories and Metaphysics Zeta”, Oxford: Oxford University Press.

⁸⁵ Furth, M., (1988) “Substance, Form and Psyche: An Aristotelean Metaphysics”, p.29: “...quanto mais algo é *sujeito*, mais *substância* ele é...”.

termina com o refrão de que é razoável (εἰκότως) que, além das substâncias primeiras, somente as suas espécies e gêneros devam ser chamados de substância. Então, ao menos parece separar a discussão da afirmação – um ponto sustentado pelo fato de que (v) [2b37-3a1] começa com “ἔτι” (*further*), o que tipicamente marca um novo início. Mas a consideração crucial é a *razão* que Aristóteles dá para chamar espécies e gêneros de substância, a saber, a qual diz que do que é predicado somente eles *revelam* o que a substância primeira é. Nada é dito aqui sobre serem sujeitos de qualquer coisa, ainda menos num sentido suficientemente robusto para contar como substância.”⁸⁶

Trata-se de uma posição que confia um critério de substancialidade para cada tipo de substância. As substâncias primeiras são substâncias porque são sujeitos de todas as coisas. Mas, as substâncias segundas aparecem como substâncias simplesmente pelo fato de que revelam as substâncias primeiras; as substâncias segundas são substâncias apenas de modo secundário. O nome de “segundas” deve ser levado em conta com vista no caráter adverbial de serem secundárias, segundo Wedin (2000). As substâncias segundas são antes substâncias apenas secundariamente. A dita “consideração crucial” para a sua substancialidade é que somente elas revelam as substâncias primeiras e não qualquer apontamento sobre o fato de serem consideradas sujeitos.

Wedin (2000) tem seus motivos para a recusa da ligação entre a condição de ser sujeito com as substâncias segundas. A sua interpretação visa uma posição *deflacionária* da condição de sujeito das substâncias segundas. Ou seja, o comentador procura rebaixar a condição de sujeito das substâncias segundas a uma condição de sujeito meramente formal⁸⁷. Com isso, Wedin (2000) pode tentar resolver o problema das substâncias segundas receberem contrários simultaneamente, o que segundo o comentador resulta da posição de considerar substâncias segundas como sujeitos robustos tal como as substâncias primeiras.

⁸⁶ Wedin, M. V., (2000), p.94.

⁸⁷ Kohl (2008) aponta que Aristóteles não parece menosprezar a condição de sujeito das substâncias segundas, visto que diversas vezes utiliza a condição de sujeito das próprias substâncias segundas para realizar afirmações importantes no tratado:

“As afirmações da primazia ontológica e explicativa tomadas em conjunto implicam que a condição de sujeito das substâncias segundas é explicativamente inútil, um mero corolário ontológico da condição de sujeito das substâncias individuais. Eu considero muito difícil combinar esta implicação com o que realmente acontece nas *Categorias*.” (Kohl, M., (2008), p. 167.).

Para Wedin (2000), as substâncias segundas são sujeitos formais que agem como sujeitos nas predicções de “ser dito de algum sujeito”, mas que não são sujeitos como as substâncias primeiras:

“Na interpretação que vou propor, as substâncias segundas não são sujeitos genuínos ou, ao menos, não são sujeitos que “realmente” existem de um modo que adiciona qualquer coisa além dos indivíduos ao inventário das *Categorias*. Nós podemos concordar que elas são sujeitos nas predicções de ser dito sem preocupação porque isso não significa nada mais do que uma condição de seu papel na TR [transitividade na relação de ser dito de] e a estrutura geral das categorias. Aqui podem ser pensadas como um tipo de sujeito formal.”⁸⁸

Vimos que as duas primeiras interpretações, a saber, de Perin (2007) e Kohl (2008), estão ligadas a um critério de substancialidade geral baseado na condição de sujeito de inerência. Já, no caso, da terceira interpretação, a saber, de Wedin (2000), há espaço para a consideração das substâncias segundas como substâncias de modo secundário apenas, meros sujeitos formais que cumprem a condição de revelar as substâncias primeiras.

Uma quarta interpretação, que se contrapõe à posição conjunta de Perin (2007) e Kohl (2008) e à posição de Wedin (2000), é a ideia de expor um critério de substancialidade para as substâncias primeiras e um critério complementar para o caso das substâncias segundas. Essa interpretação é feita por John Robert Mahlan (2018)⁸⁹ de modo a recusar as implicações das interpretações de Perin (2007) e de Kohl (2008): de tratar a condição de ser sujeito de inerência como critério geral de substancialidade e de não dar espaço para a condição de revelação além do papel de apontar qual entidade universal é um sujeito de inerência.

“Casey Perin e Markus Kohl, por exemplo, afirmam que as duas razões [critérios de substancialidade] de Aristóteles estão relacionadas de uma forma que apenas uma razão é *fundamental* em certo sentido (Perin 2007: 140; Kohl 2008: 169). A razão fundamental garante que as espécies e os gêneros são substâncias, enquanto que a razão não-fundamental garante que as espécies e os gêneros satisfazem a razão fundamental.”⁹⁰

⁸⁸ Wedin, M. V., (2000), p.98.

⁸⁹ Mahlan, J. R., (2018) “Aristotle on Secondary Substance”, *Apeiron*, vol. 52, n. 2, pp. 167-197.

⁹⁰ Mahlan, J. R., (2018), p.3.

As posições de Perin (2007) e de Kohl (2008) se apoiam sobre um critério de substancialidade dito fundamental que é a condição de ser sujeito de inerência, enquanto que a condição de revelação aponta que substâncias segundas são sujeitos de inerência por serem o que as substâncias primeiras são essencialmente. Neste caso, a condição fundamental para ser uma substância é ser um sujeito de inerência.

Por sua vez, a interpretação de Mahlan (2018) antes se preocupa com distinguir tipos de sujeitos de inerência que são apresentados pelos dois tipos de substâncias. Basicamente, as substâncias primeiras são sujeitos últimos de inerência e as substâncias segundas são sujeitos não-últimos de inerência. Ser um sujeito não-último de inerência é simplesmente uma decorrência de a entidade poder ser predicada. Já no caso do sujeito último de inerência, este não é predicado de nada.

“Sujeitos últimos de inerência satisfazem a condição de inerência em maior grau do que os sujeitos não-últimos de inerência o fazem. De fato, os sujeitos não-últimos de inerência satisfazem essa condição apenas de modo derivado (...) Visto que os sujeitos não-últimos e derivados satisfazem a condição de ser sujeito de modo derivado e em menor grau, essa condição sozinha não pode garantir o seu status como substâncias.”⁹¹

É preciso, para Mahlan (2018), que exista um critério complementar para que os sujeitos não-últimos de inerência sejam tomados como substâncias. Os sujeitos não-últimos de inerência são apenas sujeitos de modo derivado ao satisfazerem a condição de ser sujeito.

“Substâncias primeiras, as quais são sujeitos últimos e não-derivados, não precisam satisfazer quaisquer condições ulteriores para se qualificarem a ser substâncias. As suas espécies e os seus gêneros, porque são sujeitos não-últimos e derivados, precisam satisfazer alguma condição ulterior para se qualificarem a ser substâncias.”⁹²

Desse modo, segundo Mahlan (2018), o peso da condição de revelação como critério complementar de substancialidade se torna mais evidente. Não sendo meramente um apontamento a respeito de algo ser ou não ser um sujeito de inerência (o que deixava a substancialidade exclusivamente a cargo da condição de ser sujeito) a condição de

⁹¹ Mahlan, J. R., (2018), p.6.

⁹² Mahlan, J. R., (2018), p.18.

revelação se torna uma razão que aponta quais entidades de um certo tipo, a saber, quais dos sujeitos não-últimos de inerência, merecem o título de substância⁹³.

Desses quatro comentadores, podemos extrair dois problemas que merecem ser analisados para o nosso melhor entendimento:

1) Existe um critério de substancialidade geral nas *Categorias*?

2) Qual é o estatuto das substâncias segundas em relação às substâncias primeiras, e, em especial, qual é a sua relação com a condição de ser sujeito?

É preciso haver um critério de substancialidade que dê conta tanto da substancialidade das substâncias primeiras quanto das substâncias segundas. Caso contrário, teremos entidades que compartilham a exclusividade de serem substâncias, mas sem qualquer critério para conceber como esse título de substancialidade compartilhado é admitido.

Se nos voltarmos para o texto das *Categorias*, mais especificamente o capítulo 5 sobre a noção de substância, encontraremos lá as passagens das quais podemos extrair considerações a respeito de um possível critério de substancialidade.

“Além disso, é porque as substâncias primeiras são sujeitos de todas as outras coisas que elas são propriamente chamadas substâncias. Mas, tal como as substâncias primeiras estão para todas as outras coisas, assim as espécies e os gêneros das substâncias primeiras estão para tudo o resto; pois tudo o resto se predica deles.”⁹⁴

Como podemos ver novamente, o critério de substancialidade entendido nessa passagem está intimamente ligado a uma suposta condição de ser sujeito, que é atendida pelas substâncias primeiras e pelas substâncias segundas.

No primeiro caso, as substâncias primeiras são substâncias porque são sujeitos de todas as outras coisas, e, no segundo caso, as substâncias segundas (espécie e gênero) são substâncias porque são sujeitos de todo o resto. É evidente pelo que foi dito anteriormente a respeito das substâncias primeiras que elas são sujeitos de todas as outras coisas. Agora, nessa passagem, vemos que a condição de ser sujeito de todas as outras coisas faz com

⁹³ Mahlan (2018) prossegue em seu artigo a fim de atestar a ligação estreita entre a condição de ser sujeito e a condição de revelação através de noções de fundamentalidade ontológica e fundamentalidade epistemológica. Não vejo necessidade, neste momento, de reconstruir todo o seu argumento complexo.

⁹⁴ 2b37-3a4.

que as substâncias primeiras sejam entendidas como aquilo que é mais propriamente chamado substância. Existe, pois, uma correlação entre a condição de ser sujeito das substâncias primeiras e seu estatuto de substâncias.

Por sua vez, no caso das substâncias segundas, estas são sujeitos de todo um “resto”, dando a entender que as substâncias segundas agem de maneira similar às substâncias primeiras sendo sujeitos de algo. Esse “resto” de que as substâncias segundas são sujeitos pode ser entendido de duas maneiras: um resto substancial e accidental ou um resto estritamente accidental.

Um resto substancial e accidental consistiria de casos em que as substâncias segundas são sujeitos de substâncias e acidentes. Por exemplo, as substâncias segundas serem sujeitos de substâncias segundas, a dizer, “homem é animal”, e também serem sujeitos de todos os acidentes, a dizer, “homem é branco” ou “animal é um certo branco”. De fato, entre as substâncias segundas, temos casos em que a espécie é sujeito do gênero, e também temos casos em que a espécie e o gênero são sujeitos de acidentes. Aristóteles menciona claramente que os acidentes “estão” nas substâncias segundas, como estão nas substâncias primeiras⁹⁵.

Na outra maneira de entender o “resto”, somente os acidentes são considerados para a condição de ser sujeito exposta na passagem. Ou seja, trataria de um sujeito de inerência propriamente dito e não um sujeito de predicação do tipo “ser dito de algum sujeito”. Essa opção de compreender o resto restringe a condição requerida para a substancialidade no geral, tanto das substâncias primeiras quanto das substâncias segundas, a uma condição situada na inerência apenas.

Posto isso, um segundo exemplo da condição de ser sujeito se encontra em 2b15-23:

“Além disso, é porque as substâncias primeiras são sujeitos de todas as outras coisas, e todas as outras coisas ou se predicam delas ou estão nelas, que elas são principalmente chamadas substâncias. Mas, tal como as substâncias primeiras estão para as outras coisas, assim está também a espécie para o gênero (pois a espécie é sujeito do gênero, uma vez que os gêneros se predicam das espécies, mas as espécies não se

⁹⁵ 2b1-5.

predicam reciprocamente dos gêneros). De modo que, também por isto, a espécie é mais substância do que o gênero.”

Dessa maneira, ambos os tipos de substâncias agem como sujeitos, sendo que as substâncias primeiras são sujeitos de todas as outras coisas, e as substâncias segundas são sujeitos em muitos casos, mas são predicadas em outros, como por exemplo em relação às substâncias primeiras. Afinal, “Sócrates é homem” ou “Sócrates é animal”.

Como as substâncias segundas são predicadas das substâncias primeiras, isso pode nos fazer entender a condição de sujeito das substâncias segundas e, consequentemente, a sua substancialidade, como de menor grau. Isso seria o mesmo que dizer que a substancialidade obtida através da condição de ser sujeito das substâncias é medida em graus conforme a atuação como sujeito da substância em questão. Se a substância é somente sujeito, será o que é mais substância. Se a substância é sujeito e também predicado em outros casos, a sua atuação como sujeito é de menor grau e, portanto, a sua substancialidade se mostra de menor grau.

Supostamente, essa impressão do grau menor de substancialidade das substâncias segundas pode ser resultado de uma visão quantitativa dessa condição de ser sujeito. Essa visão quantitativa foi descrita de maneira direta por Furth (1988): “(...) quanto mais algo é sujeito, mais substância ele é (...)”⁹⁶.

A substancialidade das substâncias segundas é evidentemente de menor grau do que a substancialidade das substâncias primeiras. Afinal, não é à toa que Aristóteles nomeia as substâncias primeiras como primeiras e as substâncias segundas como segundas. Mas devemos tomar cuidado com a visão quantitativa que Furth (1988) parece expor. Se entendermos que a visão quantitativa é aquela que defende que a graduação do sujeito (e consequentemente da substancialidade também) é medida conforme a quantidade de predicados abarcados por uma substância, essa visão nos traz problemas. A visão quantitativa não leva em consideração que a espécie pode ter mais predicados do que uma substância primeira, como por exemplo no caso da espécie “homem” e da substância primeira “Sócrates”. Certamente, a espécie “homem” é sujeito de uma maior quantidade de predicados do que a substância primeira “Sócrates”. Afinal, homem pode ser sujeito de todos os predicados da população humana. Por isso, não seria sensato

⁹⁶ Furth, M., (1988), “Substance, Form and Psyche: An Aristotelean Metaphysics”, p.29.

abraçar a visão quantitativa sem nos perguntarmos antes o que seria essa condição de ser sujeito ou ainda o que seria essa suposta graduação.

Com essas duas passagens que expõem a condição de ser sujeito para propósitos de substancialidade, podemos analisar agora como essa condição de ser sujeito funciona com as relações de predicação “ser dito de algum sujeito” e de inerência “estar em algum sujeito”, visto que são essas as relações que Aristóteles promove no tratado.

Abaixo, temos um esquema que mostra a possibilidade de ser sujeito de cada um dos tipos de coisas existentes, classificados por Aristóteles através das duas noções de predicação e de inerência:

Tipos de coisas existentes ⁹⁷	São sujeitos de...:	
	Ser dito de	Estar em
Substâncias Primeiras	gênero e espécie	acidentes universais acidentes individuais
Substâncias Segundas	gênero (somente no caso da espécie como sujeito)	acidentes universais acidentes individuais
Acidentes Universais	acidente universal	NÃO
Acidentes Individuais	acidente universal	NÃO

Se examinarmos a tabela, veremos que as substâncias primeiras são aquilo que é sujeito de todas as coisas, a saber, de todos os tipos de entidades. Nas passagens, vimos que as substâncias primeiras são sujeitos de “todas as outras coisas”. Aqui podemos entender que “todas as outras coisas” são as substâncias segundas, os acidentes universais e os acidentes individuais⁹⁸. Com isso, as relações presentes na condição de ser sujeito das substâncias primeiras parecem ser ambas as relações de predicação (com as substâncias segundas) e de inerência (com todos os acidentes). Por ora, assim nos parece que as substâncias primeiras são o que é mais substância porque são o que é mais propriamente sujeito nas relações de predicação e de inerência. No caso das substâncias segundas, elas seriam aquilo que é mais sujeito, depois das substâncias primeiras, em ambas as relações de predicação e de inerência.

⁹⁷ Novamente, as *diferenças* serão consideradas mais adiante, de maneira exclusiva.

⁹⁸ Já adiantamos que as *diferenças* são predicadas das substâncias primeiras também.

Dessa maneira, fica evidente que a condição de ser sujeito estaria intimamente relacionada à substancialidade das coisas.

É preciso apontar neste momento que Aristóteles aproxima a substancialidade à condição de ser sujeito, mas não afirma que todos os sujeitos são necessariamente substâncias. Em 1b2-3, Aristóteles chega a afirmar daquelas coisas que são ditas de um sujeito e estão num sujeito (ou seja, os acidentes universais): “Por exemplo, o conhecimento está num sujeito, a saber, na alma, e é dito de um sujeito, a saber, da literacia.”

Nesse caso, o conhecimento é um acidente universal que está na alma (presumivelmente uma substância) e é dito da literacia, que é um conhecimento mais específico. O conhecimento é dito da literacia, e a literacia age como um tipo de sujeito. Temos então um acidente funcionando como sujeito. Segue-se que, com esse exemplo, não podemos afirmar com toda certeza que todos os sujeitos, sem restrição, são substâncias. A condição de ser um sujeito, sem detalhamento de que tipo seria esse sujeito, poderia dessa forma por ora abarcar substâncias como também acidentes.

O critério de substancialidade baseado estritamente na condição de ser sujeito, entendida como irrestrita, parece conferir substancialidade àquelas coisas chamadas de acidentes. Mesmo que o paradigma da substancialidade seja as substâncias primeiras, entendendo aí aquelas coisas que são sujeitos de todas as outras coisas e também a base da ontologia do tratado, isso não impede que o critério de substancialidade usado encontre também aplicação no caso de acidentes universais, como o conhecimento que é dito da literacia. É o mesmo que ocorre com os acidentes individuais, posto que se supormos que branco pode ser dito de um certo branco, no caso “um certo branco é branco”, um acidente individual “um certo branco” funcionará como um tipo de sujeito.

Essa atribuição de substancialidade a acidentes é problemática por diversas razões. Aristóteles chega a afirmar que: “Não estarem num sujeito é algo que é comum a todas as substâncias.”⁹⁹ A estrutura de sua ontologia exige que os diferentes estatutos ontológicos sejam respeitados, caso contrário, desmoronaria. É de se supor evidentemente que acidentes não possam se alçar à substancialidade pelo fato de que a dependência

⁹⁹ 3a7.

existencial e a valorização ontológica entre os existentes seriam completamente subvertidas.

Claramente, a própria noção de sujeito como condição para substancialidade precisa ser esclarecida. Se antes nos parecia que ser sujeito para propósitos de substancialidade era uma noção facilmente indicada pelo fato de as substâncias primeiras serem sujeito em ambas as relações de predicação e de inerência e serem sujeito de todas as outras coisas, creio ser interessante rever essa interpretação a seguir.

Algumas opções podem ser enumeradas, se quisermos reavaliar o que significa a condição de ser sujeito para propósitos de substancialidade:

- 1) Ser meramente o sujeito de um enunciado $S \text{ é } P$.
- 2) Ser sujeito somente na relação de predicação (ser dito de algum sujeito).
- 3) Ser sujeito somente na relação de inerência (estar num sujeito).
- 4) Ser sujeito em ambas as relações (ser dito de algum sujeito e estar num sujeito).

Já de antemão podemos recusar a simplicidade da primeira opção. Ser meramente o sujeito de um enunciado $S \text{ é } P$ é o mesmo que dizer que o sujeito (ὑποκείμενον) é simplesmente o sujeito gramático do enunciado. Aristóteles utiliza estruturas de predicação para expressar a relação entre as coisas existentes, mas devemos notar que o mero sujeito gramático não dá conta das diferenças entre coisas como substâncias e acidentes. Existem dois níveis em questão que estão conectados: o nível ontológico e o nível lógico. Com esses níveis Aristóteles afirma a sua metafísica com o pressuposto de que o nível ontológico é mais fundamental do que o nível lógico¹⁰⁰. A afirmação de que o sujeito é simplesmente o sujeito gramático subverte essa estrutura metafísica, tornando possível o deslocamento do sujeito ontológico para a posição de predicado e assim formar um outro sujeito a partir do predicado anterior. Se a opção primeira da lista fosse aceita, poderíamos ter casos como “aquela coisa branca é Sócrates”, o que não configura uma predicação genuína¹⁰¹ nem expressa um possível sujeito de uma substância primeira como Sócrates.

¹⁰⁰ Mesquita, A. P., (2012) “Types of Predication in Aristotle (Posterior Analytics I 22)”, p.20-21.

¹⁰¹ Como Antonio Pedro Mesquita (2012) cita Jonathan Lear, “Aristotle and Logical Theory” (1980), p.31: “Uma frase como “a coisa branca é uma tora” é uma forma degenerada de predicação, porque ela falha em revelar a estrutura metafísica de sujeito e predicado. Não é o caso que a coisa branca é o substrato o

No segundo caso, ser sujeito seria somente o sujeito da relação de predicação “ser dito de algum sujeito”. Se supormos que a relação de ser dito de algum sujeito basta para nos indicar o sujeito, devemos aceitar acidentes individuais como sujeitos possíveis e, com isso, permitir a substancialidade de acidentes. Afinal, os acidentes individuais são aquelas coisas que não são ditas de algum sujeito, mas estão num sujeito e figuram como sujeitos em predicções com os acidentes universais. O mesmo ocorre com os acidentes universais que podem ser ditos internamente de acidentes universais. Por exemplo, “um certo branco é branco”, como já dissemos, no qual o branco se predica de um certo branco, permitindo que um acidente individual seja um sujeito possível, e, de mesma maneira e utilizando o exemplo de Aristóteles, podemos falar “a literacia é conhecimento”, e dar ao acidente universal “literacia” a possibilidade de ser um sujeito.

Além do mais, o caso da relação entre substâncias e acidentes, a qual só pode ser estabelecida através da noção de inerência “estar em algum sujeito”, não poderá ser mais um indicativo da condição de ser sujeito das próprias substâncias. E isso é extremamente preocupante porque não contempla uma noção de sujeito que contrapõe sujeitos substanciais e propriedades que estão nesses sujeitos. Devemos encontrar outro uso para a relação de “ser dito de algum sujeito”.

No terceiro caso, os sujeitos se resumem a substâncias. As únicas coisas que são sujeitos em relações de inerência são as substâncias que “abrigam” os acidentes que “estão num sujeito”, a dizer, nas substâncias. Os acidentes individuais ou universais estão nas substâncias e estas não estão em nada. Parece plausível aproximar a noção de sujeito de inerência com a própria noção de substancialidade, uma vez que somente as substâncias são sujeitos de inerência.

É interessante notar que se a condição de ser sujeito for restrita a ser sujeito de inerência, as substâncias primeiras e as substâncias segundas podem ter o mesmo número de acidentes predicados, o que iguala a suposta quantidade de predicados possíveis das duas substâncias e o que dificultaria a diferenciação de graus de substancialidade entre as substâncias através de uma concepção quantitativa do sujeito. Os mesmos acidentes estão

qual calha de ser uma tora. Em vez disso, a tora é o substrato que calha de ser (*An. Post. 83a1-14*). Somente predicções que revelam a estrutura metafísica são estritas e é com essas que a prova está ligada.” e “Aristóteles distingue entre predicar e dizer verdadeiramente (*An. Post 83a38*). Predicação não é um ato meramente linguístico. Ainda que possa dizer ambas “a coisa branca é uma tora” e “a tora é branca”, somente a última é uma predicação genuína.”

em Sócrates e no homem. Isso não permite que a substância primeira seja aquela que é mais sujeito e, portanto, seja mais substância, porque a substância segunda terá os mesmos predicados da substância primeira.

Aristóteles chega a admitir no segundo capítulo do tratado que: “um certo branco está num sujeito, a saber, no corpo (pois toda a cor está num corpo)”¹⁰², ou seja, um acidente individual está numa substância segunda e também numa substância primeira. A diferenciação dos dois tipos de substâncias não poderá ser realizada através da condição de ser sujeito focada somente na inerência. Não é porque a substância primeira é mais sujeito de inerência (na relação estar em algum sujeito) que ela é mais substância do que as substâncias segundas. Portanto, no terceiro caso de nossa lista, a diferenciação entre tipos de substâncias teria que ser realizado por outra relação que não fosse a de inerência.

Ser sujeito em ambas as relações de predicação e de inerência, como apresentado no quarto caso, abre as portas para as substâncias primeiras e substâncias segundas serem candidatos a substancialidade, deixando que os acidentes tenham nenhuma substancialidade porque não são sujeitos em ambas as relações. As substâncias primeiras são os sujeitos últimos propriamente ditos porque são sujeitos de todas as outras coisas nas relações de predicação e de inerência, e as substâncias segundas são sujeitos de inerência em relação a acidentes universais e individuais e são sujeitos na relação de predicação interna às substâncias segundas de gênero e espécie, na qual, por exemplo, a predicação do tipo “homem é animal” indica que o homem é sujeito.

De fato as duas relações de predicação e de inerência são importantes para localizarmos o sujeito (ὕποκειμενον) que está ligado à substancialidade na ontologia do tratado das *Categorias*. A própria condição de ser sujeito para substancialidade parece poder ser entendida como o resultado do que é ser o sujeito em ambas as relações. Como já apontamos anteriormente, quando Aristóteles menciona que uma graduação de substancialidade está envolvida na relação da espécie com o gênero, supomos que a relação de “ser dito de algum sujeito” tenha alguma participação nessa atribuição de graduação de substancialidade.

“Mas, tal como as substâncias primeiras estão para as outras coisas, assim está também a espécie para o gênero (pois a espécie é sujeito do gênero, uma vez que os

¹⁰² 1a26-28. E ver também 2b1-3.

gêneros se predicam das espécies, mas as espécies não se predicam reciprocamente dos gêneros). De modo que, também por isto, a espécie é mais substância do que o gênero.”¹⁰³

Aristóteles aproxima a relação entre as substâncias primeiras e as “outras coisas” com a relação entre a espécie e o gênero. A relação da espécie com o gênero é a de ser sujeito na relação de “ser dito de algum sujeito” e não a relação de “estar em algum sujeito”.

Mas, o quarto caso enumerado nos causa problemas se ampliarmos a condição de ser sujeito para propósitos de substancialidade no geral a ambas as relações de predicação e de inerência. Se ambas relações forem necessárias para estabelecer uma substância, teremos problemas sérios ao nos depararmos com o caso do gênero supremo “substância”. O gênero supremo “substância” é, supostamente, um gênero. Mesmo que o gênero supremo da “substância” de fato não esteja num sujeito, esse gênero teria que ser sujeito de alguma coisa, na relação de “ser dito de algum sujeito”, para que pudesse ser considerado uma substância. Mas aparentemente não há caso em que o gênero supremo substância se dê como sujeito de predicação. O resultado estranho de dizer que o gênero supremo “substância” não é uma substância porque não é sujeito na relação de “ser dito de algum sujeito” se torna inescapável.

Dessa maneira, é preciso rever a atribuição de substancialidade no geral e a própria graduação das substâncias, e fazer uma distinção entre elas. Portanto, não seria o mesmo dizer que algo é substância e dizer que algo é mais substância em sua hierarquia interna entre substâncias.

Para a atribuição de substancialidade no geral (ou seja, dizer se algo é substância apenas), podemos utilizar um critério que ambos os tipos de substâncias cumprem. E o único critério que ambos os tipos de substância cumprem adequadamente para serem substância é o de serem sujeitos de inerência. Agora, apontar a diferença de graduação de substancialidade deve ser feito através de outra relação, uma relação que nos ajuda a entender porque as substâncias primeiras são primeiras e as substâncias segundas são segundas. Para que elas sejam apenas substâncias, o terceiro caso de nossa enumeração nos basta. A saber, o caso do sujeito de inerência. Ambos os tipos de substâncias são sujeitos de inerência do resto accidental e, portanto, são substâncias.

¹⁰³ 2b17-23.

A partir de Perin (2007), uma sugestão de relação que implica a graduação entre as substâncias é a relação de “ser dito de algum sujeito”. E é essa mesma relação que Aristóteles utiliza na passagem 2b15-23, na qual o Estagirita confere mais substancialidade à espécie em relação ao gênero porque a espécie é sujeito (na relação de “ser dito de algum sujeito”) do gênero. Além disso, as substâncias primeiras são sujeitos na relação de “ser dito de algum sujeito” da espécie e do gênero. Se elas são sujeitos últimos na relação de predicação de “ser dito de algum sujeito”, é por isso que são substâncias primeiras, visto que não são primeiras simplesmente porque são sujeitos dos acidentes; as próprias substâncias segundas são sujeitos de todo o resto accidental também.

Assim, a relação de “ser dito de algum sujeito” operaria como uma ferramenta de graduação entre as substâncias, ditando que tipo de substância merece o título de primeira e que tipo de substância merece o título de segunda.

A condição de ser sujeito para propósitos de substancialidade no geral deve ser a condição de ser sujeito de inerência, mas a relação de “ser dito de algum sujeito” não deve poder figurar como operante no estabelecimento da substancialidade no geral, como dissemos. Nesse quesito da substancialidade geral, ela é uma ferramenta para estabelecer a graduação entre as substâncias¹⁰⁴.

Tendo estabelecido que a condição de ser sujeito está intimamente ligada à relação de inerência “estar em algum sujeito”, podemos apontar como critério de substancialidade geral a própria condição de ser sujeito das substâncias na relação de inerência. As substâncias são aquelas coisas que contêm os acidentes. E os acidentes são aquelas coisas que, não sendo partes das substâncias como partes materiais¹⁰⁵, não podem existir separadamente de sujeitos que as contenham.

Agora, em relação ao fato de certas substâncias serem primeiras, dizemos que, para que algo seja uma substância primeira, é necessário que esse algo seja um sujeito último de predicação. A dizer, além de ser necessário que esse algo seja um sujeito de inerência, para que seja uma substância *primeira* é requerido que esse algo seja sujeito de

¹⁰⁴ A noção de “ser dito de algum sujeito” é comumente entendida também como a exposição de conteúdo essencial de uma entidade em questão. Com isso, o seu uso é comumente vinculado também à condição de revelação que ocorre entre as substâncias segundas e as substâncias primeiras. Podemos adiantar aqui que a condição de revelação será útil para estabelecer a substancialidade de entidades que não são sujeitos robustos, a dizer, sujeitos não-últimos.

¹⁰⁵ A dizer, como uma mão é parte do corpo.

todos os acidentes e seja somente sujeito e não predicado de todas as entidades com as quais ele estabelece uma relação de predicação de “ser dito de algum sujeito”. Não ser predicado de nada torna as substâncias primeiras os sujeitos últimos de predicação por excelência. Esse não é o caso das substâncias segundas, as quais são predicadas das substâncias primeiras na relação de “ser dito de algum sujeito”.

Agora, pode nos parecer por ora que o critério de substancialidade fundamental no tratado seja de fato a condição de ser sujeito relacionada à inerência. Se nos perguntarmos o que é necessário para algo ser substância, podemos dizer que o critério de substancialidade apontado acima é um critério necessário para algo ser considerado uma substância. Afinal, X ser um sujeito de inerência é uma condição necessária para X ser uma substância.

No entanto, se nos perguntarmos se o critério assim entendido é suficiente, ou seja, se ser sujeito de inerência é condição suficiente para ser uma substância, podemos citar *ex abrupto* o caso complexo das chamadas *diferenças* (αἱ διαφοραί), sobre as quais podemos nos perguntar se seriam sujeitos de inerência.

As *diferenças* são entidades que nos causarão problemas sérios a respeito de sua relação com a substancialidade no geral e, precisamente, a sua relação com as substâncias segundas.

Primeiramente, em relação à substancialidade no geral, podemos nos perguntar se as *diferenças* poderiam ser consideradas sujeitos de inerência também. Ou seja, se é possível, por exemplo, termos algo como “bípede é branco”: uma *diferença* abrigando um acidente. Em segundo lugar, vemos que na tabela das relações de predicação e de inerência, fornecida anteriormente nesta dissertação, as *diferenças* compartilharam espaço com as substâncias segundas, visto que são entidades que são ditas de algum sujeito, mas não estão num sujeito. Com suas características, elas se aproximam muito das substâncias segundas.

Aristóteles oferece no tratado uma passagem em que aborda o que se costuma chamar de a condição de revelação. Como vimos, essa condição de revelação age no âmbito das substâncias segundas em relação às substâncias primeiras.

Aristóteles diz em 2b29-37:

“É então apropriado que, além das substâncias primeiras, as espécies e os gêneros sejam as únicas outras coisas que são chamadas substâncias segundas. Pois elas são as únicas, entre as coisas que se predicam, que revelam a substância primeira. Pois se tivermos de dizer o que é um certo homem, será adequado responder indicando a espécie ou o gênero (e mais informativo fazê-lo com “homem” do que com “animal”); mas indicar qualquer das outras coisas será deslocado – por exemplo, dizer “branco” ou “corre” ou qualquer destas coisas. Deste modo, é apropriado que estas sejam as únicas outras coisas que são chamadas substâncias.”

Na passagem acima, vemos que Aristóteles utiliza essa característica das substâncias segundas “revelarem” (δηλόω) a substância primeira como uma condição para que elas sejam “as únicas outras coisas que são chamadas substâncias segundas”. Essa característica de revelação das substâncias segundas se mostra como uma possível condição que delimita o que é substância além das substâncias primeiras. Vimos anteriormente que as substâncias primeiras são substâncias porque são sujeitos de inerência (critério de substancialidade geral) e que elas são substâncias primeiras porque são os sujeitos últimos dessa ontologia do tratado. Agora, em relação às substâncias segundas, estas apenas cumprem o critério de substancialidade geral e são sujeitos não-últimos, por serem predicadas das substâncias primeiras.

No caso das chamadas *diferenças*, como “bípede” ou “terrestre”, elas parecem estar fora da esfera da substancialidade, visto que não são sujeitos últimos como as substâncias primeiras e não são substâncias segundas porque o Estagirita acaba de afirmar que a espécie e o gênero são as únicas outras coisas que são substâncias segundas.

Mas como é possível afirmar isso sendo que as *diferenças* não estão num sujeito e são ditas de um sujeito – uma característica igual à das substâncias segundas -, e também sendo que as *diferenças* poderiam figurar supostamente em enunciados como “bípede é branco” de maneira similar ao que ocorre com “homem é branco”, tornando-se candidatas à substancialidade por serem sujeitos de inerência? Além disso, as *diferenças* poderiam supostamente ser sujeitos de inerência e também possuírem essa característica de revelar uma substância primeira que as substâncias segundas têm na relação de “ser dito de algum sujeito”?

Utilizamos deliberadamente essa apresentação repentina dessas questões das *diferenças*, para a seguir expor a própria noção de condição de revelação promovida pelas substâncias segundas como condição que delimita a sua substancialidade e as

características das substâncias segundas. Em seguida, tentaremos apresentar o problema de *diferenças* cumprirem supostamente o critério de substancialidade geral de serem sujeitos de inerência ou a condição de revelação.

8) As substâncias segundas

Analisaremos a partir de agora a caracterização que Aristóteles confere às substâncias segundas no tratado das *Categorias*.

“Chamam-se substâncias segundas as espécies a que as coisas primeiramente chamadas substâncias pertencem e também os gêneros dessas espécies. Por exemplo, um certo homem pertence à espécie homem e animal é o gênero dessa espécie; por conseguinte, homem e animal são chamados substâncias segundas.”¹⁰⁶

As substâncias segundas são o gênero e a espécie das substâncias primeiras. As substâncias primeiras “pertencem” (ὑπάρχουσιν) às espécies. Ou seja, o indivíduo concreto um certo homem “pertence” à espécie homem, e acima dela fica o gênero animal que abrange tanto a espécie homem quanto outras espécies. Há possibilidade de sugerirmos que a ideia de “pertencer” aqui na passagem pressuponha uma noção de partes e inteiros. De fato, um certo homem não “pertence” à espécie como parte física da espécie. Isso seria absurdo. A ideia talvez seja a de uma parte não material. Um certo homem é uma parte não material da espécie homem, na medida em que a espécie tem o nome e a definição predicáveis da parte não material. Homem é predicável de Sócrates, tanto o nome homem quanto a definição de homem. A divisão da espécie em partes conceituais abre um leque de todas aquelas coisas individuais concretas que fazem parte da espécie. A dizer, os indivíduos concretos pertencem à espécie como Aristóteles apresenta acima.

As substâncias segundas têm, portanto, essa divisão entre espécie e gênero: o gênero sendo mais amplo e a espécie sendo mais restrita. Normalmente, o gênero pode ser espécie, na medida em que apontamos um gênero acima do gênero em questão. Há apenas o caso excepcional da espécie última, a qual poderia ser chamada espécie mais propriamente do que qualquer outra, visto que não há espécie da espécie última, como por exemplo de “homem”. Os gêneros e as espécies em sua maioria são, portanto,

¹⁰⁶ 2a14-19.

conceitos relativos que se dão conforme o estabelecimento de uma relação de um com o outro.

Entre o gênero e a espécie, Aristóteles trata de caracterizá-los também em relação à sua substancialidade e não apenas em relação à sua posição em uma classificação. Aristóteles diz no tratado: “Das substâncias segundas, a espécie é mais substância do que o gênero, pois está mais próxima da substância primeira.”¹⁰⁷

As expressões que chamam a nossa atenção neste trecho citado são ser “mais do que” (μᾶλλον) e estar “mais próxima de” (ἐγγιον). Aristóteles sugere que a espécie está mais próxima da substância primeira e, por causa disso, a espécie é mais substância do que o gênero. Em primeiro lugar, é possível supor que existe uma noção de graus de substancialidade entre as substâncias, visto que a espécie é mais substância do que o gênero. Como já vimos, no início do tratado, Aristóteles apontava que as substâncias primeiras são aquelas coisas chamadas de modo mais “principal” ou “mais do que tudo” (μάλιστα), o que já anteciparia essa noção de graduação de substancialidade¹⁰⁸. Assim, posto que existe uma graduação entre as substâncias, a ideia de proximidade (ἐγγιον) não soa tão estranha. Quanto maior o grau de substancialidade de algo, mais próximo esse algo estará das substâncias primeiras, a dizer, daquelas coisas que são chamadas substâncias de modo mais próprio, primeiro e principal. A explicação do que essa proximidade implica na relação entre as substâncias é apresentada logo em seguida.

“Pois, se tivermos de dizer o que é certa substância primeira, será mais informativo e mais adequado indicar a espécie do que o gênero. Por exemplo, de um certo homem será mais informativo dizer que é um homem do que dizer que é um animal (pois o primeiro é mais próprio de um certo homem, enquanto o segundo é mais comum); e, para dizer o que é uma certa árvore, será mais informativo dizer que é uma árvore do que dizer que é uma planta.”¹⁰⁹

¹⁰⁷ 2b6.

¹⁰⁸ A graduação entre substâncias só ocorre entre substância primeira e substância segunda, e entre gênero e espécie. O mesmo não ocorre entre as substâncias primeiras, como “um certo boi” ser mais substância do que “um certo homem”, nem ocorre entre espécies, como “homem” ser mais substância do que “cavalo”. Ver 2b23-28.

¹⁰⁹ 2b6-15.

A proximidade com a substância primeira implica noções de algo ser “mais informativo” (γνωριμώτερον) e “mais adequado” (οἰκειότερον) como resposta para a pergunta fundamental “o que é” (τί ἐστιν).

Dizer que algo é “γνωριμώτερον” é apresentar aquilo que Aristóteles considera ser mais cognoscível, inteligível ou até mesmo mais familiar. Por sua vez, o termo “οἰκειότερον” tem como contrário o termo “ἄλλοτρίως” que significa “estranho”, “impróprio” ou “[nome] que pertence a outro”. O significado de “οἰκειότερον” pode ser entendido como “mais próprio”, “mais adequado”. Logo, responder com a espécie em vez de o gênero, diante da pergunta “o que é” algo, coloca aquilo que é mais adequado e mais informativo em relação a nome e definição¹¹⁰. A proximidade com as substâncias primeiras é, portanto, caracterizada na passagem citada como adequação e a capacidade de expor uma informação da coisa em questão.

A pergunta fundamental “o que é” (τί ἐστιν) pede como resposta uma adequação restrita e uma informação sobre a coisa em questão. Na passagem citada acima, a resposta mais adequada e mais informativa para a pergunta “o que é” é a espécie da coisa em questão. Essa pergunta do tipo “o que é” volta a aparecer mais adiante no tratado¹¹¹ quando Aristóteles expõe que tanto a espécie quanto o gênero são respostas mais adequadas (οἰκειότερον) para a pergunta “o que é” do que respostas que sejam meros acidentes, como “branco”, “corre”, ou coisas desse tipo. O gênero figura também como a resposta mais adequada para a pergunta “o que é”. Mas, entre o gênero e a espécie, esta última é a resposta mais informativa (γνωριμώτερον) e a mais adequada (οἰκειότερον).

A proximidade das substâncias segundas com as substâncias primeiras é reforçada quando Aristóteles diz:

“É então apropriado que, além das substâncias primeiras, as espécies e os gêneros sejam as únicas outras coisas que são chamadas substâncias segundas. Pois, elas são as únicas, entre as coisas que se predicam, que revelam a substância primeira. Pois se tivermos de dizer o que é certo homem, será adequado responder indicando a espécie ou o gênero (e mais informativo fazê-lo com “homem” do que com “animal”); mas indicar

¹¹⁰ As substâncias segundas são predicadas das substâncias primeiras no nome e na definição (ver 2a20-34), como de Sócrates, dizemos que é homem, sendo que o nome homem e a definição de homem são predicáveis da substância primeira Sócrates. O que não ocorre no caso dos acidentes, como branco, do qual a definição não se predica de Sócrates, apenas o nome o faz.

¹¹¹ 2b32-34.

qualquer das outras coisas será deslocado – por exemplo, dizer “branco” ou “corre” ou qualquer destas coisas.”¹¹²

As espécies e os gêneros são, portanto, as “únicas” outras coisas que são chamadas substâncias segundas. Aristóteles explica essa exclusividade das espécies e dos gêneros das substâncias primeiras através do que fazem em relação à substância primeira. As espécies e os gêneros “revelam” (δηλόω) a substância primeira e são as únicas coisas, entre aquelas que se predicam, a fazê-lo. Novamente, temos a ocorrência de uma resposta caracterizada pelo fato de ser mais “adequada” e mais “informativa”. Em contraposição a essa resposta mais adequada e mais informativa, as outras coisas, como “branco” ou “corre”, são respostas “estranhas” ou “deslocadas” (ἀλλοτρίως). As respostas que são “estranhas” nessa passagem são aquelas que ocorrem nas outras categorias além da categoria da substância, a dizer, os acidentes, ou ainda sobre as *diferenças*. Nenhum acidente pode responder a uma pergunta de “o que é” uma substância primeira de maneira mais adequada nem de maneira mais informativa do que entidades substanciais. Somente as espécies e os gêneros das substâncias primeiras têm a capacidade de revelar as substâncias primeiras.

Mas o que seria esse “revelar” a substância primeira?

Revelar a substância primeira é dar uma resposta para a pergunta “o que é” (τί ἐστιν) de modo que seja um conteúdo essencial da substância primeira. Dizer somente o nome da substância primeira não “revela” a substância primeira, visto que a mera identificação através da enunciação do nome de uma substância primeira não fornece qualquer informação explicativa do que é essa substância primeira. Se, portanto, ocorrer a pergunta “o que é Sócrates?”, não será “revelatório” responder com “Sócrates”.

O outro caso de resposta que não revela uma substância primeira é quando dizemos “Sócrates é branco” para a pergunta “o que é Sócrates?”, sendo “branco” uma resposta deslocada, com conteúdo meramente acidental em relação a Sócrates. A resposta para a pergunta “o que é” deve ser algo que o gênero e a espécie apresentam e que as substâncias segundas expõem de maneira exclusiva em relação às substâncias primeiras.

Se pararmos para analisar o que significa ter o gênero ou a espécie como resposta para a pergunta “o que é?”, devemos extrair alguns requisitos que precisam ser cumpridos

¹¹² 2b29-36.

para que a resposta seja a mais “adequada” ou a mais “informativa”. Os requisitos a serem cumpridos podem ser apresentados nas próprias características das substâncias segundas, no caso da revelação das substâncias primeiras. Ao sabermos quais são as características das substâncias segundas será permitido tentar formar uma resposta que atende aos requisitos de uma resposta adequada à pergunta “o que é?” a respeito das substâncias primeiras.

O gênero e a espécie são noções universais e, portanto, a pergunta “o que é?”, se respondida de maneira adequada, aparentemente exige como uma resposta uma coisa universal, visto serem o gênero e a espécie as únicas respostas mais adequadas. Dessa maneira, não servem como resposta adequada aquelas coisas individuais. É importante notar que Aristóteles faz questão de apontar em outro lugar em sua extensa obra que o conhecimento se dá por universais¹¹³, o que explicaria a forte ligação da pergunta “o que é?” com universais e seu caráter explicativo. Aquelas coisas universais expõem um conteúdo que possibilita o conhecimento a respeito dos indivíduos concretos, o que não ocorreria numa tentativa de basear o conhecimento sobre respostas que contêm apenas indivíduos, os quais não poderiam constituir conhecimento a respeito de diversos indivíduos.

Talvez seja importante fazer uma observação ainda sobre a ligação entre o conhecimento e os universais, pois, há um apontamento de um comentador a respeito da capacidade de “revelar” das substâncias segundas que nos será útil nesta análise. John Robert Mahlan (2018) apresenta a característica das substâncias segundas relacionada à sua capacidade de revelação da seguinte forma: revelar está intimamente ligado a um alto grau epistemológico de respostas como o gênero e a espécie¹¹⁴. Em paralelo ao alto grau ontológico das substâncias primeiras, as substâncias segundas parecem assegurar um posto de evidência no tratado também pelo fato de serem o conteúdo de maior grau epistemológico entre as entidades descritas na obra. O maior conteúdo explicativo sobre o que são as substâncias primeiras é fornecido pelas substâncias segundas e nenhuma outra entidade apresenta essa posição no estabelecimento do conhecimento dos indivíduos concretos.

¹¹³ Por exemplo: Analíticos Posteriores, I, 24 e 25.

¹¹⁴ Essa noção de maior grau epistemológico das substâncias segundas é exposta por John Robert Mahlan (2018), em seu artigo “Aristotle on Secondary Substance”. Ver bibliografia.

Agora, a espécie é a entidade que dá a resposta mais informativa e mais adequada em relação a uma substância primeira. Por sua vez, o gênero serve também como resposta adequada para a pergunta “o que é?” sobre uma substância primeira, ainda que não seja a resposta mais informativa e mais adequada quando comparada à espécie, visto que é a espécie que está mais próxima da substância primeira. Com isso, a noção de revelação exposta na passagem 2b29-36 está ligada tanto ao gênero quanto à espécie. Como a espécie é a resposta mais adequada e mais informativa, é de se supor que a revelação da substância primeira se dá da melhor maneira quando a espécie última é predicada da substância primeira, ou seja, a espécie mais informativa na proximidade com a substância primeira.

Além do alto grau epistemológico das substâncias segundas, existe uma passagem no tratado das *Categorias* em que Aristóteles diz que as substâncias segundas parecem ser um *certo isto* (τόδε τι), mas não o são. Nessa mesma passagem, Aristóteles expõe outro traço importante sobre o que são as substâncias segundas, o que nos ajuda a desvendar a atuação das substâncias segundas em relação à condição de revelação das substâncias primeiras.

“Todas as substâncias parecem significar um certo isto. No que respeita às substâncias primeiras, é incontestavelmente verdade que elas significam um certo isto; pois a coisa revelada é indivisível e numericamente uma. Mas, quanto às substâncias segundas, embora pareça, pela forma como são nomeadas – quando dizemos “homem” ou “animal” –, que significam igualmente um certo isto, isso não é de fato verdade. O que elas significam é antes uma certa qualidade¹¹⁵, pois o sujeito não é um como é a substância primeira, mas homem e animal são ditos de diversas coisas. No entanto, não significam simplesmente uma certa qualidade, como “branco” o faz. Pois “branco” não significa nenhuma outra coisa senão a qualidade, enquanto a espécie e o gênero determinam a qualidade a respeito da substância – significam uma certa qualidade de substância. Com o gênero, a determinação que é feita é mais vasta do que com a espécie, pois, ao falar de animal, abrangemos mais coisas do que ao falar de homem.”¹¹⁶

¹¹⁵ Ricardo Santos (2016), o tradutor da passagem, utilizou o termo “qualificação” para diferenciá-lo do termo “qualidade” usado para falar da categoria da qualidade. No entanto, Aristóteles utiliza o termo “poion”, o mesmo termo usado para a categoria da qualidade no Capítulo 4 das *Categorias*. Alteramos a tradução para apontar a ocorrência do mesmo termo em casos diferentes.

¹¹⁶ 3b10-23.

Aristóteles começa a passagem indicando uma possibilidade de que todas as substâncias signifiquem um *certo isto*. A impressão de algo significar um *certo isto* se aplica corretamente e sem sombra de dúvida a respeito das substâncias primeiras, porque elas mesmas são indivisíveis e numericamente unas. Já no caso das substâncias segundas, a impressão não passa de uma impressão errônea. Supõe-se que alguém poderia pensar que uma substância segunda fosse um *certo isto* pela aparente unidade decorrente de sua forma de nomeação, por exemplo, da espécie “homem” ou do gênero “animal”, e isso poderia dar a ideia de algo indivisível e numericamente uno. Mas, isso não passa de uma impressão.

É preciso apontar aqui que essa maneira de se enganar a respeito das características das substâncias segundas continua na passagem. É o mesmo que ocorre mais adiante, onde Aristóteles fala da impressão de tomar a substância segunda como sendo uma qualidade como “branco” o é. Novamente, não passa de uma impressão errada.

Na passagem a substância segunda se apresenta como uma entidade que provoca esses tipos de enganos. E isso torna a caracterização apressada das substâncias segundas algo perigoso. A entidade “parece” ser alguma coisa, mas não o é perante um olhar desavisado. As características de uma substância segunda se tornam mais evidentes através dessas correções que Aristóteles apresenta na passagem.

Dos apontamentos sobre a substância segunda, podemos extrair que:

- 1) As substâncias segundas não são um *certo isto*.
- 2) As substâncias segundas não são uma qualidade como o “branco”.

A primeira correção de Aristóteles já foi antecipada no tratado quando foi dito que as substâncias segundas são ditas de algum sujeito. Ser dito de algum sujeito, como vimos, configura um universal, o qual é predicado de uma multiplicidade de coisas. E o universal não pode ser numericamente uno e indivisível. Esses dois elementos são possivelmente o que estabelecem que algo seja um *certo isto* ou não.

Já no caso da segunda correção, Aristóteles expõe uma característica das substâncias segundas que é um tipo de determinação da substância primeira. Do modo como redigimos aqui essa segunda correção, há possibilidade de Aristóteles estar considerando que a substância segunda não é uma qualidade como o branco (sendo possível ser um outro tipo de qualidade) ou que a substância segunda não é nenhuma

qualidade. No entanto, a interpretação mais forte parece ser a mais plausível, a saber, que a substância não é nenhuma qualidade, nem mesmo outro tipo de qualidade além do tipo “branco”. Lembremos que a substância segunda não pode ser substância e acidente, caso contrário a substancialidade no tratado e sua posição de exclusividade na ontologia se esvazariam de sentido.

Agora, como podemos entender “significar uma certa qualidade” quando Aristóteles caracteriza as substâncias segundas? E como isso afeta o papel das substâncias segundas de expor um conteúdo essencial na condição de revelação?

Em primeiro lugar, a substância segunda não pode ser algo que pertence à categoria da qualidade e da substância ao mesmo tempo. Não seria condizente com o estatuto ontológico, a capacidade informativa das substâncias segundas e sua importância no sistema categorial construído por Aristóteles, que as substâncias segundas se rebaixassem a meros acidentes. Embaralhar substâncias e acidentes seria desastroso para a organização aristotélica de sua ontologia. Por isso, não é possível que as substâncias segundas sejam qualidades como aquelas coisas que pertencem à categoria da qualidade. Isso supõe uma exclusividade de certas coisas em relação ao seu pertencimento a categorias.

Além desse pressuposto de salvaguardar certas entidades, entendemos que o que reforça essa suposta exclusividade de certas coisas em relação ao seu pertencimento a categorias é o esforço evidente de Aristóteles no tratado de diferenciar entre as coisas que se encontram em uma determinada categoria e as coisas que se encontram em outra categoria¹¹⁷. É o que o Estagirita faz, por exemplo, no caso dos relativos, onde se toma um cuidado especial para diferenciar substâncias e relativos.

“Há uma dificuldade em saber se nenhuma substância é chamada um relativo, como parece, ou se tal é possível a respeito de certas substâncias segundas. No caso das substâncias primeiras, isso é verdade, uma vez que nem os todos nem as partes são chamados relativos. Pois um certo homem não é dito um certo homem de alguém, nem um certo boi é dito um certo boi de alguém. E o mesmo se verifica com as partes: pois

¹¹⁷ Para ver uma argumentação crítica a respeito da exclusividade das categorias: Morrison, D., (1992) “The Taxonomical Interpretation of Aristotle’s Categories: A Criticism”, *Essays in Ancient Greek Philosophy*, Albany: SUNY PRESS.

uma certa mão não é dita uma certa mão de alguém (mas a mão de alguém) e uma certa cabeça não é dita uma certa cabeça de alguém (mas a cabeça de alguém).”¹¹⁸

Como Aristóteles mostra, as substâncias primeiras não podem ser chamadas relativos porque nenhuma substância primeira é “algo que está de algum modo em relação com alguma coisa”¹¹⁹. Essa caracterização é uma primeira noção de relativo que Aristóteles promove no capítulo dedicado aos relativos. Com essa noção assim definida, as partes e os inteiros (entendendo aqui que ambos são substâncias primeiras) não cumprem esse requisito de ser algo que está de algum modo em relação com alguma coisa.

Mas Aristóteles localiza uma possibilidade de relativos serem substâncias no caso das substâncias segundas:

“E o mesmo se verifica no caso das substâncias segundas, pelo menos na maior parte. O homem, por exemplo, não é dito homem de alguém, nem o boi, boi de alguém. No caso destas coisas, é, então, evidente que não são relativos, mas no caso de algumas substâncias segundas há discordância. Por exemplo, a cabeça é dita cabeça de alguém, a mão é dita mão de alguém e assim para cada uma destas coisas; pelo que elas parecem ser relativos.”¹²⁰

Pela primeira noção de relativo apontada por Aristóteles, algumas substâncias segundas parecem ser relativos. Ele usa os exemplos de “a mão de alguém” ou “a cabeça de alguém”, o que não ocorria com as partes das substâncias primeiras.

Nesse momento as substâncias segundas mais uma vez se apresentam como algo que elas não são; elas parecem ser relativos, mas não devem ser relativos. É um traço recorrente das substâncias segundas: parecerem ser algo, mas não serem.

Sabendo que as substâncias segundas não podem ser relativos, Aristóteles se vê na necessidade de reformular a noção de relativo para evitar essa confusão intercategorial. É por esse motivo que ele propõe uma segunda noção de relativo, que dá conta da separação definitiva entre substâncias e relativos.

“Se a definição que foi dada dos relativos é suficiente, a solução para o problema de saber se nenhuma substância é chamada um relativo é ou extremamente difícil ou impossível. Mas, se ela não é suficiente e os relativos são aquelas coisas para as quais ser

¹¹⁸ 8a14-21.

¹¹⁹ 8a32-33.

¹²⁰ 8a21-29.

é o mesmo que estar de algum modo em relação com alguma coisa, então talvez se possa adiantar alguma coisa a este respeito.”¹²¹

Resumidamente, diante do problema da confusão entre substâncias e relativos, Aristóteles reformula a noção de relativo da seguinte maneira:

“Torna-se claro com isto que, se alguém conhecer de modo definido um certo relativo, então também conhecerá de modo definido aquilo em relação ao qual ele é dito. Isto é evidente por si mesmo. Pois, se alguém souber que um certo isto é um relativo e para os relativos ser for o mesmo que estar de algum modo em relação com alguma coisa, então também saberá com que é que ele está de algum modo em relação. (...) É evidente, portanto, que alguém que conheça de modo definido um certo relativo terá necessariamente de conhecer de modo definido também aquilo em relação ao qual ele é dito.”¹²²

Aristóteles altera a primeira noção de ser “aquelas coisas para as quais ser é o mesmo que estar de algum modo em relação com alguma coisa” para a segunda noção de “conhecer de modo definido um relativo é conhecer necessariamente aquilo em relação ao qual é dito”. Ou seja, o conhecimento de modo definido de algum relativo exige o conhecimento de modo definido daquilo com o qual o relativo tem relação. Um exemplo elucidativo de Aristóteles é o dobro. Por exemplo, se quatro é o dobro de dois, deve-se saber de que o quatro é o dobro, ou seja, saber do dois. Caso contrário, não saberá se esse quatro é o dobro de algo.

Essa reformulação permite que Aristóteles elimine as substâncias segundas como candidatos a serem relativos.

“Mas a respeito da cabeça, da mão e de cada uma destas substâncias, é possível saber de modo definido o que elas são, sem ser necessário conhecer aquilo em relação ao qual são ditas. Pois não é necessário saber de modo definido de quem é a cabeça ou de quem é a mão. Portanto, estas não serão relativos; e, se não são relativos, então será verdade dizer que nenhuma substância é um relativo.”¹²³

O conhecimento de modo definido não ocorre no caso das substâncias segundas como “mão” e “cabeça”, visto que é possível conhecer “a mão” sem necessariamente

¹²¹ 8a29-34.

¹²² 8a37-8b16.

¹²³ 8b17-21.

saber de quem é a mão. Com essa constatação, Aristóteles afirma categoricamente que “nenhuma substância é um relativo”.

A sua reformulação da noção de relativo funciona para evitar a confusão entre relativos e substâncias. Vemos que Aristóteles age de maneira similar ao não permitir que a substância segunda seja confundida com a qualidade.

Se insistirmos em nos perguntar então de que maneira Aristóteles diferencia a chamada “qualidade” que a substância segunda supostamente significa e a qualidade propriamente dita, precisaremos nos voltar mais uma vez para a caracterização das substâncias segundas na sua relação com a substância primeira¹²⁴.

Na passagem 3b10-23, sobre as substâncias segundas serem “qualidades”, Aristóteles diz que as substâncias segundas “determinam” (ἀφορίζει) a qualidade da substância. Tomamos aqui que “determinar” pode ser entendido de diversas maneiras.

¹²⁴ Bodéüs, R. (2001), p.100-101, nota 3, em sua edição das *Categorias*, parece indicar a ocorrência de dois tipos de qualidades na obra aristotélica. Ainda que não usemos essa distinção de maneira evidente para analisar a passagem de 3b10, reparamos que o comentador tenta resolver a confusão dos termos com os dois tipos supostos de qualidade. No entanto, sua posição parece não esclarecer a noção de “qualidade substancial” apontada. Essa noção seria de fato, se esclarecida, muito útil para tratar do caso problemático das *diferenças* também. Eis o texto: “Encontram-se distintos assim dois tipos de qualidade. O primeiro tipo e o mais evidente será examinado mais adiante (8b25 e seguintes). A Metafísica dá um exemplo claro em sua relação com a substância: “quando nós afirmamos que uma coisa precisa tem uma certa qualidade, nós dizemos que ela é boa ou má” (Z1, 1028a15-16: ὅταν μὲν γὰρ εἴπωμεν ποιὸν τι τόδε, ἢ ἀγαθὸν λέγομεν ἢ κακόν...). O segundo tipo, aqui visado, é atribuível também a uma coisa precisa, como o primeiro tipo, mas, contrariamente à primeira qualidade, ela não é inerente a tal coisa como a um sujeito. Por conseguinte, enquanto que somente o nome da primeira é imputável ao sujeito, a fórmula da segunda é ainda imputável a esse sujeito (cf. 2a19-34). Portanto, por um mesmo sujeito que indica uma coisa precisa, o primeiro tipo de qualidade é dito de um sujeito essencialmente diferente e constitui um ser accidental, enquanto que o segundo tipo se diz de um sujeito essencialmente idêntico e revela tal ser nele mesmo. Em outras palavras, o primeiro tipo de qualidade que é dito accidentalmente da substância é nele mesmo uma qualidade, uma qualidade pura e simples (ἀπλῶς), enquanto que o segundo tipo de qualidade, que revela a substância primeira nela mesma, indica uma qualidade essencial, própria a ela. Apesar de nossa passagem não dizer isso expressamente, a espécie e o gênero substanciais não são as únicas coisas que constituem qualidades desse tipo. A diferença é assim também, de maneira ainda mais evidente, visto que ela não indica a essência (cf. Top., IV, 2, 122b16-17: οὐδεμία γὰρ διαφορὰ σημαίνει τί ἐστὶν ἀλλὰ μᾶλλον ποιὸν τι, καθάπερ τὸ πεζὸν καὶ τὸ δίπουν). A diferença específica, de fato, constitutiva da espécie no interior do gênero, não é um puro acidente da substância: como o gênero e a espécie, vimos isso mais acima (3a21-28), ela se diz de um sujeito e sua fórmula é imputável ao sujeito. Ela não é, como a qualidade pura e simples, uma qualidade em si, inerente a um sujeito. É ela que Met. V toma como exemplo para ilustrar o tipo particular de qualidade que é a qualidade substancial (ποιὸν λέγεται ἓνα μὲν τρόπον ἢ διαφορὰ τῆς οὐσίας,... ὡς τῆς διαφορᾶς τῆς κατὰ τὴν οὐσίαν ποιότητος οὐσης: 14, 1020b33-36; cf. 28, 1024b5-6: ...γένος οὗ διαφοραὶ λέγονται αἱ ποιότητες). De outra forma, o fato que as substâncias segundas não indicam uma coisa precisa, mas, uma qualidade substancial, permite evidentemente dizer que nenhum universal, imputado a várias coisas, indica uma coisa precisa, posto que a espécie e o gênero substanciais fazem parte das coisas que indicam a qualidade em sentido amplo (cf. Ref. Sof. 22, 179a8-10: οὐ δοτέον τόδε τι εἶναι τὸ κοινῇ κατηγορούμενον ἐπὶ πᾶσιν, ἀλλ' ἦτοι ποιὸν ἢ ποσόν ἢ τῶν τοιούτων τι σημαίνειν).

Propriedades de uma substância primeira poderiam ser elementos determinantes, se Aristóteles compreendesse os acidentes como propriedades fundamentais para as substâncias primeiras, o que certamente não é o caso. Uma substância primeira como Sócrates poderia ser determinada por seus acidentes (isso incluiria aquelas coisas pertencentes à categoria da qualidade), enquanto que a mesma substância primeira poderia ser determinada pelo seu gênero e espécie, de maneira fundamental. As determinações realizadas por esses dois tipos de entidades devem ser distintas para que a ontologia das *Categorias* tenha alguma hierarquia evidente de entidades.

A distinção entre as determinações promovidas pelos acidentes e pelas substâncias segundas pode ser levantada na seguinte passagem:

“(A) O que elas [as substâncias segundas] significam é antes uma certa qualidade, (B) pois o sujeito não é um como é a substância primeira, mas homem e animal são ditos de diversas coisas. (C) No entanto, não significam simplesmente uma certa qualidade, como “branco” o faz. (D) Pois “branco” não significa nenhuma outra coisa senão a qualidade, (E) enquanto a espécie e o gênero determinam a qualidade a respeito da substância – significam uma certa qualidade de substância. (F) Com o gênero, a determinação que é feita é mais vasta do que com a espécie, pois, ao falar de animal, abrangemos mais coisas do que ao falar de homem”¹²⁵

“(A) ἀλλὰ μᾶλλον ποιόν τι σημαίνει, (B) οὐ γὰρ ἓν ἐστὶ τὸ ὑποκείμενον ὥσπερ ἡ πρώτη οὐσία, ἀλλὰ κατὰ πολλῶν ὁ ἄνθρωπος λέγεται καὶ τὸ ζῷον· (C) οὐχ ἀπλῶς δὲ ποιόν τι σημαίνει, ὥσπερ τὸ λευκόν· (D) οὐδὲν γὰρ ἄλλο σημαίνει τὸ λευκόν ἀλλ' ἢ ποιόν, (E) τὸ δὲ εἶδος καὶ τὸ γένος περὶ οὐσίαν τὸ ποιὸν ἀφορίζει, ποιὰν γὰρ τινα οὐσίαν σημαίνει. (F) ἐπὶ πλεῖον δὲ τῷ γένει ἢ τῷ εἶδει τὸν ἀφορισμὸν ποιεῖται· ὁ γὰρ ζῷον εἰπὼν ἐπὶ πλεῖον περιλαμβάνει ἢ ὁ τὸν ἄνθρωπον.”¹²⁶

Como é possível notar, dividimos a passagem em seis partes para que a análise seja mais detida em cada parte e utilizamos a citação do texto grego para atentarmos ao uso dos termos específicos.

Primeiramente, na parte (A), Aristóteles logo diz que as substâncias segundas “significam” (σημαίνει) “uma certa qualidade” (ποιόν τι). Não lidamos aqui com acidente individual, mesmo que os termos indiquem uma individualidade (ποιόν “τι”). Isso não

¹²⁵ 3b15-23.

¹²⁶ Texto grego baseado na edição de Minio-Paluello, L. (1956), *Aristotelis Categoriae et Liber De Interpretatione*, Oxford: Oxford University Press.

ocorre porque mais adiante na passagem Aristóteles equipara “uma certa qualidade” com “branco” (τὸ λευκόν), ou seja, equipara uma certa qualidade a uma qualidade universal. É possível supor que Aristóteles utiliza maior indeterminação ao dizer “uma certa” (τι) porque quer apresentar o funcionamento das substâncias segundas na determinação como distinto do funcionamento das qualidades. Não tratamos de qualidades quaisquer, mas sim: ou as substâncias segundas são “uma certa qualidade” em específico (sugestão recusada pela nossa interpretação) ou funcionam de modo aparente como “uma certa qualidade”.

Na parte (B), temos a contraposição entre as substâncias segundas que são como “uma certa qualidade” e a substância primeira que é o sujeito que é “um” (ἐν). Ou seja, ser “uma certa qualidade” se contrapõe a ser um como sujeito, e ser uma certa qualidade implicaria ser dito de diversas coisas (κατὰ πολλῶν λέγεται). Existe aqui um problema, como falamos acima, ao dizer que “uma certa qualidade” é dita de diversas coisas, o que não é o caso das qualidades individuais, visto que estas não são ditas de algum sujeito e estão num sujeito. É uma possível evidência de que Aristóteles não está a falar de substâncias segundas como sendo qualidades individuais, visto que ao dizer “uma certa qualidade” e que esta é dita de diversas coisas ele não está a falar de coisas individuais. Ele apenas utiliza o termo “ποιόν τι” para explicitar algo que as substâncias segundas teriam supostamente em comum com as qualidades no geral.

As substâncias segundas significam, portanto, uma certa qualidade que é obrigatoriamente algo que é dito de diversas coisas. Como uma certa qualidade, mas ainda não sendo uma qualidade, as substâncias segundas são predicadas de diversas coisas. Homem e animal são, de fato, predicados de diversas coisas, e de maneira similar aos acidentes universais, como “branco” ou “moreno” que são predicados de muitas coisas.

Aristóteles nos corrige na parte (C) quanto à possível similaridade entre a qualidade, neste caso o “branco”, e uma certa qualidade que as substâncias segundas significam. Nessa parte, o Estagirita afasta a noção das substâncias segundas da proximidade com as qualidades. A qualidade “branco” significa “simplesmente” (ἀπλῶς) qualidade, enquanto que as substâncias segundas não significam “simplesmente” qualidade. De fato, a qualidade “simplesmente” é aquela que abarca coisas como “branco”, “moreno” e assim por diante. E, como é suposto, as substâncias segundas não pertencem à categoria da qualidade, porque as substâncias segundas compartilham

definição com as substâncias primeiras e não apresentam um conteúdo “estranho” como resposta para a pergunta “o que é” uma substância primeira.

Nas partes (D) e (E), entendemos que o “branco” não significa nada além do que uma qualidade, enquanto que, podemos supor, as substâncias segundas signifiquem algo além disso. Além de significarem “uma certa qualidade”, as substâncias segundas “determinam” (ἀφορίζει) a qualidade sobre a substância (περὶ οὐσίαν τὸ ποιόν). O que nos interessa nessas partes (D) e (E) é o uso de “ἀφορίζει” para diferenciar entre o funcionamento das substâncias segundas em relação à substância (supõe-se uma substância primeira) e o funcionamento das qualidades em relação à substância. Supõe-se também que as qualidades não “determinam” (ἀφορίζει) a substância em questão como as substâncias segundas o fazem.

A noção de determinação (ἀφορισμὸν) através das substâncias segundas é abordada aparentemente de maneira superficial na última parte (F), na qual Aristóteles nos apresenta que a determinação através do gênero é mais vasta do que a determinação através da espécie. De fato, “animal” reúne mais substâncias primeiras do que a espécie “homem”. Mas, além dessa constatação, a determinação promovida pelas substâncias segundas, como foi dito na parte (E), determina ou delimita a qualidade sobre a substância em questão.

Mas o que é “determinar” no sentido das substâncias segundas?

Podemos supor que, sobre a substância em questão, a espécie “homem” determinaria a substância primeira de modo que delimitaria, ou seja, afastaria a ocorrência de certas qualidades nas substâncias primeiras e determinaria, ou seja, obrigaria a ocorrências de outras qualidades nas substâncias primeiras. Não seria apenas uma caracterização fraca como os acidentes promovem na substância primeira. Sendo homem, Sócrates tem uma determinação mais específica que o impede de ter acidentes que não condizem com a sua determinação de gênero ou de espécie e que ao mesmo tempo o obrigam a ter certos outros acidentes. Isso de fato não é nada mais do que delimitar a essência da substância em questão e, conseqüentemente, a ocorrência de certas propriedades nas substâncias primeiras.

O sentido de determinação ou caracterização fraca por acidentes seria um sentido ligado ao estatuto ontológico menor dos acidentes. Os acidentes poderiam caracterizar a

substância primeira, mas não a determinam de maneira essencial. O branco que está em Sócrates não determina a substância primeira Sócrates naquilo que ela é. Além do mais, não são os acidentes que determinam a própria ocorrência de certos acidentes num sujeito. Não serão acidentes que fundamentam as substâncias. A resposta que fornece acidentes para a pergunta “o que é?” (τί ἐστιν) a respeito de uma substância primeira não aponta aquilo que a coisa em questão é. Não é uma resposta “adequada” e muito menos “informativa” sobre a substância primeira, como já vimos. A resposta adequada da condição de revelação é, portanto, uma resposta que expõe aquilo que “determina” ou “delimita” a ocorrência de propriedades na substância primeira em questão, o que seria o mesmo que dizer que aponta um conteúdo essencial que determina “o que é” um indivíduo concreto.

Novamente, o sentido de determinação por substâncias segundas é um sentido forte de determinação. O estatuto ontológico das substâncias segundas é o mais próximo das substâncias primeiras e, a partir dessa posição ontológica, determinam a substância primeira de maneira única. São as substâncias segundas que dão a resposta “adequada” e minimamente “informativa” a respeito da substância primeira. Já os acidentes dão a resposta “estranha” (ἄλλοτριῶς) à pergunta “o que é?”. No conhecimento obtido através dos universais, os acidentes seriam elementos estranhos, entidades que poderiam ser desconsideradas a respeito do que é uma coisa em questão. O conhecimento estaria ligado fundamentalmente a esse atributo de “determinar” a substância primeira no sentido forte.

A partir dessa “determinação” forte através das substâncias segundas, temos uma interessante evidência de seu alto grau epistemológico como entidades. Ao determinar a ocorrência de propriedades nas substâncias primeiras, o gênero e a espécie expõem um conteúdo explicativo de grande peso a respeito de uma substância primeira como “Sócrates”. Seria através da exposição que a espécie “homem” nos fornece que compreenderíamos a ocorrência de certas propriedades em Sócrates, propriedades que não poderiam ser outras a não ser as compreendidas pela espécie “homem” ou por qualquer outra substância segunda predicada de Sócrates. A própria “literacia” accidental de Sócrates se evidenciaria somente porque, por pertencer à espécie homem, o filósofo demonstra ocorrências de propriedades determinadas em relação a um certo tipo de conhecimento. O que não ocorreria com um cão, sendo animal incapaz de adquirir esse tipo de conhecimento, ou ainda qualquer tipo de conhecimento.

As substâncias segundas agem, portanto, como “qualidades” porque determinam a substância primeira de maneira similar à caracterização feita pelos acidentes, mas a determinação é de modo essencial. A essência da substância primeira não pode ser meramente a exposição de propriedades acidentais e dependentes de “estarem num sujeito” substancial. Além do mais, dizer o que uma coisa é deve cumprir a função da classificação categorial e respeitar a separação das categorias para evitar a confusão de atribuir uma suposta essência, originada de categoria diversa, a uma substância primeira. A resposta correta para “o que é” algo deve originar de dentro da categoria desse algo, ou seja, deve estabelecer uma relação intracategorial. Seria de fato estranho classificar as coisas existentes em gêneros distintos, ou seja categorias, para depois afirmar que uma coisa que pertence ao gênero supremo A explica melhor “o que é” uma coisa de outro gênero supremo B do que as próprias coisas contidas no gênero supremo B. Que tipo de classificação seria essa?

É notável como as impressões errôneas sobre as substâncias segundas são algo presente na exposição de Aristóteles. Aparentemente, as substâncias segundas causam essa confusão, como na relação com os acidentes, qualidades universais e relativos. Aristóteles precisa repetidamente nos lembrar no tratado das *Categorias* a respeito de características peculiares das substâncias segundas e dos seus estatutos ontológico e epistemológico privilegiados.

Pois então no caso da passagem analisada a respeito da expressão “ποιόν τι”, o uso da expressão sugere uma tentativa por parte de Aristóteles de apontar, entre as muitas impressões errôneas que as substâncias segundas provocam, uma impressão errônea, talvez comum, de tomar as substâncias segundas como sendo qualidades simplesmente.

Dentre as características apresentadas das substâncias segundas, e consequentemente diante das impressões errôneas, as substâncias segundas podem causar confusão também quando nos lembramos do traço próprio (ἴδιον) que Aristóteles aponta como sendo traço próprio da categoria da substância como um todo.

O traço próprio da categoria da substância é a capacidade de receber contrários. E supõe-se que as substâncias segundas devam também ter esse traço próprio. Mas, se citarmos a passagem em que o Estagirita expõe o traço próprio, nos deparamos com uma restrição na aplicação do traço próprio:

“O que principalmente parece ser próprio da substância é que, sendo numericamente una e a mesma, seja capaz de receber contrários. Não há nenhuma outra coisa que se possa apresentar e que, sendo numericamente una, seja capaz de receber contrários. Por exemplo, uma cor que seja numericamente una e a mesma não poderá ser branca e negra; nem uma mesma ação, que seja numericamente uma só, poderá ser má e boa; e do mesmo para as outras coisas que não sejam substâncias. No entanto, a substância, sendo numericamente una e a mesma, é capaz de receber contrários. Por exemplo, um certo homem, que é um e o mesmo, torna-se ora claro ora escuro, ora quente ora frio, ora mau ora bom.”¹²⁷

A restrição da aplicação do traço próprio é o fato de que a substância está sendo considerada como aquilo que é numericamente uno e o mesmo. Isso é evidentemente problemático para as substâncias segundas, porque estas não são numericamente unas. Já discutimos anteriormente nesta dissertação sobre como as substâncias segundas são predicadas de uma multiplicidade e, por isso, não podem ser consideradas numericamente unas. Se o traço próprio exige que a substância seja numericamente una e a mesma, as substâncias segundas não constarão no rol das coisas que têm esse traço próprio. Consequentemente, o traço próprio da categoria da substância no geral somente se aplica ao caso das substâncias primeiras.

Além do apontamento sobre ser numericamente uno e o mesmo, Aristóteles também não considera possível que algo individual possa receber contrários ao mesmo tempo. As substâncias primeiras recebem contrários em tempos diferentes:

“Mas, ao que parece, não há nada que admita ambos os contrários ao mesmo tempo. No caso de uma substância, por exemplo, embora pareça ser capaz de receber contrários, não é certamente ao mesmo tempo que ela se encontra doente e saudável, nem clara e escura ao mesmo tempo, nem há nenhuma outra coisa que admita ambos os contrários ao mesmo tempo.”¹²⁸

Todavia, se aceitarem o traço próprio de receber contrários (mesmo que ignoremos o requisito de ser numericamente uno e o mesmo), as substâncias segundas admitiriam assim contrários ao mesmo tempo, visto que uma substância segunda pode admitir, em certo sentido, ambos os contrários porque é predicada de uma multiplicidade. Por exemplo, a espécie homem pode admitir “moreno” e “branco” ao mesmo tempo, se

¹²⁷ 4a10-21.

¹²⁸ 6a1-5.

as substâncias primeiras em que a espécie está instanciada forem respectivamente “morena” e “branca”. Lembremos que Aristóteles condiciona a ocorrência de acidentes nas substâncias segundas com a sua ocorrência nas substâncias primeiras: “Por outro lado, a cor está no corpo e, portanto, também num certo corpo; pois se não estivesse em nenhum dos corpos individuais, não estaria de todo no corpo.”¹²⁹

O que torna ainda mais intrigante essa característica de receber contrários simultaneamente das substâncias segundas é se nos perguntarmos como poderíamos entender a noção de um sujeito de inerência se aplicada a entidades que supostamente poderiam receber contrários ao mesmo tempo. Que tipo de sujeito de inerência aflora do tratado das *Categorias* com o caso das substâncias segundas? A impressão errada de tratar substâncias segundas como sendo sujeitos individuais iguais às substâncias primeiras pode resultar na atribuição errada da capacidade de receber contrários às substâncias segundas.

O sujeito de inerência no caso das substâncias primeiras é o exemplo paradigmático do indivíduo concreto que sofre mudança. Sócrates pode estar ora doente em determinado momento, ora saudável noutro momento, mas nunca simultaneamente. A doença está em Sócrates num momento e noutro momento a saúde está em Sócrates. Agora, como entendemos as substâncias segundas como sujeitos de inerência, precisamos explicar como seria tal sujeito de inerência que comportaria acidentes.

Com vista nessa característica de ser sujeito de inerência, podemos elencar algumas características para as substâncias segundas:

- 1) São sujeitos de inerência como as substâncias primeiras.
- 2) São entidades que abrigam acidentes.
- 3) São entidades universais.

Se examinarmos 1), devemos ter o cuidado de separar a noção de sujeito de inerência de uma noção de ser um indivíduo, ou seja, uma entidade individual que comporta acidentes. As substâncias segundas não podem ser entidades individuais como as substâncias primeiras. A ideia de que um sujeito de inerência contém acidentes e é individual é uma ideia perigosa para as substâncias segundas. Pois, mesmo que nos pareça

¹²⁹ 2b2-4.

que um sujeito inerência deva ser uma entidade individual que contém acidentes, essa percepção é errada para as substâncias segundas. Porque uma entidade individual que contém acidentes contrários ao mesmo tempo - se entendermos que a espécie homem é individual como a substância primeira e que, no entanto, é doente e saudável simultaneamente - não encontra lugar em uma ontologia que defende a impossibilidade de dois acidentes contrários (que se anulariam se encontrados na mesma entidade individual, ao mesmo tempo) estarem numa entidade individual simultaneamente. Em nenhum lugar, Aristóteles nos diz que ser um sujeito de inerência pressupõe que a entidade seja individual, ou ao menos, seja entendida como individual. Portanto, como em 2), as substâncias segundas são apenas entidades que abrigam acidentes.

As substâncias segundas são sujeitos de inerência como as substâncias primeiras, mas não são sujeitos últimos de predicação. É importante lembrar que as substâncias segundas apenas “parecem” ser numericamente unas e indivisíveis. E isso é parte da percepção errônea a respeito das substâncias segundas que Aristóteles insiste em apontar no tratado. Se consideradas da mesma maneira do que os indivíduos concretos, as substâncias segundas assumem um papel indefensável.

Se afirmarmos 3), a própria noção de ser um universal para a qual Aristóteles nos dá pistas no tratado das *Categorias* é uma noção complexa quando aplicada ao caso da inerência. É certamente o homem que é doente e saudável ao mesmo tempo, visto que Sócrates está doente e Platão está saudável. Mas é antes disso as substâncias primeiras que abrigam os acidentes e que por sua vez o homem é dito das substâncias primeiras. A doença que está no homem está primeiramente na substância primeira Sócrates, e a saúde que também está no homem está primeiramente na substância primeira Platão. Não é um certo homem que está doente e saudável ao mesmo tempo. Não é o caso de uma entidade individual que contém atributos contrários ao mesmo tempo. A espécie homem contém ambos os acidentes da doença e da saúde, mas sob aspectos diferentes. O sujeito de inerência de ambos os acidentes é um sujeito universal e não um sujeito individual, quando examinado a partir da espécie ou do gênero. Mas certamente é uma substância primeira que contém um acidente e, portanto, uma substância segunda que contém o acidente por causa dessa instanciação.

Há essa possibilidade de resumir a condição de inerência das substâncias segundas à inerência em substâncias primeiras, visto que o acidente estaria num sujeito universal

simplesmente pelo fato de que está em alguma substância primeira. Pode-se dizer que o homem é branco porque alguma instância da espécie homem é branca. Assim entendemos a noção de sujeito universal que depende do sujeito individual para que possa exercer a sua condição de inerência. Mas qualquer apontamento que parta das condições de um sujeito individual para um sujeito universal precisa levar em conta essa diferenciação.

Agora, a condição de revelação exige como resposta adequada aquelas entidades que são sujeitos de inerência universais e não individuais e, dessa maneira, a resposta adequada pressupõe entidades que contêm diversos acidentes ao mesmo tempo sob um aspecto. Essa característica de conter diversos acidentes ao mesmo tempo sob um aspecto é um exemplo da abrangência necessária que um conteúdo explicativo precisa compor. Não bastaria para um alto grau epistemológico a respeito dos indivíduos concretos quaisquer entidades individuais que simplesmente contêm propriedades muito específicas a si mesmas. Dizer o que é Sócrates é expor um conteúdo que se aplica a todos os seres que compartilham da definição de homem, delimitando assim a ocorrência ou não de determinadas propriedades num indivíduo concreto. Essa entidade, que é resposta adequada à pergunta “o que é” uma substância primeira, precisa poder conter todos os possíveis acidentes que ocorrem nos indivíduos concretos.

Notamos que as substâncias segundas provocam impressões errôneas a seu respeito porque são entidades que ora se aproximam de um tipo de entidade e ora se aproximam de um outro tipo de entidade. Mas precisamos sempre nos lembrar que, como caráter distintivo de seu funcionamento, elas têm a capacidade de “revelar” a substância primeira, o que outras entidades não são capazes de fazer.

Portanto, as substâncias segundas são entidades que são predicadas de uma multiplicidade (universais), possuem graduação de substancialidade entre espécie e gênero, têm a capacidade exclusiva de “revelar o que é” uma substância primeira, produzem uma determinação forte de cunho essencial sobre a substância primeira em questão, delimitando as suas qualidades, possuem alto grau explicativo e são sujeitos de inerência universais capazes de receber acidentes.

9) As *diferenças*

Somente um tipo de entidade parece realizar o mesmo que as substâncias segundas e se aproxima perigosamente da esfera das substâncias. E esse tipo de entidade merece atenção quando falamos da posição das substâncias segundas no tratado das *Categorias*¹³⁰.

Antes de analisarmos essa entidade que se aproxima das substâncias segundas, precisamos dizer que a presente seção não tem o objetivo de desvendar qual é o estatuto das *diferenças* na obra de Aristóteles, o que é algo deveras complexo, nem pretende apresentar o que são as *diferenças*, do mesmo modo que nos abstivemos de apresentar o que são as substâncias segundas ou o que são os universais. Essa seção está limitada a discutir a ameaça que as *diferenças* são para a substancialidade das substâncias segundas.

Com características por vezes iguais e por vezes muito próximas, as *diferenças* são de fato uma ameaça para a exclusividade da espécie e do gênero das substâncias primeiras de serem as únicas substâncias segundas no tratado. Além disso, cabe nos lembrar que há ainda uma questão se as *diferenças* também poderiam ser consideradas sujeitos de inerência, o que afetaria o próprio critério geral de substancialidade do tratado, ou ainda se poderiam cumprir a condição de revelação, o que afetaria o conjunto das substâncias segundas.

Basicamente, as *diferenças* são aquilo que divide os gêneros em espécies. Pelos exemplos de Aristóteles, encontrados no tratado das *Categorias*, as *diferenças* são “bípede” ou “terrestre” ou “voador” ou “aquático”, e coisas desse tipo. As *diferenças* se apresentam em vários níveis na divisão dos gêneros, sendo que, por exemplo, de “animal” podemos seguir na divisão e ter “terrestre”, “bípede”, “racional” para chegarmos à espécie última “homem”. Assim, por meio das *diferenças*, a classificação das coisas existentes pode se produzir em divisões cada vez mais específicas até a espécie última.

Agora, no tratado das *Categorias*, Aristóteles caracteriza as *diferenças* do seguinte modo:

“Todavia, isto [não estar num sujeito] não é próprio da substância, uma vez que também a diferença não está num sujeito. Pois terrestre e bípede são ditos de um sujeito,

¹³⁰ Para uma apresentação das posições de variados comentadores acerca do estatuto das *diferenças* no *Órganon*, ver: Morrison, D., (1993) “Le Statut Catégoriel des Différences dans L’*Organon*”, *Revue Philosophique de la France et de l’Étranger*, T. 183, n. 2, ARISTOTE (Avril-Juin), pp. 147-178.

a saber, do homem, mas não estão num sujeito (nem o bípede nem o terrestre estão no homem).”¹³¹

Primeiramente, as *diferenças* não estão num sujeito e são ditas de um sujeito. Por isso, elas compartilhariam o mesmo lugar com as substâncias segundas na tabela das relações de predicação “ser dito de algum sujeito” e de inerência “estar num sujeito”. São, portanto, coisas que são universais porque são ditas de um sujeito. Pelo fato de serem ditas de um sujeito, as *diferenças* cumprem também o que essa relação de predicação supostamente pretendia fazer, a dizer, indicar uma relação essencial entre o predicado e o sujeito em questão. Dizer “bípede” de Sócrates supostamente indicaria um conteúdo essencial de Sócrates e não meramente um acidente como “branco”.

“E a definição da diferença predica-se daquilo de que a diferença é dita. Por exemplo, se terrestre é dito do homem, também a definição de terrestre se predica do homem; pois o homem é terrestre.”¹³²

Essa passagem sustenta ainda mais a ideia de uma *diferença* indicar um conteúdo essencial a respeito do sujeito em questão. Como a *diferença* é dita de um sujeito, a sua definição também será dita do sujeito. É o que atesta o exemplo de Aristóteles no final da passagem. As *diferenças* parecem por ora muito próximas das substâncias segundas, por serem ditas de um sujeito e não estarem num sujeito.

Aristóteles aproxima mais ainda as duas entidades quando aponta a característica comum entre as substâncias no geral e as *diferenças*.

“É uma característica das substâncias e das diferenças que tudo o que é chamado a partir delas o seja sinonimicamente. Pois todos os predicados formados a partir delas predicam-se ou dos indivíduos ou das espécies: a partir da substância primeira não se forma nenhum predicado (uma vez que ela não é dita de nenhum sujeito); das substâncias segundas, a espécie predica-se do indivíduo e o gênero predica-se da espécie e do indivíduo; e, do mesmo modo, também as diferenças se predicam das espécies e dos indivíduos. E as substâncias primeiras admitem a definição das espécies e a dos gêneros e a espécie admite a do gênero (pois tudo o que é dito daquilo que é predicado também será dito do sujeito); do mesmo modo, também as espécies e os indivíduos admitem a definição das diferenças. Mas sinónimas eram precisamente aquelas coisas com o nome

¹³¹ 3a22-25.

¹³² 3a25-28.

em comum e a mesma definição. Portanto, tudo o que é chamado a partir das substâncias e das diferenças é-o sinonimicamente.”¹³³

Como antecipado na admissão da predicação de “ser dito de algum sujeito” no caso das *diferenças*, as espécies e os indivíduos admitem a definição das *diferenças*. Sócrates e o homem podem admitir a definição de bípede ou de terrestre. Por isso, a indicação da sinonímia no caso adicional das *diferenças*.

Poderíamos supor aqui que, com essa admissão da predicação e aproximação perigosa com as substâncias segundas, as *diferenças* talvez cumpram a condição de revelação, como as substâncias segundas o fazem. Se a condição de revelação for simplesmente um resultado da predicação essencial de “ser dito de algum sujeito”, as *diferenças* certamente “revelariam” as substâncias primeiras, por serem ditas delas¹³⁴.

Agora, o que isso significaria? Como podem as *diferenças* “revelarem” as substâncias primeiras, não sendo substâncias como Aristóteles afirma no tratado?

Além disso, uma outra pergunta importante a se fazer é se as *diferenças* podem, por agirem de maneira similar às substâncias segundas, também cumprir a condição de ser sujeito. Lembremos que esta última condição foi estabelecida como um critério de substancialidade geral.

Entendemos que se as *diferenças* de fato cumprirem a condição de revelação, elas se mostrarão como candidatos adequados para “revelar” as substâncias primeiras e, com isso, conquistar substancialidade no tratado. O problema é que Aristóteles atesta claramente que as *diferenças* não podem ser substâncias segundas, nem substâncias no geral: “É então apropriado que, além das substâncias primeiras, as espécies e os gêneros sejam as únicas outras coisas que são chamadas substâncias segundas.”¹³⁵. E em 3a22-23: “Todavia, isto não é próprio da substância, uma vez que também a diferença não está num sujeito.”

¹³³ 3a33-3b9.

¹³⁴ Por outro lado, se entendermos que o gênero “revela” e a *diferença* não “revela” a substância primeira, acabaremos com um resultado curioso no qual o gênero amplo “ser vivo” será “revelador” a respeito de Sócrates enquanto que a *diferença* “racional” não o será, a qual forma a espécie “homem”. A proximidade da espécie “homem” com a substância primeira é muito maior do que a do gênero “ser vivo” e, no entanto, a *diferença* que forma espécie não revelará o que é Sócrates. Mas isso não implica necessariamente considerações a respeito da espécie e sua proximidade, mas apenas a respeito das *diferenças*.

¹³⁵ 2b29-30.

Então, como Aristóteles poderia atestar ao mesmo tempo que as *diferenças* apresentam as mesmas características que as substâncias segundas nas relações de predicação e de inerência e que as *diferenças* não podem ser substâncias? Como lidamos com essa proximidade?

Estabelecemos anteriormente que o critério fundamental de substancialidade geral é a condição de ser sujeito de inerência. Portanto, precisamos examinar primeiramente, se as *diferenças* cumprem essa condição de ser sujeito de inerência.

Aristóteles não nos presenteia com uma passagem em que trata da possibilidade de uma *diferença* funcionar como um sujeito de inerência. E é difícil dizer, a partir do tratado das *Categorias*, se Aristóteles aceitaria ou não uma predicação do tipo “bípede é branco”, onde um acidente estaria numa *diferença* como num sujeito. Aristóteles apenas nos diz que as *diferenças* são ditas de indivíduos substanciais e esses indivíduos substanciais aceitam a definição das *diferenças*¹³⁶.

Como as *diferenças* não podem ser substâncias segundo Aristóteles, devemos examinar como isso se dá. Se restringirmos a noção de sujeito de inerência a indivíduos concretos e recusarmos universais, na esperança de retirarmos as *diferenças* de sua candidatura para substancialidade, deixaremos de fora da substancialidade as próprias substâncias segundas, visto que estas são consideradas sujeitos de inerência: “Por outro lado, a cor está no corpo e, portanto, também num certo corpo; pois se não estivesse em nenhum dos corpos individuais, não estaria de todo no corpo.”¹³⁷ A cor está num corpo (ἐν τινὶ σώματι) e também no corpo (ἐν σώματι), logo a substância segunda abriga acidentes também, como já vimos.

Como Aristóteles nada nos diz a respeito da inerência no caso das *diferenças*, podemos expor aqui uma solução que o comentador Markus Kohl (2008) apresentou¹³⁸:

“Ainda que as *differentiae* forneçam a essência e determinem a condição de sujeito das substâncias, elas não podem ser tratadas como sujeitos em si mesmas. Isso contradiz a minha afirmação de que nas *Categorias* a condição de sujeito é designada àqueles universais que fornecem essência e determinam a condição de sujeito de outras substâncias. Um tipo de defesa contra essa objeção é a de que ainda que as *differentiae*

¹³⁶ 3a33-3b9.

¹³⁷ 2b1-3

¹³⁸ Kohl, M., (2008), p.174, nota 40.

de fato determinem a condição de sujeito típica, elas o fazem como partes de substâncias, e assim não há necessidade de tratá-las como sujeitos além das substâncias das quais elas constituem partes. (...) No entanto, uma resposta ainda mais persuasiva a essa objeção parece ser, ao menos para os propósitos atuais, de que o problema levantado pelo objeto não é uma consequência particular de minha interpretação, mas antes um indicativo da confusão geral sobre o status das *differentiae* nas *Categorias*. A confusão é, resumidamente, que as *differentiae* não podem ser tomadas como meras propriedades, e, no entanto, elevá-las ao status de substâncias segundas ameaça a coerência das visões sistemáticas de Aristóteles sobre a substância, visto que verdades sobre Sócrates e homem não parecem se aplicar a racionalidade (...).”

Aqui Kohl (2008) relata uma solução em que as *diferenças* poderiam ser tomadas como partes conceituais das substâncias, o que, segundo o comentador, impediria considerar as *diferenças* como sujeitos propriamente ditos. Dessa maneira, as *diferenças* estão nas substâncias não como os acidentes estão nos sujeitos inerência, mas como partes conceituais dos sujeitos de inerência propriamente ditos. Parece plausível reduzir as *diferenças* a meras partes do sujeito e, com isso, recusar o seu próprio enquadramento como sujeitos. Afinal, partes conceituais de sujeitos não precisariam ser replicadas como sujeitos para dar conta da inerência.

No entanto, essa solução se mostra um tanto problemática se supormos que as partes conceituais entendidas aqui sejam equivalentes às partes conceituais que expomos nesta dissertação a respeito das espécies e das substâncias primeiras. Como havíamos dito, por exemplo na seção da Introdução, as substâncias primeiras são partes conceituais das espécies, na medida em que as substâncias primeiras “pertencem” às espécies. Ser parte não material de nada altera o estatuto ontológico substancial das substâncias primeiras. O mesmo deve se aplicar ao caso das *diferenças*. Estas não podem perder a sua candidatura a sujeitos de inerência pelo simples fato de serem partes conceituais das substâncias, e, de modo similar, as substâncias primeiras não perdem o seu posto de sujeitos de inerência quando consideradas partes conceituais das espécies.

A perplexidade que Kohl (2008) demonstra no final de seu comentário é de fato preocupante. As *diferenças* parecem figurar na ontologia como entidades que não se encaixam no grupo de “propriedades” e nem no das substâncias. E, de fato, verdades afirmadas acerca de homem e de Sócrates não parecem se aplicar à *diferença* racionalidade.

Suponhamos até que se avenge a possibilidade de as *diferenças* serem entidades intermediárias entre acidentes e substâncias. Mas isso de nada nos ajudaria ao considerarmos a classificação categorial. Afinal, para que Aristóteles construiria uma classificação categorial de um tal modo, quando diversas entidades ficariam de fora de sua classificação ou mesmo ameaçariam as suas categorias propostas de serem contínuas¹³⁹?

Se voltarmos à questão de as *diferenças* serem substâncias, as *diferenças* precisam carecer de alguma característica necessária para que não sejam consideradas opções viáveis na proposta do critério de substancialidade geral, baseado na condição de sujeito de inerência.

Foquemos na questão da substancialidade apenas, deixando de lado por ora a questão das *diferenças* serem sujeitos de inerência. As *diferenças* podem deixar de ser substâncias por outro motivo, um motivo que estaria ligado a um possível critério complementar de substancialidade para entidades que são sujeitos não-últimos. Para tanto, é preciso propor um segundo critério de substancialidade que somente as entidades que são sujeitos não-últimos serão obrigadas a cumprir. Essa indicação é parte da posição de John Robert Mahlan (2018)¹⁴⁰, o qual defende a distinção entre sujeitos últimos e não-últimos para que seja possível alguma utilidade evidente da condição de revelação exposta por Aristóteles.

A partir dessa reavaliação do critério de substancialidade, podemos concordar em sugerir que o critério de substancialidade geral continue sendo a condição de ser sujeito de inerência, mas destacamos, como Mahlan (2018), um complemento a respeito das entidades que são sujeitos não-últimos de inerência. Toda entidade que é sujeito último de inerência é uma substância primeira. Agora, no caso das entidades que não são individuais, a saber, que são predicadas de uma multiplicidade e não são sujeitos últimos, o fato de ser apenas um sujeito de inerência não basta para afirmar a sua substancialidade.

Reformulamos assim as condições de substancialidade para as entidades que são sujeito não-últimos. Antes, a condição de ser sujeito de inerência bastava para estabelecer a substancialidade dessas entidades, agora será preciso uma condição complementar.

¹³⁹ Morrison, D., (1993), p.152.

¹⁴⁰ Mahlan, J. R., (2018) "Aristotle on Secondary Substance", *Apeiron*, vol. 52, n. 2, pp. 167-197.

O que complementar­á as condi­ções de substancialidade, no caso das entidades universais em ques­ção, ser­á a capacidade de “revela­ção” que as entidades tenham. Assim, tanto as *diferen­ças* quanto as substâncias segundas devem passar pelo crivo do critério da “revela­ção”.

Por exemplo, se aceitarmos que as *diferen­ças* cumprem a condi­ção de ser sujeito, precisaremos ainda nos haver com a condi­ção de revelação e a implica­ção de uma *diferen­ça* poder cumpri-la. Afinal, a espécie e o gênero são as únicas coisas que “revelam” “o que é” a substância primeira, e as *diferen­ças* não podem, mesmo que sejam sujeitos, compartilhar desse comportamento que as substâncias segundas têm.

Se nos lembrarmos rapidamente da passagem:

“É então apropriado que, além das substâncias primeiras, as espécies e os gêneros sejam as únicas outras coisas que são chamadas substâncias segundas. Pois, elas são as únicas, entre as coisas que se predicam, que revelam a substância primeira.”¹⁴¹

Vemos dessa maneira que os gêneros e as espécies são as únicas coisas que revelam a substância primeira dentre *as coisas que se predicam*. Supomos que “as coisas que se predicam” incluem as *diferen­ças* também e, com isso, fica mais evidente que as *diferen­ças* não podem revelar a substância primeira¹⁴². Somente os gêneros e as espécies podem cumprir a condi­ção de revelação das substâncias primeiras.

Mas como são as *diferen­ças* para que essa condi­ção não seja cumprida por elas?

Visto que as *diferen­ças* apresentam essas características similares às substâncias segundas no tratado das *Categorias* e não haver muitas passagens nessa obra para estabelecer o funcionamento das *diferen­ças* em relação à sua capacidade de “revela­ção”, creio ser interessante nos voltarmos para outra obra de Aristóteles para ampliarmos nossa compreensão do estatuto das *diferen­ças*, ainda que de modo limitado.

¹⁴¹ 2b29-31.

¹⁴² Creio ser importante citar um elemento curioso do estatuto das *diferen­ças* que pode indicar o seu próprio caráter diverso em relação às substâncias segundas. Como vimos anteriormente, as substâncias segundas não possuem contrário (ἐναντίον), a dizer, não há contrário de “homem” ou muito menos de “animal”. Curiosamente, se tomarmos as *diferen­ças*, a resposta a se elas possuem ou não contrário se torna mais difícil. De fato, é possível pensarmos em “racionalidade” ou “racional” e seu contrário “irracionalidade” ou “irracional”, ou ainda “mortal” e seu contrário “imortal”. Trata-se de um apontamento que Duns Scotus faz em seu comentário às *Categorias* para provar que a diferença não é substância. Mas é possível cogitar que não funciona muito bem no caso de “terrestre” ou “alado”. Ver SCOTUS, J. D., “Questions on Aristotle’s Categories”, trad. L. A. Newton (2014), p.167.

A obra que é considerada mais próxima das *Categorias* são os *Tópicos*¹⁴³. São provavelmente obras próximas tanto no tempo quanto no tratamento de certas noções compartilhadas. Nos *Tópicos*, Aristóteles nos dá um tratamento das *diferenças* mais detalhado. E o que nos será útil a respeito da questão das *diferenças* é a comparação que o Estagirita faz entre as *diferenças* e os gêneros.

Como não pretendemos tratar amplamente do estatuto das *diferenças* na doutrina aristotélica, nem desvendar alguma compatibilidade das noções de *diferenças* espalhadas pela obra de Aristóteles, nos ateremos à comparação encontrada nos *Tópicos* entre o gênero (aqui tomado como em parte referência às substâncias segundas das *Categorias*) e a *diferença* da substância. Em ambos os casos, tanto nos *Tópicos* quanto nas *Categorias*, restringimos o nosso foco ao caso das *diferenças* das substâncias e não *diferenças* de outros tipos de entidades. Como também restringimos o foco anteriormente ao caso dos gêneros e das espécies de substâncias primeiras nas *Categorias*.

A questão de distinguir o funcionamento das *diferenças* e dos gêneros se mostra central, quando comparadas as obras das *Categorias* e dos *Tópicos*. A própria proximidade das *diferenças* com os gêneros é maior, visto que dividimos os gêneros com as ditas *diferenças* para alcançarmos a espécie última antes do indivíduo concreto. Com isso, é importante apontar que a comparação entre as *diferenças* e os gêneros possibilita a análise das entidades universais mais próximas na divisão.

Tendo dito isso, nos voltamos para os *Tópicos*. Em 102a31-33, Aristóteles define o gênero da seguinte maneira:

“Um gênero é o que é predicado sobre o que é uma coisa a respeito de várias coisas que são diferentes em espécies. Devemos tratar como predicados sobre o que é uma coisa todas as coisas que seriam uma resposta adequada para a pergunta: “o que é este objeto em questão?”; como, por exemplo, no caso do homem, se feita a pergunta, seria apropriado dizer “ele é animal”. ”¹⁴⁴

O gênero da substância é, portanto, aquilo que fornece uma resposta adequada para a pergunta “o que é?” (τί ἐστιν) a respeito de uma substância primeira em questão. Isso soa familiar com a concepção de substância segunda encontrada nas *Categorias*,

¹⁴³ Sobre a proximidade dos *Tópicos* com as *Categorias*: Husik, I., (1904) “On the Categories of Aristotle”, em *The Philosophical Review*, Vol. 13, No. 5, pp. 514-528.

¹⁴⁴ Tradução a partir da edição inglesa de “Aristotle’s Complete Works”, ed. J. Barnes, vol 1 e 2, 6ª impressão com correções (1995). Princeton: Princeton University Press.

visto que lá também a substância segunda é a resposta mais adequada para a pergunta “o que é?” a respeito de uma substância primeira¹⁴⁵.

O gênero também figura como o principal e primeiro componente da definição de uma coisa em questão. Mesmo que a definição seja certamente composta do par gênero e *diferença*, o primeiro componente é o mais inteligível e o mais familiar dos dois¹⁴⁶.

Em 142b23-29, Aristóteles situa o gênero como o primeiro da definição:

“Esse tipo de erro é sempre encontrado onde o que é o objeto não figura em primeiro no enunciado da essência, a dizer, a definição de corpo como “aquilo que tem três dimensões”, ou a definição de homem, supondo que alguém a dê, como “aquilo que sabe contar”. Pois, não é dito o que é que tem três dimensões, ou o que é que sabe contar, enquanto que o gênero serve para indicar o que algo é, e ele é colocado primeiro entre os termos na definição.”

Já no caso da *diferença*, Aristóteles a apresenta da seguinte maneira¹⁴⁷, quando está a analisar erros no uso da *diferença*:

“Novamente, se ele fornecer a *diferença* como gênero, a saber, imortal como o gênero de Deus. Pois, imortal é uma *diferença* do ser vivo, visto que os seres vivos são mortais e outros são imortais. Então, é claro que um erro foi cometido; posto que a *diferença* de uma coisa nunca é o seu gênero. E que isso é verdade é claro. Pois, a *diferença* de uma coisa nunca significa o que ela é, mas, uma certa qualidade [ποιόν τι], como terrestre e bípede.”¹⁴⁸

Aristóteles diz que a *diferença* não significa *nunca* “o que é” (τί ἐστιν) uma coisa, ou seja, ela não é uma resposta adequada para a pergunta “o que é” a respeito de alguma coisa. E a *diferença* é dita significar uma certa qualidade (ποιόν τι).

Em 128a20-29, Aristóteles volta a alertar para o erro de tomar a *diferença* como sendo igual ao gênero e expor o funcionamento do gênero ao dizer “o que é” algo:

¹⁴⁵ 2b29-36.

¹⁴⁶ 149a14-28.

¹⁴⁷ A *diferença* é apresentada de diversas maneiras nos *Tópicos*. A visão sobre a *diferença* já foi interpretada como incoerente, o que seria um produto da edição do próprio texto. Para uma análise detalhada da incoerência, ver: Granger, H., (1983) “Aristotle on Genus and Differentia in the Topics and Categories”.

¹⁴⁸ 122b12-17.

“Visto que parece para alguns que a *diferença* também é predicada de várias espécies a respeito de o que é, você deve distinguir o gênero da *diferença* ao utilizar os princípios elementares mencionados – primeiro, que o gênero tem uma denotação mais ampla do que a *diferença*. Então, ao fornecer o que uma coisa é, é mais adequado dizer o gênero do que a *diferença*, porque qualquer um que disser que homem é animal revela de maneira melhor o que é homem do que aquele que diz terrestre; também a *diferença* sempre significa uma qualidade do gênero, enquanto que o gênero não faz isso em relação à *diferença*, posto que aquele que diz terrestre descreve um animal de uma certa qualidade [ποιόν τι], enquanto que aquele que diz animal não descreve uma coisa terrestre de uma certa qualidade [ποιόν τι].”

De maneira similar, Aristóteles diz em 144a17-22 que a *diferença* não diz o que é uma entidade, mas simplesmente aponta como é a entidade em questão:

“Ainda mais, um estado significa o que é a virtude, enquanto que o bom significa não o que é, mas uma qualidade [ποιόν], e a *diferença* parece significar uma certa qualidade [ποιόν τι]. Veja, então, se a *diferença* dada significa um “certo isto” em vez de uma certa qualidade [ποιόν τι]; posto que parece que a *diferença* sempre revela uma certa qualidade [ποιόν τι].”

Nessa passagem acima, Aristóteles recua um pouco de afirmar diretamente que a *diferença* sempre expressa uma certa qualidade. Nesse ponto, a *diferença* somente *parece* sempre expressar uma certa qualidade (ποιόν τι).

Em 144b31-145a5, Aristóteles repete a indicação que a *diferença* expõe uma certa qualidade:

“Veja também se ele tomou estar em alguma coisa como a *diferença* da substância de uma coisa; pois, parece que lugar não pode diferenciar entre uma substância e uma outra. Desse modo também as pessoas condenam aqueles que dividem animais por meios dos termos terrestre e aquático, sobre o fundamento de que terrestre e aquático indicam lugar. Ou possivelmente neste caso a censura não seja merecida. Pois, aquático não significa “em” qualquer coisa, nem denota um lugar, mas uma certa qualidade [ποιόν τι]. Pois, mesmo se a coisa estiver sobre terra seca, ainda é aquática – e de maneira semelhante um animal de terra, mesmo se estiver na água, ainda será um animal de terra e não aquático. Mas, de qualquer maneira, se acontecer de a *diferença* indicar alguma coisa em algo, claramente ele estará cometendo um erro.”

Essas passagens evidenciam um suposto funcionamento das *diferenças* que contrasta grandemente com o funcionamento de revelação dos gêneros. O gênero expõe “o que é” uma entidade, enquanto que a *diferença* expõe apenas uma certa qualidade.

Agora, se por um lado essas são passagens em que Aristóteles apresenta essa distinção entre o funcionamento do gênero e o funcionamento da *diferença*, por outro lado, ele nos apresenta as *diferenças* de maneira aparentemente distinta em, por exemplo, 153a15-22 e 154a24-28 dos *Tópicos*. Nessas passagens, por exemplo, o Estagirita considera tanto o gênero quanto a *diferença*, sendo componentes da definição, como predicados que expõem “o que é” algo em questão.

“Pois, se uma definição é um enunciado que significa a essência da coisa, a dizer, se os predicados contidos nela também são os únicos que são predicados da coisa a respeito de “o que é” [τί ἐστίν], e se os gêneros e as *diferenças* são predicados a respeito de “o que é”, é evidente que se alguém colocasse que esses são os únicos predicados a respeito de “o que é” a coisa, o enunciado que os contém será necessariamente uma definição, visto que é impossível qualquer outra coisa ser uma definição, vendo que não há nada mais predicado da coisa a respeito de “o que é”.¹⁴⁹

E também em:

“Pois, para ver por si mesmo, e se assegurar contra aqueles que estão sendo questionados, uma admissão de proposições desse tipo não é uma questão simples, a saber, que dos elementos do enunciado dado, sendo um o gênero e outro a *diferença*, e que o gênero e as *diferenças* são predicados a respeito de “o que é” [τί ἐστίν].”¹⁵⁰

Essas passagens parecem apresentar algo diferente do que Aristóteles afirmava a respeito do funcionamento da *diferença* em comparação ao gênero. Nas passagens, ele trata ambos o gênero e a *diferença* como respostas adequadas para a pergunta “o que é” (τί ἐστίν) alguma coisa. Ambos expõem a essência da coisa em questão. Enquanto que nas passagens anteriores o Estagirita declarava que as *diferenças* nunca dizem “o que é” alguma coisa¹⁵¹.

¹⁴⁹ 153a15-22.

¹⁵⁰ 154a24-28.

¹⁵¹ Mais adiante em sua obra, Aristóteles descreverá as *diferenças* no quinto livro da *Metafísica* como exemplos de qualidades. Isso soa comum com os seus apontamentos em certas passagens dos *Tópicos*.

“Nós chamamos de qualidade [ποιόν] a diferença da substância, a dizer, homem é um animal de uma certa qualidade [ποιόν τι] porque ele é bípede, e o cavalo é assim porque é quadrúpede. E

As *diferenças* também não são consideradas meros acidentes na passagem 144a23-25:

“Veja também se a *diferença* pertence somente por acidente ao objeto definido. Posto que a *diferença* não é nunca um atributo accidental, tanto quanto o gênero não o é, visto que a *diferença* de uma coisa não pode pertencer e não pertencer a ela.”

A partir desse apanhado de passagens dos *Tópicos*, é possível reparar que, por vezes, as *diferenças* apontam uma certa qualidade (ποιόν) e não “o que é” (τί ἐστιν) e, por vezes, apontam “o que é” (τί ἐστιν) e evidenciam o seu papel fundamental na exposição da essência de algo. Por vezes, são elementos essenciais de uma resposta para a pergunta “o que é” e não são meros acidentes que poderiam pertencer e não pertencer a algo, e por vezes indicam qualidades do gênero e não dão resposta adequada à pergunta “o que é” como o gênero o faz.

Agora, deixando de lado propositalmente a aparente incoerência das visões nas passagens, a qual talvez seja inerente ao texto dos *Tópicos* e só consiga ser desvencilhada através de uma análise da composição mesma da edição dos *Tópicos*¹⁵², ressaltamos o ponto que indica que as *diferenças* são qualidades do gênero. Além de fazer parte da indicação mais ampla de que as *diferenças* significam qualidades (ποιόν), o último ponto nos ajuda a entender a relação estrita das *diferenças* com os gêneros.

Se retomarmos um trecho da passagem em que Aristóteles afirma isso, teremos:

“também a *diferença* sempre significa uma qualidade do gênero, enquanto que o gênero não faz isso em relação à *diferença*, posto que aquele que diz terrestre descreve um animal de uma certa qualidade, enquanto que aquele que diz animal não descreve uma coisa terrestre de uma certa qualidade.”¹⁵³

“καὶ ὅτι ἡ μὲν διαφορὰ τὴν ποιότητα τοῦ γένους ἀεὶ σημαίνει, τὸ δὲ γένος τῆς διαφορᾶς οὐ· ὁ μὲν γὰρ εἶπας πεζὸν ποιόν τι ζῷον λέγει, ὁ δὲ ζῷον εἶπας οὐ λέγει ποιόν τι πεζόν.”¹⁵⁴

um círculo é uma figura de uma certa qualidade porque não tem ângulos – o que mostra que a diferença com referência a substância é uma qualidade.” (1020a33-1020b1)

¹⁵² A discussão acerca da edição dos *Tópicos* favorece uma crítica de que o texto de que nós dispomos pode ter sido produto final provindo de variados textos de períodos diferentes da carreira de Aristóteles, o que resultaria em uma mistura de visões distintas a respeito das *diferenças*.

¹⁵³ 128a25-29.

¹⁵⁴ Texto baseado na edição dos *Tópicos* de Jacques Brunschwig (1967), Belles Lettres, Paris.

As *diferenças* sempre significam a qualidade do gênero (τὴν ποιότητα¹⁵⁵ τοῦ γένους) e a *diferença* “terrestre” diz uma certa qualidade (ποιόν τι) do gênero “animal”. Por sua vez, os gêneros não significam uma certa qualidade das *diferenças*. A relação não é recíproca. Tomamos que as *diferenças* estão, portanto, ligadas diretamente aos gêneros quando significam algo. Seria sempre a respeito do gênero quando predicamos alguma *diferença* de alguma coisa.

Uma passagem das *Categorias* que soa similar a essa passagem dos *Tópicos* na qual as *diferenças* são ditas significarem “qualidade” do gênero é um trecho que analisamos anteriormente na seção das substâncias segundas:

“enquanto a espécie e o gênero determinam a qualidade a respeito da substância – significam uma certa qualidade de substância.”

“τὸ δὲ εἶδος καὶ τὸ γένος περὶ οὐσίαν τὸ ποιὸν ἀφορίζει, ποιὰν γὰρ τινα οὐσίαν σημαίνει.”¹⁵⁶

Enquanto nos *Tópicos* as *diferenças* significam a “qualidade do gênero”, nas *Categorias* as substâncias segundas determinam “uma qualidade da substância”. No âmbito de “revelar” algo a respeito de algo, as *diferenças* indicariam apenas a qualidade do gênero, enquanto que as substâncias segundas determinariam uma qualidade da substância. Entendemos aqui “uma qualidade da substância” como “uma qualidade da substância primeira”, ou seja, uma qualidade da substância revelada. Ambas as entidades, as *diferenças* e as substâncias segundas, revelam algo a respeito de substâncias, mas revelam algo diferente em cada caso.

A respeito da revelação realizada pelas *diferenças*, podemos propor duas interpretações. Em uma delas, a partir dessa similaridade entre as passagens das *Categorias* e dos *Tópicos*, entenderíamos que as *diferenças* certamente agem como as substâncias segundas, visto que ambas parecem indicar “qualidade” de alguma coisa. Antes de mais nada, lembremos rapidamente aqui que “qualidade” não pode ser entendido no sentido de “simplesmente” (ἀπλῶς) qualidade, como o “branco” é. Agora, o que muda para cada entidade é a coisa de que as entidades indicam qualidades. No caso das substâncias segundas, são as substâncias primeiras que são reveladas, enquanto que no caso das *diferenças* são os gêneros. Mas o que seria indicar a “qualidade” do gênero? Se

¹⁵⁵ Entendemos o termo “ποιότητα” como sinônimo de “ποιόν”.

¹⁵⁶ 3b19-21.

aproximarmos o comportamento das *diferenças* com o comportamento das substâncias segundas nas *Categorias*, indicar a “qualidade” do gênero pode ser algo que revela algo importante a respeito do gênero¹⁵⁷. Isso poderia ser mais notado se sugerirmos que o caso de apresentar todas as *diferenças* “abaixo” de um gênero em questão (ex: de “animal”, temos “terrestre”, “bípede”, “racional”) parece implicar a apresentação de “qualidades” essenciais para o gênero em questão, o que no conjunto certamente expõe bastante informação sobre o gênero. Se nos perguntarmos o que seria o gênero animal, uma das respostas plausíveis nesse sentido seria expor todos aqueles “tipos” de “animal” que as *diferenças* indicam.

Essa interpretação evidentemente exige algumas mudanças no entendimento das relações entre as entidades. Antes, dizer “o que é” algo provinha de entidades superiores (mais universais) em relação a entidades inferiores (menos universais), a saber, dos indivíduos concretos dizíamos “o que são” através das entidades que estão acima na cadeia de predicação. Após essa mudança, dizer “o que é” algo poderia se dar de entidades inferiores em relação a entidades superiores, como no caso das *diferenças* que indicam algo a respeito das entidades superiores que são os gêneros. E isso se daria de maneira peculiar com respeito à predicação, visto que não é possível predicar, por exemplo, “animal é bípede” do mesmo modo que não é possível predicar “animal é homem”.

No caso dessa interpretação, a transitividade entre os gêneros, as espécies e as substâncias primeiras não pode ser mantida no caso de dizer “o que é” alguma coisa. Ainda que se mantenha a transitividade afirmada por Aristóteles da relação de “ser dito de algum sujeito”, a revelação deve funcionar sem uma transitividade no caso de dizer “o que é”. Isso evitaria que as *diferenças* revelem “o que é” o gênero e, por transitividade, revelem também “o que são” as espécies e as substâncias primeiras. Nas *Categorias*, como o gênero diz “o que é” a substância primeira e as *diferenças* não podem dizer “o que é” a substância primeira, não poderíamos ter o caso em que a *diferença* revela “o que é” o gênero e, conseqüentemente, a substância primeira também.

Em uma segunda interpretação, as substâncias segundas revelam “o que é” uma substância primeira e as *diferenças* revelam a qualidade dos gêneros e não dizem “o que são” os gêneros. As *diferenças* não poderiam revelar “o que é” o gênero porque isso seria o mesmo que admitir que “bípede” diz “o que é” o gênero “animal”, e isso certamente

¹⁵⁷ Mas ainda não a respeito das substâncias primeiras.

soa estranho se mantivermos a relação das entidades superiores com as entidades inferiores intocada. Desse modo, “bípede” indica um tipo de “animal”, mas não apresenta “o que é” o gênero em questão.

Em suma, seguindo a segunda interpretação, se compararmos esse funcionamento das *diferenças* em relação aos gêneros com o funcionamento das *diferenças* nas *Categorias*, podemos supor que, quando Aristóteles barra a admissão de *diferenças* como substâncias, ele tem em mente a ideia de que as *diferenças* não revelam “o que é” a respeito das substâncias primeiras porque as *diferenças* revelam apenas qualidades do gênero.

Nessa suposição, ainda que sejam ditas dos indivíduos concretos nas *Categorias*, as *diferenças* devem poder ser predicadas dessa maneira sem indicarem “o que é” a substância primeira da qual são predicadas derivadamente a partir dos gêneros. Portanto, a condição de revelação não poderia estar mais ligada estritamente à predicação de “ser dito de algum sujeito”, a saber, na relação em que tudo o que é dito de algo revela “o que é” o sujeito em questão. Para revelar “o que é” um sujeito, seria preciso mais do que “ser dito de algum sujeito”, algo que somente as substâncias segundas apresentam em relação às substâncias primeiras.

De certa maneira, se relembrarmos a análise da própria substancialidade no tratado, terminamos com um critério de substancialidade geral que, baseado na condição de sujeito de inerência, se aplica às substâncias primeiras e segundas, e um critério complementar para os universais substanciais, os quais mesmo que predicados de uma multiplicidade de entidades ainda cumprem exclusivamente a condição de revelação. É o critério complementar que define se algum sujeito não-último, que cumpre a condição de ser sujeito de inerência, será considerado substância.

Agora, evitar que a condição de revelação seja cumprida pelas *diferenças* pode ser vislumbrado na defesa de uma suposta posição de Aristóteles de recusar às *diferenças* a capacidade de dizer “o que é” uma substância primeira, visto que as *diferenças* significam sempre qualidades¹⁵⁸. Como vimos anteriormente, é presente nos *Tópicos* que essa posição não é aceita em alguns momentos. Noutros momentos, não somente¹⁵⁹ nos

¹⁵⁸ Ainda que não possamos apontar definitivamente o que seriam essas “qualidades” que não são acidentes e não são substâncias, é de fato valiosa a contraposição entre indicar “qualidades” e dizer “o que é”.

¹⁵⁹ *Metafísica* V, 14, 1020a33-1020b2.

Tópicos, Aristóteles parece estar mais certo de que a entidade *diferença* não expõe resposta adequada para a pergunta essencial τί ἐστίν. Ao menos a *diferença* não é resposta adequada, como o gênero da substância é.

Somente as substâncias segundas realizam essa função de dizer o que é uma substância primeira. São somente as substâncias segundas que possuem o mais alto grau epistemológico das entidades em relação às substâncias primeiras.

No caso das *diferenças*, o seu conteúdo explicita algo de peso a respeito do gênero da substância e é de fato mais relevante do que o apontamento de meros acidentes¹⁶⁰, mas não pode atingir o cumprimento da condição de revelação¹⁶¹, como atesta Aristóteles ao limitar a esfera das substâncias segundas aos gêneros e espécies das substâncias primeiras.

Diante disso, no entanto, é preciso lembrarmos que utilizar o tratamento das *diferenças* nos *Tópicos* e em *Metafísica V* como estratégia não evidencia a posição definitiva de Aristóteles em relação ao que as *diferenças* realizam, ou muito menos se a própria posição do Estagirita se mostrava definitiva a respeito das *diferenças* nos *Tópicos* e nas *Categorias*.

Um problema importante é a caracterização inicial da predicação “ser dito de algum sujeito” como predicação essencial, segundo a qual as *diferenças* supostamente cumprem ao serem coisas que são “ditas de algum sujeito”. Se as *diferenças* são “ditas de algum sujeito”, qual tipo de conteúdo elas expõem senão algo essencial para o sujeito da predicação ou mesmo como parte da definição do sujeito? Se estamos tratando de conteúdo de fato essencial, haveria, então, graus de conteúdos mais essenciais e menos essenciais das entidades que são “ditas de algum sujeito”? A saber, as substâncias segundas e as *diferenças* difeririam em graus a sua exposição de conteúdo essencial - sendo o gênero o mais adequado e a espécie o mais adequado e o mais informativo

¹⁶⁰ As *diferenças* não podem pertencer e não pertencer indiferentemente a uma substância, como os acidentes o fazem.

¹⁶¹ As *diferenças* se encontrariam num limbo das categorias. Não sendo meros acidentes, nem muito menos entidades substanciais. É interessante apontar aqui a posição de Ferejohn (1991), p.98: “...differentiae não precisam de um lugar na estrutura hierárquica das categorias. Isso acontece porque termos de differentia não significam uma classe distinta de *onta* que devem ser em si mesmos divididos em gêneros e espécies. Simplesmente denotam os modos nos quais gêneros são divisíveis em espécies (o que é dizer que, na linguagem dos *Tópicos* 128a26, elas denotam “qualificações sobre os gêneros”). Assim, as differentiae não estão em si mesmas sujeitas à classificação categorial. Elas simplesmente são os princípios pelos quais tal classificação é alcançada.”

exemplos dessa graduação - mesmo que ambas as entidades sejam “ditas de algum sujeito”?

É curioso ainda, em uma extrapolação, que se revisarmos a posição das *diferenças* nas *Categorias* em relação à noção de “ser dito de algum sujeito” e à noção de “estar em algum sujeito”, somos quase compelidos a discordar de Aristóteles quando este diz que as *diferenças* são ditas de algum sujeito, mas não estão num sujeito. Curiosamente, se tomarmos o funcionamento da chamada predicação essencial de “ser dito de algum sujeito”, ou seja, ter o nome e a definição como predicáveis do sujeito, esse funcionamento parece se aplicar de maneira distinta ao caso das *diferenças*. Afinal, como poderíamos ter a substância “homem” admitir a definição de “racionalidade” ou “racional”¹⁶²? A resposta mais imediata seria dizer que a *diferença* “racional” já inclui em si elementos essenciais elididos, ou seja, ao dizer “racional” não estaríamos nada mais do que dizendo “animal racional”. Mas isso soa estranho, visto que Aristóteles dá grande peso ao complexo de gênero e *diferença*, sendo que o complexo inteiro constitui uma definição (certamente, o peso do gênero é de grande importância) e não somente o segundo elemento da definição.

De qualquer forma, o Estagirita é explícito ao dizer que as *diferenças* são ditas de algum sujeito, não estão num sujeito, e, portanto, estabelecem *sinonímia*, como as substâncias estabelecem entre si. E também que os indivíduos e as espécies admitem a definição das *diferenças*¹⁶³.

Com vista no que foi dito acima, a condição de revelação das substâncias segundas nas *Categorias* precisa ser desvinculada de uma associação direta e restrita com a predicação essencial do tipo “ser dito de algum sujeito”. É certamente ao ser dito de algum sujeito que algo expõe um conteúdo importante a respeito de uma substância primeira, mas essa exposição sozinha não basta para se configurar como uma condição de revelação de “o que é” uma substância primeira. Não seria somente porque é dito de um sujeito que algo revela um sujeito e, com isso, revelar não seria sinônimo de predicação essencial. Portanto, a condição de revelação no tratado das *Categorias* exigiria um caráter exclusivo na exposição de conteúdo essencial.

¹⁶² Ackrill, J. L., (1963) p.86.

¹⁶³ 3a33-3b9.

Se usarmos essa ideia de as *diferenças* significarem qualidades dos gêneros e os gêneros serem respostas adequadas para a pergunta “o que é”, podemos ilustrar isso com uma cadeia. Esse caráter exclusivo da exposição de conteúdo essencial a respeito das substâncias primeiras pode ser a exposição de uma cadeia essencial que apenas as substâncias segundas formam diante da pergunta “o que é” uma substância primeira. Já no caso das *diferenças*, estas não formariam uma cadeia essencial, visto que não são respostas para a pergunta “o que é?”, mas antes respostas para a pergunta “de que tipo é?” o gênero. Lembremos que as *diferenças* são respostas para a pergunta “de que tipo é” a respeito do gênero, apresentando “uma qualidade” do gênero e não “o que é” o gênero.

Esse detalhe de simplificação poderia ser uma saída para desvincular a relação de “ser dito de algum sujeito” e a condição de revelação. Ou seja, com um elemento a mais na caracterização da condição de revelação, seria possível retirar das *diferenças* a capacidade de apontar conteúdo de igual peso ao conteúdo exposto pelas substâncias segundas.

Se tomarmos a predicação entre as substâncias, podemos formar uma cadeia de predicação na qual a pergunta “o que é” uma substância primeira é respondida diversas vezes e também uma cadeia na qual a pergunta “de que tipo é” é respondida diversas vezes. A resposta mais adequada para a pergunta “o que é” (τί ἐστίν) uma substância primeira deve fazer parte da cadeia formada pelas entidades predicadas, como por exemplo:

Cadeia Essencial	<i>Diferenças</i>
O QUE É? (τί ἐστίν)	DE QUE TIPO É?
Sócrates	
Homem	
Animal	<i>terrestre; racional; bípede...</i>
Ser Vivo	<i>sensitivo</i>
Entidade Corpórea	<i>animada</i>
Substância	<i>material</i>

O conteúdo da cadeia essencial é extraído de uma entidade através da pergunta “o que é?” (τί ἐστίν), o que soa similar a uma possível estratégia de Aristóteles em relação à formação mesma do esquema categorial¹⁶⁴. Se supormos que o esquema foi formado através de repetidas perguntas do tipo “o que é?” a respeito de alguma entidade em questão, podemos entender melhor a cadeia essencial formada acima.

A partir da pergunta “o que é?” construímos uma cadeia de entidades que fornecem as respostas mais adequadas e, conseqüentemente, quanto mais próximas da substância primeira, as respostas mais informativas. A espécie “homem” terá em si toda a cadeia de gêneros e seu caráter transitivo. A informação contida na espécie “homem” é, portanto, a que mais fornece informação a respeito da própria cadeia da substância primeira.

Supõe-se que a capacidade de dizer “o que é” a substância primeira, melhor se evidencia com as respostas dadas na cadeia essencial, e isso porque “revelar o que é” não seria formular perguntas diversas, como por exemplo “de que tipo é?” ou “quanto é?”. Por isso, parece adequado supor que as respostas do tipo “terrestre” ou “bípede” seriam respostas apenas para a pergunta “de que tipo é?” com relação ao gênero. Nessa suposição, não se responderia a pergunta “o que é?” a respeito de “animal” com a resposta “racional”, visto que “racional” é a resposta aparentemente mais adequada para a pergunta “de que tipo é o gênero animal?”¹⁶⁵ e não em relação à substância primeira. Isso distingue o conteúdo que as substâncias segundas apresentam do conteúdo que as *diferenças* apresentam.

Essa sugestão se resume então na atribuição da revelação, no caso das substâncias, apenas àquelas entidades que dizem adequadamente “o que é” uma substância primeira e não dizem “de que tipo é” o gênero dessa substância primeira. Em outras palavras, a revelação de uma entidade se realiza quando se aponta um gênero ou uma espécie da cadeia essencial. Trata-se de uma sugestão que restringe a revelação às características apontadas e distancia a condição da relação direta com a noção de “ser dito de algum

¹⁶⁴ Ackrill, J. L., (1963) propõe algumas alternativas sobre a formação da lista das categorias ligada à pergunta “o que é?”. Ver Ackrill, J. L., (1963) “*Categories and De Interpretatione*”, p.78-81.

¹⁶⁵ Ainda que a espécie “homem” seja de fato formada pelo complexo “animal racional” (ou seja, gênero + diferença), a resposta “racional” não incluirá automaticamente o conteúdo que o gênero “animal” expõe.

sujeito”. A revelação de “o que é” seria, portanto, uma exposição de conteúdo essencial que difere da predicação essencial simplesmente.

A sugestão final não se dá sem ressalvas, nem apresenta uma condição de revelação simplificada. Ela antes empresta à noção de revelação mais elementos a serem considerados do que somente a relação de “ser dito de algum sujeito” e isso prejudica a compatibilidade entre a pergunta “o que é”, a condição de revelação e a predicação dita essencial. Antes uma relação direta entre “ser dito de algum sujeito” e a condição de revelação, temos aqui uma condição de revelação que só se dá, no caso das substâncias primeiras, se o que é predicado delas for: sujeito de inerência, sujeito não-último e ser resposta adequada para a pergunta “o que é” a respeito das substâncias primeiras. Além disso, essa sugestão não resolve em nada a questão da colocação categorial das *diferenças*.

Com esses três elementos, a condição de revelação das substâncias primeiras se daria com o caso único das substâncias segundas. São meramente as características mesmas das substâncias segundas apresentadas como requisitos para a revelação das substâncias primeiras. Mas certamente essa apresentação assim disposta não soluciona a problemática das *diferenças* como um todo, como é evidente.

10) Últimas considerações

As substâncias segundas são entidades que provocam impressões errôneas a respeito de sua caracterização e de sua posição no projeto ontológico de Aristóteles nas *Categorias*. São essas impressões errôneas que Aristóteles aponta ao dizer que as substâncias segundas parecem um *certo isto* (τόδε τι), mas não o são; parecem significar “uma certa qualidade” (ποιόν τι), mas não são uma qualidade simplesmente; parecem ser relativos, mas não o são. Ou seja, parecem ser um acidente e algo individual, mas não são nem acidente, nem algo individual. Todas essas características que são tomadas erroneamente como pertencentes às substâncias segundas já indicam a preocupação que Aristóteles possivelmente tinha ao lidar com os gêneros e as espécies das substâncias primeiras no esquema categorial do tratado das *Categorias*.

Em relação ao critério mesmo de substancialidade no tratado, nos vemos novamente diante de uma preocupação similar que Aristóteles parece demonstrar ao expor a proximidade da condição de ser sujeito de inerência entre as substâncias primeiras e as substâncias segundas. O Estagirita faz questão de dizer que tanto como as substâncias primeiras as substâncias segundas agem como sujeitos de todo um resto de entidades. Não satisfeito com a aproximação através da condição de ser sujeito de inerência, Aristóteles nos fornece ainda outra característica das substâncias segundas: a condição de revelação em relação às substâncias primeiras.

Essa característica exclusiva das substâncias segundas age como um critério complementar, na função de estabelecer o papel fundamental que as substâncias segundas têm no tratado. No entanto, diga-se de passagem, um papel a que as substâncias segundas parecem não se conformar à primeira vista. É preciso que Aristóteles apresente a condição de revelação e insista na substancialidade dos gêneros e das espécies das substâncias primeiras. Afinal, não são meros acidentes, nem muito menos *diferenças*.

Ainda que Aristóteles resolva dúvidas a respeito da substancialidade dos gêneros e das espécies das substâncias primeiras, ao indicar a capacidade de revelação deles, a exclusividade da capacidade é ameaçada pela presença das *diferenças*, que supostamente fariam o mesmo papel. Tal resultado aparente deriva em grande medida de sua noção de “ser dito de algum sujeito” e sua caracterização como um tipo de predicação essencial, a qual ambas as entidades aceitam. Tomar a condição de revelação como decorrência da predicação do tipo “ser dito de algum sujeito” causa sérios problemas para a exclusividade

das substâncias segundas. E esses problemas não encontram solução no tratado das *Categorias* tomado isoladamente.

A insistência de Aristóteles ao dizer que as substâncias segundas parecem algo, mas não o são no final das contas, e o próprio estabelecimento direto de exclusividade de suas características, entre as coisas que são predicadas, são talvez uma demonstração de preocupação acentuada com o papel que as substâncias segundas deveriam cumprir. Todavia, talvez por ter características compartilhadas com diversas outras entidades, as substâncias segundas impedem a apresentação clara de sua posição exclusiva. Aristóteles precisa afirmar o papel exclusivo das substâncias segundas, papel esse que não pode de forma alguma ser compartilhado com entidades que cumprem outras funções no tratado, quase de maneira insistente.

O alto grau epistemológico das entidades substanciais universais é certamente de extrema importância para a atribuição do papel de destaque que as substâncias segundas têm. Afinal, as entidades mais informativas e mais adequadas, quando se procura dizer o que são as entidades que fundamentam o edifício ontológico, são os gêneros e as espécies das substâncias primeiras. Do ponto de vista epistemológico, as substâncias segundas figuram como as entidades mais importantes porque são as únicas capazes de fornecer um conteúdo que não sofre do caráter prescindível dos acidentes. Mas, do ponto de vista ontológico, as entidades mais importantes nessa ontologia regional continuam sendo as substâncias primeiras.

Por causa dessa constatação de atribuir substancialidade a entidades de caráter distinto, é de se supor que a própria noção de substancialidade no tratado das *Categorias* já tenha uma dupla aplicação. Ainda que as substâncias primeiras sejam as entidades de maior importância na ontologia do tratado, para se dizer algo a respeito das próprias substâncias primeiras é preciso utilizar entidades além dos indivíduos concretos, visto que estes não podem ser predicados de nada. Pois, então, a substancialidade é certamente focada nos indivíduos concretos, mas, possui também uma aplicação voltada à exposição do que um indivíduo concreto em questão é. Ser substância é, portanto, sob o ponto de vista chamado epistemológico, um atributo de entidades que revelam o que são os indivíduos concretos, e ser substância é também, mas sob o ponto de vista ontológico, atributo dos elementos mais importantes da ontologia que Aristóteles constroi no tratado.

11) Bibliografia

ALLEN, R. E., (1969) “Individual Properties in Aristotle’s “Categories””, *Phronesis*, vol. 14, n. 1, pp. 31-39.

AMMONIUS, “On Aristotle’s Categories”, trad. S. Marc Cohen e Gareth B. Matthews (1991), Ithaca: Cornell University Press.

ANNAS, J., (1974) “Individuals in Aristotle’s “Categories”: Two Queries”, *Phronesis*, vol. 19, pp. 146-152.

ARISTOTE, “Catégories/Sur L’Interprétation”, trad. Pierre Pellegrin, Michel Crubellier e Catherine Dalimier (2007), Paris: Flammarion.

ARISTOTE, “Catégories”, trad. Richard Bodéüs (2001), Paris: Belles Lettres.

ARISTOTE, “Topiques”, trad. Jacques Brunschwig (1967 e 2007), 2 tomos, Paris: Belles Lettres.

ARISTÓTELES, “Categorias/Da Interpretação”, trad. Ricardo Santos (2016), *Obras Completas de Aristóteles*, coord. A. P. Mesquita, vol. 1, Tomo 2. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

ARISTOTLE, “Categories and De Interpretatione”, trad. J. L. Ackrill (1963). Oxford: Clarendon Press.

ARISTOTLE, “The Complete Works of Aristotle”, ed. J. Barnes, vol 1 e 2, 6ª impressão com correções (1995). Princeton: Princeton University Press.

ARISTOTLE, “Topics – Books I and VIII with excerpts from related texts”, trad. R. Smith (1997). Oxford: Clarendon Press.

BÄCK, A. T., (2000), “Aristotle’s Theory of Predication”, Leiden; Boston, Köln: Brill.

BODÉÜS, R., (1984), “Aux Origines de la Doctrine Aristotélicienne des Catégories”, *Revue de Philosophie Ancienne*, vol. 2, n. 1, pp. 121-137.

CHEN, C.-H., (1957) “On Aristotle’s Two Expressions: *kath’hypokeimenou legesthai* and *en hypokeimenoi einai*: Their Meaning in Cat. 2, 1a20-b9 and the Extension of This Meaning”, *Phronesis*, vol. 2, n. 2, pp. 148-159.

CODE, A., (1985) "On the Origins of Some Aristotelian Theses About Predication", *How Things Are: Philosophical Studies Series in Philosophy*, ed. J. Bogen e J. E. McGuire, vol. 29, Dordrecht: D. Reidel.

DANCY, R., (1975) "On Some of Aristotle's First Thoughts About Substances", *The Philosophical Review*, vol. 84, n. 3, pp. 338-373.

DANCY, R., (1978) "On Some of Aristotle's Second Thoughts About Substances: Matter", *The Philosophical Review*, vol. 87, n. 3, pp. 372-413.

DEVEREUX, D. T., (1992) "Inherence and Primary Substance in Aristotle's *Categories*", *Ancient Philosophy*, 12, pp. 113-131.

DUERLINGER, J., (1970) "Predication and Inherence in Aristotle's 'Categories'", *Phronesis*, vol. 15, n. 2, pp. 179-203.

ENGMANN, J., (1973) "Aristotle's Distinction between Substance and Universal", *Phronesis*, vol. 18, n. 2, pp. 139-155.

FEREJOHN, M., (1991) "The Origins of Aristotelian Science", New Haven e Londres: Yale University Press.

FREDE, M., (1987) "Essays in Ancient Philosophy", Minneapolis: University of Minnesota Press.

FURTH, M., (1988) "Substance, form and psyche: an Aristotelean metaphysics", Cambridge: Cambridge University Press.

GRANGER, H., (1983) "Aristotle on Genus and Differentia in the Topics and Categories", *The Society for Ancient Greek Philosophy Newsletter*, 106.

HEINAMAN, R., (1981), "Non-Substantial Individuals in the Categories", *Phronesis*, vol. 26, n. 3, pp. 295-307.

HUSIK, I., (1904) "On the Categories of Aristotle", *The Philosophical Review*, vol. 13, n. 5, pp. 514-528.

HUSIK, I., (1939) "The Authenticity of Aristotle's Categories", *The Journal of Philosophy*, vol. 36, n. 16, pp. 427-433.

JONES, B., (1972) “Individuals in Aristotle’s “Categories””, *Phronesis*, vol. 17, n. 2, pp. 107-123.

JONES, B., (1975) “An Introduction to the First Five Chapters of Aristotle’s “Categories””, *Phronesis*, vol. 20, n. 2, pp. 146-172.

KAHN, C. H., (1978) “Questions and Categories – Aristotle’s Doctrine of Categories in the Light of Modern Research”, *Questions*, ed. H. Hiz, pp. 227-278. Dordrecht: Reidel.

KOHL, M., (2008) “Substancehood and Subjecthood in Aristotle’s “Categories””, *Phronesis*, vol. 53, n. 2, pp. 152-179.

LEAR, J., (1980) “Aristotle and Logical Theory”, Cambridge: Cambridge University Press.

LOUX, M. J., (2008) “Primary *Ousiai* – An Essay on Aristotle’s *Metaphysics Z* and *H*”, Ithaca e Londres: Cornell University Press.

MAHLAN, J. R., (2018) “Aristotle on Secondary Substance”, *Apeiron*, vol. 52, n. 2, pp. 167-197.

MATTHEWS, G. B. e COHEN, S. M., (1968) “The One and The Many”, *The Review of Metaphysics*, vol. 21, n. 4, pp. 630-655.

MATTHEWS, G. B., (1989), “The Enigma of “Categories” 1a20ff and Why It Matters”, *Apeiron*, vol. 22, n. 4, pp. 91-104;

MATTHEWS, G. B., (1990), “Aristotelian Essentialism”, *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 50, Supplement (Autumn), pp. 251-262.

MATTHEWS, G. B., (2009), “Aristotelian Categories”, *A Companion to Aristotle*, ed. G. Anagnostopoulos, pp. 144-161. Oxford: Blackwell.

MENN, S., (1995) “Dialectic and the Categories”, *Revue de Métaphysique et de Morale*, ano 100, n. 3, pp. 311-337.

MESQUITA, A. P., (2012) “Types of Predication in Aristotle (Posterior Analytics I 22)”, *Journal of Ancient Philosophy*, vol. 6, 2.

MESQUITA, A. P., (2015) “Individual Substances and Individual Accidentes in the *Categories* of Aristotle”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, vol. 71 (2-3), pp. 399-422.

MORAVCSIK, J. M. E., (1967) "Aristotle on Predication", *The Philosophical Review*, vol. 76, n.1, pp. 80-96.

MORAVCSIK, J. M. E., (1967) "Aristotle's Theory of Categories", *Aristotle: A Collection of Critical Essays*, ed. J. M. E. Moravcsik, pp. 125-145. Garden City (NY): Doubleday.

MORRISON, D., (1992) "The Taxonomical Interpretation of Aristotle's *Categories*: A Criticism", *Essays in Ancient Greek Philosophy V: Aristotle's Ontology*, ed. A. Preus e J. P. Anton, pp. 19-46. Albany: SUNY Press.

MORRISON, D., (1993) "Le Statut Catégoriel des Différences dans L'Organon", *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger*, T. 183, n. 2, ARISTOTE (Avril-Juin), pp. 147-178.

OWEN, G. E. L., (1965) "Inherence", *Phronesis*, vol. 10, pp. 97-105.

OWENS, J., (1960) "Aristotle on Categories", *The Review of Metaphysics*, vol. 14, n. 1, pp. 73-90.

PERIN, C., (2007) "Substantial Universals in Aristotle's *Categories*", *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, 33, pp. 124-144.

PORPHYRY, "On Aristotle Categories", trad. Steven K. Strange (1992), London: Bloomsbury.

SACHS, D., (1948) "Does Aristotle Have a Doctrine of Secondary Substances?", *Mind*, New Series, vol. 57, n. 226 (April), pp. 221-225.

SCOTUS, J. D., "Questions on Aristotle's *Categories*", trad. L. A. Newton (2014), *The Fathers of the Church – Mediaeval Continuation*, vol. 15. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press.

SIMPLICIUS, "On Aristotle Categories 1-4", trad. M. Chase (2003), *Ancient Commentators on Aristotle*, ed. R. Sorabji, Londres: Bloomsbury.

SIMPLICIUS, "On Aristotle Categories 5-6", trad. F. A. J. de Haas e B. Fleet (2001), *Ancient Commentators on Aristotle*, ed. R. Sorabji, Londres: Bloomsbury.

SIMPLICIUS, "On Aristotle Categories 7-8", trad. B. Fleet (2002), *Ancient Commentators on Aristotle*, ed. R. Sorabji, Londres: Bloomsbury.

STUDTMANN, P., (2008) “The Foundations of Aristotle’s Categorical Scheme”, Milwaukee: Marquette University Press.

WEDIN, M. V., (2000) “Aristotle’s Theory of Substance: The Categories and Metaphysics Zeta”, Oxford: Oxford University Press.

ZINGANO, M., (2013) “As *Categorias* de Aristóteles e a doutrina dos traços do ser”, *doisPontos*, vol. 10, n. 2, pp. 225-254.